



UNIRIO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E POLÍTICAS – CCJP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

TAYNÁ PAOLINO

OS MAIS VOTADOS DO BRASIL: discurso e ideologia na Câmara dos Deputados no ano de 2019.

RIO DE JANEIRO
2020



TAYNÁ PAOLINO

**OS MAIS VOTADOS DO BRASIL: discurso e ideologia na Câmara dos
Deputados**

Trabalho de Dissertação de Mestrado
apresentado à Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro como requisito para
obtenção do título de mestre em Ciência
Política
Orientadora: Márcia Ribeiro Dias

RIO DE JANEIRO
2020

Catálogo informatizada pelo(a) autor(a)

P211 Paolino, Tayná Lima
OS MAIS VOTADOS DO BRASIL: discurso e ideologia
na Câmara dos Deputados no ano de 2019. / Tayná Lima
Paolino. -- Rio de Janeiro, 2021.
212

Orientadora: Marcia Ribeiro Dias.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação
em Ciência Política, 2021.

1. Ideologia. 2. Discurso. 3. Liderança. 4.
Congresso Nacional. 5. Política Pública. I. Dias,
Marcia Ribeiro, orient. II. Título.

TAYNÁ PAOLINO

**OS MAIS VOTADOS DO BRASIL: discurso e ideologia na Câmara dos
Deputados no ano de 2019**

Trabalho de Dissertação de Mestrado
apresentado à Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro como requisito para
obtenção do título de mestre em Ciência
Política. Área de concentração:

Aprovada em:

Banca examinadora

Componente da Banca Examinadora Nome, titulação, assinatura e instituição a que

Pertence

Componente da Banca Examinadora – Nome, titulação, assinatura e instituição a que

pertence

Componente da Banca Examinadora – Nome, titulação, assinatura e instituição a que

Pertence

AGRADECIMENTO

Quero agradecer à minha orientadora Professora Márcia Ribeiro Dias por tudo, pelos textos indicados, pelos comentários, pelo acompanhamento, pela leitura desta dissertação quando ainda era um manuscrito. Você teve paciência e acreditou em mim, obrigada.

Quero agradecer ao Programa de Ciência Política da UNIRIO pela compreensão e auxílio quando eu mais precisei. Em nome da Coordenadora da Pós Graduação, Luciana Veiga, quero agradecer a todos os professores pela excelência acadêmica e recorrente inspiração.

Quero agradecer ao meu companheiro Pedro Fernandes por todas as leituras e debates intermináveis, assim como os comentários precisos que me trouxeram até aqui.

Quero agradecer aos meus amigos Theófilo Rodrigues e Clara Sanchez que trouxeram contribuições fundamentais para melhorar o trabalho.

Quero agradecer à minha família – Sônia Maria, Tulio Paolino, Izabel Costa, Clara Araújo e Luis Fernandes – pelo auxílio diário para que esta dissertação pudesse ser escrita.

Por fim, e o mais importante, quero agradecer ao meu filho Miguel Paolino Fernandes.

Você é a dose de força e inspiração diária que eu preciso para viver e escrever.

PAOLINO, Tayná. Os mais votados do Brasil: discurso e ideologia na Câmara dos Deputados. 2020, 212 f. Trabalho de Dissertação de Mestrado apresentado à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito para obtenção do título de mestre em Ciência Política - 2020.

RESUMO

Em 2018, a eleição para a Câmara dos Deputados consagrou uma mudança na composição partidária e ideológica no país. Observamos o fracasso da direita moderada e a ascensão da direita radical e dos partidos que por ela são representados. Entre os deputados mais votados do Brasil, identificamos os novos rostos da política brasileira. A análise de seus discursos pode nos dizer o que esperar dessa mudança de cunho ideológico na representação. O fenômeno do personalismo na política e da força e influência da liderança política na sociedade civil deram novos contornos à democracia representativa. A liderança política assume um importante papel na propagação das ideologias políticas. A partir dos pontos de conflito e aproximação das matrizes ideológicas – conservadorismo, liberalismo e socialismo – identificamos a multidimensionalidade da ideologia e assim construímos dois antagonismos: um no campo social e outro no campo econômico. O aspecto econômico e o aspecto social se autoalimentam, contudo, apresentam particularidades discursivas importantes de serem analisadas no atual momento histórico. A frequência de palavras mais utilizadas e a análise qualitativa dos discursos permite a identificação da agenda política de cada parlamentar em relação aos antagonismos discursivos que dominaram a agenda de 2019 na Câmara dos Deputados. No campo da economia, há maior homogeneidade nas pautas defendidas. Os deputados que defendem políticas neoliberais, as defendem em todos os projetos aqui analisados. E quem defende o estado de bem-estar social também tem a mesma coerência. Na análise do campo social, os discursos são mais heterogêneos. A predominância da abordagem no campo conservador é a da defesa de políticas de repressão como forma de enfrentar as diferenças políticas e sociais. No campo progressista, os discursos focam na defesa de políticas que combatam a desigualdade social, tendo como principal ponto o investimento em educação. Em 2019, foi constatada, na maioria dos discursos analisados, uma sincronia entre as posições de defesa da política neoliberal na economia e conservadora no campo social. Também foi constatada sincronia na defesa do estado de bem-estar social na economia e do progressismo no campo social.

Palavras Chaves: Ideologia, Discurso, Liderança, Congresso Nacional, Políticas Públicas

PAOLINO, Tayná. The Most Votated in Brazil: Discouse and Ideology on the Federal Chamber. 2020, 212 f. Trabalho de Dissertação de Mestrado apresentado à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito para obtenção do título de mestre em Ciência Política - 2020.

ABSTRACT

In 2018, the election to the Federal Chamber embodied a change in the parties and ideological composition. We have seen the failure of de moderate right and the rise of the radical right through the parties that represented them. Among the most voted deputies in Brazil, we identified the new face of Brazilian politics. The analysis of their discourses tells us what to expect from this ideological change in representation. The phenomenon of personalism in politics and the strength and influence of political leadership in civil society have given new shape to representative democracy. Political leadership assume an important role in the propagation of political ideologies. From de points of conflict and approximation of the ideological matrixes – conservatism, liberalism and socialism – we identify the multidimensionality of ideology and build two types of antagonisms: antagonism in the social field and antagonism in the economic field. The frequency of most used words and the qualitative analysis of the discourses allows us to identify the political agenda of each parliamentarian in relation to the discursive antagonisms that dominated the Federal Chamber in 2019. In the field of economics, there is greater homogeneity in the defended positions. The deputies, who defend neoliberal policies, are neoliberal in all projects analyzed. Similarly, those who defend the welfare state have the same coherence. In the analysis of the social field, the speeches are more heterogeneous. The approach that predominated in the conservative field was the defense of repression policies as a way of dealing political and social differences. In the progressive field, the speeches focused on the defense of policies that combat social inequality having as main point investment in education. In 2019, we observed, in most of the speeches analyzed, a synchrony between the neoliberal positions in the economy and conservative in the social field. We also observed a synchrony between the defense of the welfare state in the economy and progressivism in the social field.

Key Words: Ideology, Discourse, Leadership, Federal Chamber, Public Policies.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Antagonismos no Campo da Economia	70
Tabela 2 – Antagonismo no Campo Social	73
Tabela 3 – Mais votados do Brasil 2002	76
Tabela 4 – Mais votados do Brasil 2018	77
Tabela 5 – Quantidade de discursos analisados por Deputado	82
Tabela 6 – Deputados divisão economia	182
Tabela 7 – Deputados divisão social.....	184
Tabela 8- Composição Ideológica	187

LISTA DE ABREVIações

ALERJ – Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
AVANTE – Antigo Partido Trabalhista Brasileiro
FUST - Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações
INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
MDB – Movimento Democrático Brasileiro (antigo Partido do Movimento Democrático Brasileiro)
MP – Medida Provisória
MST– Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
NOVO – Partido Novo
ONU – Organização das Nações Unidas
PCdoB – Partido Comunista do Brasil
PDT– Partido Democrático Trabalhista
PFL – Partido da Frente Liberal
PR – Partido da República
PRONA – Partido da Renovação da Ordem Nacional
PROS – Partido Republicano da Ordem Social
PSB – Partido Social Brasileiro
PSC – Partido Social Cristão
PSDB – Partido da Social-Democracia Brasileira
PSL – Partido Social Liberal
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade
PT – Partido dos Trabalhadores
PV – Partido Verde
ROTAM- Rondas Ostensivas Táticas
UFF – Universidade Federal Fluminense
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Nuvem de palavras mais votados no ano de 2019	85
Figura 2 – Nuvem de Palavras Eduardo Bolsonaro	106
Figura 3 – Nuvem de Palavras Joice Hasselmann	111
Figura 4 – Nuvem de Palavras Celso Russomanno	115
Figura 5 – Nuvem de Palavras Kim Kataguiri	117
Figura 6 – Nuvem de Palavras João Campos	120
Figura 7 – Nuvem de Palavras Marcel Van Hattem	122
Figura 8 – Nuvem de Palavras Hélio Lopes	126
Figura 9 – Nuvem de Palavras Marcelo Freixo	127
Figura 10 – Nuvem de Palavras Pastor Sargento Isidoro	131
Figura 11 – Nuvem de Palavras Sargento Fatur	134
Figura 12 – Nuvem de Palavras Capitão Wagner	135
Figura 13 – Nuvem de Palavras do Delegado Waldir	138
Figura 14 – Nuvem de Palavras Tabata Amaral	140
Figura 15 – Nuvem de Palavras Sâmia Bonfim	144
Figura 16 – Nuvem de Palavras Capitão Augusto	147
Figura 17 – Nuvem de Palavras Felipe Franceschini	150
Figura 18 – Nuvem de Palavras Marco Feliciano	151
Figura 19 – Nuvem de Palavras Marcelo Álvaro Antônio	153
Figura 20 – Nuvem de Palavras Alessandro Molon	154
Figura 21 – Nuvem de Palavras Baleia Rossi	158
Figura 22 – Nuvem de Palavras Gleisi Hoffmann	159
Figura 23 – Nuvem de Palavras Célio Studart	163
Figura 24 – Nuvem de Palavras Vinicius Poit	165
Figura 25 – Nuvem de Palavras Carlos Jordy	168
Figura 26 – Nuvem de Palavras José Ricardo	172
Figura 27 – Nuvem de Palavras Flordelis	175
Figura 28 – Nuvem de Palavras Reginaldo Lopes	177

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	Como se manifesta a Ideologia	17
2.1	Do abstrato ao científico	17
2.2	A força do discurso	23
2.3	A liderança política	29
2.4	O discurso e a Democracia	32
3	A ideologia em sua forma política	37
3.1	Ideologias modernas	37
3.1.1	Liberalismo e seu dualismo	37
3.1.2	Conservadorismo – História e tradição de cada País	42
3.1.3	Socialismo e socialdemocracia	46
3.2	Conflitos e aproximação	50
3.2.1	A questão social	53
3.2.2	A questão econômica	54
4	Ideologias políticas no Brasil	61
4.1	Conceitos-chave de análise	65
4.1.1	Economia	65
4.1.2	Social	67
5	Ideologias políticas no Brasil do século XXI	73
5.1	Navegando nas palavras	74
5.2	Antagonismos discursivos	80
5.2.1	Economia	81
5.2.2	Social	86
5.3	O que dizem os deputados	106
5.3.1	Eduardo Bolsonaro	106
5.3.2	Joice Hasselmann	111
5.3.3	Celso Russomanno	115
5.3.4	Kim Kataguiri	117
5.3.5	João Campos	120
5.3.6	Tiririca	122
5.3.7	Marcel Van Hattem	122
5.3.8	Helio Lopes	126

5.3.9	Marcelo Freixo	127
5.3.10	Pastor Sargento Isidoro.....	132
5.3.11	Sargento Fahur.....	135
5.3.12	Capitão Wagner	136
5.3.13	Delegado Waldir.....	138
5.3.14	Tabata Amaral	140
5.3.15	Policia! Katia Sastre	144
5.3.16	Sâmia Bonfim.....	145
5.3.17	Capitão Augusto.....	147
5.3.18	Felipe Franceschini	150
5.3.19	Pastor Marco Feliciano.....	151
5.3.20	Marcelo Álvaro Antônio	153
5.3.21	Alessandro Molon	154
5.3.22	Baleia Rossi	158
5.3.23	Gleise Hoffman	160
5.3.24	Celio Studart	163
5.3.25	Vinicius Poit.....	166
5.3.26	Carlos Jordy	169
5.3.27	José Ricardo	173
5.3.28	Flordelis.....	176
5.3.29	Josimar Maranhãozinho.....	177
5.3.30	Reginaldo Lopes	178
6	CONCLUSÃO: A ideologia como instrumento do poder	181
7	REFERÊNCIAS	192
8	APÊNDICE	198
	Apêndice 1 – Frequência Geral de Palavras	198
	Apêndice 2 – Frequência 10 palavras mais ditas por deputado	199
	Apêndice 3 – Resumo marcadores econômico	207
	Apêndice 4 – Resumo marcadores sociais	210
9	ANEXO	212
	Anexo 1-	
	Tabela Renovação Câmara dos Deputados	212

1.Introdução

A história da sociedade é a história da disputa entre indivíduos e grupos pelo poder. A política é uma expressão dessa disputa do poder e da ação de governar, sendo ela conquistada por intermédio das ideias e da força. Desde Maquiavel, passando por Gramsci, Althusser e outros, sabemos que somente o uso da força não é suficiente para se manter no poder e governar.

A política tem como um dos seus instrumentos o discurso e com o advento do Estado Moderno, o discurso ganha novamente relevância. Os discursos são uma parte constituinte da análise do comportamento político ideológico (TRACY, 1817). O discurso possibilita a articulação entre as duas formas de dominação: as ideias e a força. O discurso é a parte ativa desse processo no qual a ideologia interpela os indivíduos e se torna dominante.

As ideias em conjunto são identificadas como ideologia pela sua capacidade de mobilização de indivíduos e grupos por intermédio da ação e dos discursos. Compreende-se por ideologia mais do que uma abstração, e sim uma força material ativa que tem conteúdo cognitivo para organizar as ações dos seres humanos (EAGLETON, 1997).

As ideologias moldam a natureza dos sistemas políticos, propiciam uma perspectiva para a compreensão e a explicação do mundo; também funcionam como um cimento social, fornecendo um conjunto de crenças e valores unificadores; por isso são utilizadas para analisar o comportamento político dos indivíduos (HEYWOOD, 2010).

Portanto, a ideologia é a maneira pela qual os indivíduos se reconhecem no mundo. Ela é constituída de valores, práticas, rituais, procedimentos, que mobilizam e conduzem a vida na prática. Embora exista uma gama de ideologias coexistindo, em determinados momentos históricos, algumas características ganham preponderância sobre as outras, podendo hegemonizar o discurso de uma época.

Sendo assim, os discursos adquirem força se são compreendidos dentro de um determinado contexto. Identifica-se quem está falando, com quem está falando, o que está falando e para qual finalidade. Essa característica material dos discursos torna extremamente necessário localizá-los historicamente para compreender mais os significados contidos.

A democracia representativa adquiriu novos contornos e desafios com o advento dos meios de comunicação de massa, televisão e internet, e com a especialização do *marketing* político. Se os partidos foram durante muito tempo o lócus da interlocução com a agenda política e imprescindíveis na formação de vontades coletivas, cada vez mais a relação representante/representado assume um novo caráter, mediado pelos meios de comunicação de massa (MANIN, 2000).

É isso que dá relevância a essa pesquisa. Quando falamos de ideologia e discurso, compreende-se que o discurso sofre influência direta da modificação do canal de transmissão das ideias. Se antes o partido era o foco principal para a análise ideológica como canal de construção de valores e preferências coletivas, hoje ele está deslocado dessa função. Figuras políticas com exposição pública, movimentos do terceiro setor e movimentos sociais suprapartidários têm adquirido importante destaque na disputa ideológica da sociedade.

Em toda eleição, observamos uma camada de deputados que recebem votos acima da média, os populares “puxadores de voto”. Esses deputados têm ganhado cada vez mais projeção e importância política devido ao sistema eleitoral de lista aberta (NICOLAU, 2006) e à democracia de público (MANIN, 2000). Esses deputados “mais votados do Brasil” expressam sua ideologia através da sua atuação no Congresso Nacional e servem para identificar as construções discursivas dominantes de uma geração.

Em 2018, o Brasil elegeu um presidente da República distante da tradicional polarização partidária entre PT e PSDB que vigorou em grande parte da Nova República. Eleito pelo até então inexpressivo PSL, Jair Bolsonaro vocalizou com sucesso um projeto localizado na extrema-direita do espectro político. Esse projeto possibilitou ainda a vitória de dezenas de deputados federais que fizeram da bancada do PSL a segunda maior na Câmara dos Deputados.

Este trabalho tem como objeto de análise o discurso político nas sessões ordinárias da Câmara dos Deputados dos deputados “mais votados do Brasil” em 2019. Busca-se, junto com a sua trajetória política e partidária,

identificar os aspectos ideológicos predominantes dos representantes do projeto político de extrema-direita, assim como os de sua oposição.

A presente dissertação está organizada em quatro capítulos. O primeiro capítulo justifica a relevância do estudo da ideologia política e dos discursos das lideranças políticas como forma de leitura indispensável na observação da disputa de visões de mundo existente na democracia contemporânea.

No segundo capítulo, revisitamos as principais ideologias modernas: liberalismo, conservadorismo e socialismo (HEYWOOD, 2010). Elas servem de base à compreensão dos antagonismos ainda existentes, que comandam as ações políticas individuais e coletivas em nossa sociedade. Com a introdução do conceito de Multidimensionalidade da Ideologia (FELDMAN, 2014) vou demonstrar como elas não se encontram mais em “tipos ideais”. As ideologias sofreram transformações no seu conteúdo cognitivo que podem ser a chave para compreender o momento ideológico que vivemos.

O terceiro capítulo demonstra como o debate ideológico toma forma na história do sistema político brasileiro. As características que se sobressaem nos grupos políticos ligados ao liberalismo, conservadorismo e progressismo estão presentes até hoje na disputa política. Esses pontos tornam explícitos os valores que devem ser buscados na análise dos novos representantes. Historicamente existem afastamentos e aproximações das ideologias em determinadas agendas políticas, ou mesmo em momentos como o golpe militar.

No quarto capítulo, analisaremos o conteúdo ideológico contido nos discursos dos deputados federais mais votados do Brasil utilizando dados colhidos no site do Congresso Nacional nas sessões ordinárias do ano de 2019. O capítulo está dividido em dois blocos. O primeiro bloco analisa os antagonismos discursivos que observamos durante o ano de 2019, isto é, quais projetos de leis, acontecimentos conjunturais e medidas provisórias serviram de embasamento para o posicionamento político dos deputados. O segundo bloco é descritivo, trazendo informações sobre cada deputado, com uma pequena biografia da sua jornada política e uma análise dos principais pontos relevantes dos seus discursos em 2019.

A política e a democracia brasileira são executadas por indivíduos, organizados por intermédio de uma disputa ideológica, na defesa de políticas públicas específicas e na disputa de uma visão de mundo. O que a eleição desse grupo de deputados federais mais bem votados do Brasil representa é parte do sentimento ideológico que ativa as paixões políticas dos cidadãos. Esse sentimento é mobilizado durante o período de eleição, mas continua a se expressar durante todo o mandato.

2. Como se manifesta a ideologia

A Ideologia, ciência das ideias, é uma parte fundamental da constituição dos indivíduos. Não falamos aqui de ideias como imaginava Platão¹, ideias sobre as coisas que estão em um mundo metafísico já organizado, em relação às quais o desafio dos indivíduos é acessar um conhecimento já existente e estático. Neste trabalho, as ideias são as formas de transformar pensamentos em prática, ideias que são capazes de descrever e movimentar a realidade.

As ideias partem da materialidade da vida dos indivíduos (Althusser, 1980; Foucault, 1999) e, por isso, são partes essenciais da razão. A razão, faculdade mental que nos diferencia dos animais (KANT, 1781), tem como canal de transmissão e formação a fala, não como palavras soltas no vento, mas como linguagem articulada, linguagem que interpela e mobiliza.

Antes do império da ciência com o advento do iluminismo (Adorno, 1969), a retórica, o questionamento constante dos pensamentos e da realidade era o mais poderoso mecanismo de aprendizado. Cícero, importante orador e político da Roma Antiga, já havia maravilhado seus contemporâneos e deixado sua marca na história com o famoso discurso contra Catilina “Até quando, enfim, ó Catilina, abusarás de nossa paciência?” (FIGUEIREDO, 2002).

As ideias foram capazes de mudar a relação do homem com a natureza e com os seus iguais, e, assim, toda a sua existência em comunidade. Até hoje as ideias servem para mobilizar indivíduos para a transformação ou manutenção de determinada realidade. Identificar as maneiras pela qual a Ideologia interpela o indivíduo é de fundamental importância se desejamos ter um conhecimento completo do animal humano (TRACY, 1817) que habita e modifica a vida terrestre.

2.1 Do abstrato ao científico

O conceito de Ideologia surgiu na história por Destutt De Tracy (OUTHWAITE e BOTTOMORE, 1996). Ele ficou conhecido como o pai da

¹ Mundo das Ideias onde todas as coisas já estão ditas e nomeadas.

ideologia, e, em sua teoria, seguia a filosofia iluminista, que dominava a formulação dos intelectuais da época, para defender que era possível, utilizando as faculdades da razão, conhecer as raízes do mundo das ideias. Ideologia, para ele, seria então a primeira de todas as ciências, pois todo conhecimento tem como locus de produção as faculdades mentais do indivíduo.

Napoleão Bonaparte acusou De Tracy e seu grupo acadêmico de “ideólogos”, o que contribuiu para colocar um rótulo metafísico para os estudiosos da ideologia e afastar da materialidade o debate sobre ela. Essa ação política acabou constituindo um aspecto negativo para o conceito de ideologia (LOWY, 2010; OUTHWAITE e BOTTOMORE *et al*,1996). A produção acadêmica de Karl Marx também questionou os escritos de De Tracy e foi muito influenciada pela compreensão negativa da ideologia e dos chamados “ideólogos”.

Até hoje somos influenciados pela interpretação negativa da ideologia. Quando queremos desconstruir uma visão alheia, ou chamá-la de não científica, dizemos que determinada posição é ideológica (HEYWOOD, 2010). Mas será que essa divisão existe mesmo? A ideologia não pode ter base científica?

Na história desse conceito, Karl Marx inaugurou um novo ciclo de debates. A Ideologia, para ele, assume um caráter negativo: ela é “falsa consciência”, e esse caráter político que assume tem dupla função. De um lado, é um pilar da manutenção da dominação do Estado por parte da classe dominante, ao mesmo tempo em que mantém os trabalhadores alienados, sem enxergar e reivindicar o que é deles por direito, o fruto do trabalho.

Por parte da alienação, a ideologia mascararia as contradições existentes no seio da sociedade, pois a história, para Marx, não poderia ser vista somente pela história das ideias, mas deveria ser interpretada pela história das condições materiais dos homens. O materialismo histórico, portanto, confronta os idealistas, que tentam explicar a história da sociedade pela dimensão da luta de ideias, na qual a filosofia religiosa estaria sendo substituída por uma filosofia da razão.

O que determina as mudanças históricas são as relações de produção (MARX, 2007) e a consequência disso, a luta de classes. A luta de classes, no capitalismo é constituída pelo antagonismo da relação do burguês que detém os meios de produção e o proletário que detém a sua força de trabalho. Essa é a estrutura, a materialidade que interpela a todos os indivíduos e de onde se ergue a superestrutura (MARX, 2007).

No campo da manutenção da dominação do Estado pela burguesia (classe dominante no capitalismo) isso ocorre, pois a ideologia, a moral, a religião, a justiça, são campos da superestrutura e, assim, estão interligadas à relação de produção e dominação da estrutura². O Estado, segundo Marx, é o balcão de negócios da burguesia (MARX, 1998).

Marx denunciava também a realidade objetiva dos intelectuais da época. Vindos de faixas abastadas da burguesia, eles pregavam ideias opostas à realidade do que a maioria da população conseguia vivenciar. O capitalismo nascente fincava-se na defesa da razão, no pensamento esclarecido de cada indivíduo. A denúncia do marxismo centrava-se em um ponto: com fome, sem casa, sem necessidades básicas supridas, quem pode pensar?

Para os alemães despojados de quaisquer pressupostos, somos obrigados a começar pela constatação de um primeiro pressuposto de toda a existência humana, e, portanto, de toda a história, ou seja, o de que todos os homens devem ter condições de viver para poder “fazer história”. Mas, para viver, é preciso antes de tudo beber, comer, morar, vestir-se e algumas outras coisas mais. (MARX, 1998)

O próprio filósofo De Tracy já descrevia como se desenvolvia a racionalidade do indivíduo: “Antes de mais, pensa nas suas necessidades, depois, nos seus prazeres” (1817). Sem o mínimo para a sobrevivência, sem alimento, moradia, saúde, não se pode pensar em aprender a ler, em votar, em participar e todo o resto que a sociedade da luz reivindicava.

Engels, no fim de sua vida, faz uma autocrítica sobre a abordagem unilateral dada por ele e Marx ao conceito de ideologia, admitindo que as ideias

²A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se ergue uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem determinadas formas da consciência social. O modo de produção da vida material é que condiciona o processo da vida social, política e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, inversamente, o seu ser social que determina a sua consciência. (*Para a Crítica da Economia Política*, Marx, 2007).

possam ter influência sobre o desenvolvimento histórico (GORENDER, 2001). Por ter inaugurado uma nova forma de abordagem política, metodológica e filosófica sobre a humanidade, o materialismo histórico dialético, muitos autores utilizaram sua obra como base, para refutar ou aprimorar seus conceitos.

Um dos que buscaram compreender melhor o papel da ideologia na formação da consciência dos indivíduos, foi Antônio Gramsci. Ele alertava para o valor da luta de ideias, chamada por ele de consentimento, que emerge junto com o Estado moderno. A concepção da moral dominante está enraizada na prática dos indivíduos e é estruturante na manutenção da hegemonia do sistema capitalista e neoliberal na contemporaneidade.

A ideologia não seria uma falsa consciência, mas continuaria tendo um caráter político relevante como um terreno de disputa de valores. Para Gramsci, a disputa em torno da cultura política é um valor fundamental na construção da hegemonia da ideologia dominante no Estado. Uma das maneiras de construção dessa ideologia seria a construção de uma hegemonia política dentro dos intelectuais orgânicos das classes sociais, ou frações de classe, que emergiam em determinados contextos políticos e sociais³.

Deve-se, para apressar o processo, conquistar os dirigentes naturais das grandes massas, isto é, os intelectuais, ou formar grupos de intelectuais de novo tipo, [o que explica a criação de bispos indígenas]; por isso, é necessário conhecer exatamente o modo de pensar e a ideologia destes intelectuais para melhor entender sua organização de hegemonia cultural e moral, a fim de destruí-la ou assimilá-la. (GRAMSCI, 1982)

O conceito de hegemonia de Gramsci é até hoje revisitado e utilizado por autores marxistas e não marxistas para designar uma opinião, ideologia ou prática que se torna dominante e às vezes até “natural” sem ser pela força, ou pelo menos não só pela força. A hegemonia pode durar uma época, como a hegemonia de um partido, ou durar muitos séculos, como a hegemonia de uma prática cultural. As fronteiras de hegemonia e cultura política muitas vezes se misturam.

³ Essa categoria de intelectuais orgânicos poderia se relacionar muito bem com o conceito de vanguarda. Essa possível relação não abordada no presente texto vale o registro.

Por um lado mais esquemático, outro importante teórico do conceito de ideologia foi Louis Althusser (1918-1990). Ele alertava para o papel dos aparelhos ideológicos do Estado (AIE), que, substituindo o papel predominante da Igreja no período do feudalismo, têm na escola, nas diversas religiões, nos partidos, no setor cultural, no sistema judiciário, entre outros, o papel de construir uma moral dominante. Essa moral dominante é parte fundamental para sustentar a reprodução das condições de produção, em relação às forças produtivas e nas relações de produção. (ALTHUSSER, 1980).

A Ideologia é apresentada como fruto das relações reais dos indivíduos, que, por intermédio do reconhecimento e sujeição à ideologia, se transformam em sujeito. Esse sujeito tem papel central na sua teoria, pois a Ideologia tem uma dupla função: só existe para os sujeitos, e por reconhecimento deles, com suas práticas e rituais. Para Althusser, tudo que os sujeitos fazem no interior dos aparelhos ideológicos do Estado é considerado ideologia (ALTHUSSER, 1980).

Na concepção de ideologia de Althusser é como se existisse uma só ideologia da classe dominante burguesa, e ele não avança em destrinchar as diferenças entre as ideologias conservadoras e liberais, por exemplo. Além disso, seu exemplo de ideologia religiosa cristã e a suposição de que a ideologia religiosa foi superada com a ascensão da ideologia burguesa no aparato do Estado pode ser questionada quando olhamos a composição política dos Governos e a volta da pauta dos costumes⁴.

Entretanto, muito do que ele adiciona ao conceito de ideologia é importante e válido até hoje. Se Gramsci e Marx já alertavam para o papel da hegemonia da classe dominante sobre o Estado para a manutenção do seu poder político, Althusser avança em descrever onde se constrói essa hegemonia, alargando o espaço da disputa política. Para manter o poder político sobre o Estado, a classe dominante precisa garantir sua hegemonia nos aparelhos ideológicos do Estado, e essa luta é constante, não termina (ALTHUSSER, 1980).

⁴ Costumes aqui estão ligados com os costumes religiosos. Defesa da Família heterossexual, defesa da não laicidade do Estado, líderes religiosos assumindo cargos políticos.

A classe dominante não deve ser vista como um bloco monolítico, mas sim como a composição das frações de classe, que ocupam, em determinado tempo histórico, o bloco no poder (POULANTZAS, 1977) dominante, com uma fração de classe responsável por hegemonizar e dar o espírito de corpo. Contudo essas próprias frações de classe estão sempre em disputa e vão sofrendo mutações e adaptações como consequência da luta política dos seus respectivos grupos ideológicos com fortes e determinados interesses econômicos.

A história tratou de mostrar que as teorias como o “fim da história” (FUKUYAMA, 1989) estavam longe de ser verdadeiras, e que o movimento constante das ideologias nunca irá parar, pois, como dissemos, a disputa pelo poder é constante. Até mesmo as teorias sociais norte-americanas⁵, que apresentam a ideologia como opiniões políticas conscientemente formuladas (CRESPIGNY e CRONIN, 1999), têm dificuldade de explicar quem pode determinar o que é e o que não é ideologia. Para essas teorias, contudo, a ideologia continua sendo vista como algo negativo, é uma criação de indivíduos e grupos para expandir seu domínio sobre outros indivíduos:

Uma característica interessante dessa ideologia do “fim da ideologia” é sua tendência a considerar a ideologia de duas maneiras bastante contraditórias, ou seja, como se ela fosse ao mesmo tempo cegamente irracional e excessivamente racionalista. (EAGLETON, 1997)

Apesar das discordâncias entre as teorias, podemos resumir ideologia como um conjunto de ideias, mais ou menos coerente, que fornece a base para a ação política organizada (HEYWOOD, 2010), ou como ideias e crenças (verdadeiras ou falsas) que simbolizam as condições e experiências de vida de um grupo ou classe específicos socialmente significativos (EAGLETON, 1997).

São três as características da ideologia, levantadas por Andrew Heywood (2010), que tentam sistematizar sua importância histórica, pois para o autor, a ideologia não é um conjunto de ideias abstratas, mas um elemento da vida material, da vida real, onde cada um de nós é interpelado. Em primeiro

⁵ Não foi o objetivo desse texto apresentar teorias que não vêem a ideologia como uma matéria do qual o indivíduo é feito e constituído de sentido. Mas com certeza seria relevante aprofundar.

lugar, a ideologia possibilita a compreensão e a explicação do mundo (HEYWOOD, 2010) por parte dos indivíduos, como vamos aprofundar ainda com a teoria da interpelação do sujeito de Althusser.

Em segundo lugar, a nossa sociedade é envolvida por conflitos políticos e pela disputa pelo poder, e, por isso, a ideologia também é uma maneira de analisar a natureza dos sistemas políticos e a composição de sistemas de governo (HEYWOOD, 2010). Em cada tempo histórico, determinadas forças políticas, frações de classe, grupos ideológicos disputam para chegar ao poder e implementar suas políticas.

Por fim, a ideologia atua como cimento social (HEYWOOD, 2010) capaz de trazer coesão social pela capacidade de agregar indivíduos, classes sociais e interesses. Isto é, ela não só cumpre a função de constituição social e política do indivíduo e de compreensão das forças políticas que disputam o poder, ela constitui unidade entre os sujeitos, constituindo também grandes grupos de interesses, maiorias capazes de mexer na roda da carroça das mudanças históricas que vive a humanidade.

Portanto, apesar de existirem divergências no campo teórico, a ideologia continua tendo importância para o estudo da natureza dos sistemas políticos, assim como para a compreensão da atuação dos indivíduos e dos grupos que se organizam politicamente para tomar o poder. Seguindo adiante, vamos desvendar os caminhos que a ideologia percorre quando passa de ideias estruturadas para capacidade mobilizadora de indivíduos no campo da ação política.

2.2. A força do discurso

O discurso é a face humana da ideologia. É por intermédio de suas práticas, de seu ritual, que as palavras interpelam os indivíduos e, no processo de duplo reconhecimento, transformam os indivíduos em sujeitos (ALTHUSSER, 1980). O discurso é a prática, é o ritual do aparelho ideológico de estado político (ALTHUSSER, 1980), e as ideologias, portanto, orientam as ações políticas dos indivíduos e de grupos políticos visando hegemonizar suas ideias no seu interior.

Os discursos ideológicos servem, portanto, para organizar indivíduos através da disputa da opinião pública, isto é, demonstram a opinião política das principais figuras representantes de grupos, e classes específicas de nossa sociedade. Eles são parte da constituição da ciência das ideias. (DE TRACY, 1817)

As ideologias têm nos discursos a sua parte ativa e atuam dentro do campo da política, por intermédio de sua forma e conteúdo. Somente um indivíduo é portador da fala e é capaz de emitir um discurso e através dele influenciar outros indivíduos (DE TRACY, 1817; FOUCAULT, 1999). O discurso é o responsável pela dimensão da relação especular da ideologia com o sujeito.

A ideologia interpela os indivíduos como sujeitos, dando a eles significado de coletividade e existência. O sujeito se submete ao todo da ideologia, assumindo o papel que ela lhe dá; assim os sujeitos submetidos se reconhecem entre si e retroalimentam a relação com a ideologia, dando sentido e reconhecimento a ela mesma. (ALTHUSSER, 1980; LACAN,)

O discurso é voltado para o indivíduo e tem na sua força de mobilização de sujeitos, uma característica própria da ideologia, de constituir sentido e significado a esses sujeitos. Para validarmos a importância do discurso, devemos enfrentar três temas que se utilizam para desconstruir a relevância do discurso (FOUCAULT, 1999): a vontade da verdade, própria das ideologias, o discurso assumir um caráter de acontecimento e não um caráter histórico, e o discurso ter a soberania de significante sobre o significado das coisas e dos conceitos em si.

Em primeiro lugar, a vontade de verdade é um aspecto que tomou força com o advento do iluminismo enquanto sociedade da razão. Essa concepção de primazia da razão fortaleceu os conceitos totalitários de leitura da humanidade (ADORNO, 1969). Esses conceitos, manifestados em ideologias, têm como fundamento um aspecto consensual, a busca pela explicação coerente de toda a realidade social. Essa disputa tem como alicerce a leitura matemática da realidade social. Se as sociedades buscam a verdade, cada discurso vai buscar apresentar a sua própria ideologia como verdade também:

Identificando por antecipação o mundo matematizado, pensado até as últimas consequências, com a verdade, o iluminismo acredita estar a salvo diante do retorno do mito. Ele identifica pensar e matemática. Assim, esta fica como que deixada à solta, convertida em instância absoluta. (ADORNO, 1969)

Se toda ideologia busca explicar a realidade de uma maneira total, como instância absoluta, é assim também com o discurso. Todos os discursos buscam o poder e buscam uma “vontade de verdade” (FOUCAULT, 1999), isto é, procuram universalizar seus valores, sua ideologia como verdade, por intermédio da demonstração de um conhecimento científico/ técnico que a justifique.

O pensar, a discussão e reflexão, a retórica, instrumento de investigação e debate nas sociedades pré-industriais, são substituídas pela lógica matemática de pensar onde existe a verdade e a mentira, o certo e o errado. (ADORNO, 1969) O problema dessa lógica é a ausência de debate e reflexão entre as partes. Como cada ideologia busca universalizar sua concepção de mundo e de verdade, no jogo das disputas de versões e narrativas, pode caber espaço para a mentira ganhar da verdade:

Num mundo que se importava apenas em verificar os enunciados de relatórios e que guardava o pensamento, degradado a contribuição de grandes pensadores, como uma espécie de *slogan* caduco, nesse mundo, a mentira não podia mais distinguir-se da verdade neutralizada em bem cultural. (ADORNO, 1969)

Em segundo lugar, o discurso deve assumir o seu caráter histórico. Se o discurso não é um acontecimento e sim um acaso ele não é tratado como fundamental para compreensão de determinados tempos históricos e acontecimentos históricos. Para compreender a contextualização histórica, nos valem de quatro princípios que regulam o encaixe do discurso: as noções de acontecimento, a de série, de regularidade e a condição de possibilidade (FOUCAULT, 1999).

O discurso, embora não possa ser visto como uma continuidade positivista, isto é, como uma escalada crescente de melhoramentos e aprimoramentos, tem marcos importantes a serem relacionados e contextualizados, da mesma maneira que fazemos com um acontecimento

histórico. O acontecimento histórico não é somente um momento no acaso da história, embora possam ter acasos que aconteçam. A história pode ser vista da mesma maneira que os discursos. Há discursos que passam, não se reproduzem e não modificam a realidade em nada, são facilmente esquecidos. Porém, há discursos que conduzem novas maneiras de pensar e agir, e esses têm importância, devem ser analisados (FOUCAULT, 1999).

Em terceiro lugar, devemos abordar a disputa que o discurso faz em torno do significante, isto é, cada discurso visa recheiar determinado conceito com seus valores e visão de mundo. Esse recurso é observado em larga escala nos discursos dos deputados em torno da reforma da Previdência, pois todos dizem que estão defendendo o direito dos mais pobres, os que são a favor e os que são contra. Cada um com seus argumentos tentam validar sua posição através de contas, números e diferentes abordagens.

Um dos aspectos negativos, é que se cada discurso pode construir seu próprio significante sobre a realidade e sobre as coisas, isso pode ser um perigo para direitos conquistados. Democracia, por exemplo, é uma palavra, um conceito, disputado por cada ideologia por intermédio do seu discurso, o seu significante. Isso pode vir a ser danoso para a vida coletiva se alguns consensos históricos não são observados, como o respeito à Constituição Federal ou à soberania dos países.

A visão sobre disputa de significados nos leva à contribuição de Laclau e Mouffe (2001) sobre o papel do discurso e do político. O discurso, para eles, não é uma parte da ideologia e sim a própria ideologia. A modificação histórica dos discursos é a modificação da própria ideologia. A visão de antagonismo nos auxilia a abranger em nossa formulação um aspecto central da importância do discurso para a Ideologia.

O antagonismo é o produto de uma reflexão marxista dos autores, que podem ser vistos como pós-marxistas, pois não acreditam no determinismo econômico. Ele é a relação de oposição com um conceito, que limita o seu movimento político, que determina o que você é e o que não é. O discurso é uma disputa de significantes, que se articulam por meio do antagonismo, em busca da hegemonia na sociedade. Diferente do que é visto como um perigo para a validação dos discursos, a disputa do significante dos conceitos para

Laclau e Mouffe são a própria constituição política dos discursos. É através dessa disputa que se manifesta a ideologia e o discurso do político.

Contudo, podemos concluir que o discurso não é um significante vazio, ele disputa o significante vazio. “O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 1999, p. 10) Essa transformação do sujeito ocorre no campo material e também no campo simbólico. O discurso leva a ideologia para o campo dos significados, onde ele assume papel na constituição do corpo político.

Embora Laclau e Mouffe acreditem que o discurso substitua a ideologia, podemos ver similaridades com as teorias políticas que colocam o discurso como a parte prática da ideologia, pois, para eles, não existe realidade que esteja distante do discurso. Essa concepção, portanto, não esvazia a ideologia. Na verdade, fortalece o entendimento de ideologia enquanto:

1. Uma explicação que se busca universalizante sobre a realidade e a natureza humana;
2. Constante disputa entre ideologias antagônicas que querem tomar o poder e, assim, colocar em ação a sua visão de mundo.

Portanto, devemos analisar o discurso da liderança política, pois a prática discursiva é um instrumento de disputa da hegemonia (GRAMSCI, 1982) na sociedade. Essa disputa, que é antagonizada pelos agentes da política, faz parte da prática discursiva, com ação e retórica.

Exatamente por estar caracterizado como um acontecimento histórico, o conteúdo dos discursos pode desvendar importante nuance acerca das transformações da ideologia nos diversos tempos históricos. Para a análise do conteúdo do discurso, podemos utilizar duas abordagens (FOUCAULT, 1999): a análise crítica e a análise genealógica.

A análise crítica é feita a partir do controle discursivo, que pelo princípio da inversão identifica as formas de exclusão que invalidam o discurso do outro. Isto é, qual seria o “discurso verdadeiro e a discurso falso”, onde estão circunscritos os procedimentos de autor, comentário e disciplina.

Esta pesquisa faz um recorte crítico, pois os discursos analisados são os discursos das lideranças políticas que têm mandato no Congresso Nacional.

Portanto, todos os discursos podem ser encarados como relevantes para a atuação política parlamentar que deveria ser o fim da ação dos indivíduos que estão ali representando interesses e opiniões.

O lugar do autor do discurso assume uma função coercitiva, isto é, limita a importância e a validade do que está sendo dito conforme analisamos quem está dizendo. É o autor que insere o discurso na materialidade (FOUCAULT, 1999), que insere no real. É ele que interpela e influencia os outros indivíduos por intermédio da fala. O autor no campo dos partidos e movimentos políticos é visto como a liderança.

O lugar do autor delimita a função social do discurso, pois dependendo de quem é o autor o discurso vai cumprir determinada função. Um jornalista, um escritor, um parlamentar, desempenham papéis diferentes dentro da sociedade e por isso os seus discursos precisam ser analisados com o olhar dos objetivos que o autor dos discursos almeja.

O que identificamos de relevante nesse trabalho é a diferença de posição de cada um dos parlamentares dentro do Congresso Nacional e como isso causa impacto no conteúdo do seu discurso. Um líder partidário, um líder de bloco ou participante de comissão discursiva mais sobre o tema relacionado à sua posição.

Já a análise genealógica é o estudo do discurso buscando a raiz de sua formação, no qual as características do discurso, da ideologia, podem ser vistas no tempo histórico como dispersas pelo tempo, descontínua, mas ao mesmo tempo regular. Isto pode ser visto de maneira clara quando pensamos nas principais nuances que aparecem em determinado tempo histórico dos valores da ideologia conservadora.

Ela não se apresenta com as mesmas características sempre, e muito menos em um processo ascendente ou decrescente de suas mutações. Contudo em cada governo que se apresenta como conservador identifica-se o locus central da ordem, hierarquia e limitação da racionalidade dos indivíduos.

O discurso tem, portanto, funções fundamentais, pois é a partir da articulação de palavras, seja na fala ou na escrita, que os indivíduos expressam suas opiniões políticas, suas visões de mundo, isto é, suas ideologias. É por intermédio desse instrumento, do discurso, que a ideologia

interpela os outros indivíduos, criando sentimento de grupo e inserindo nos indivíduos/sujeitos suas crenças sobre a humanidade.

Para mapearmos a composição ideológica do discurso é preciso responder algumas perguntas. Quem é o autor do discurso? Qual a finalidade do seu discurso? Qual a trajetória na qual ele está inserido, isto é, seu tempo histórico e as manifestações ideológicas dominantes? Responder a essas perguntas é dar um salto em direção a uma maior compreensão acerca do espírito ideológico circunscrito em determinado tempo histórico.

2.3. A liderança política

Por que é importante estudar o discurso das lideranças políticas que estão com mandato no Congresso Nacional? A resposta é: a ideologia se manifesta no discurso, e a liderança é a autora de discursos relevantes. A liderança política cumpre uma dupla função: interpela os indivíduos para a formação dos sujeitos, assim como demonstra em sua prática discursiva o antagonismo ideológico dominante de uma geração.

As formas de liderança se modificam conforme o sistema político partidário muda. Em um sistema político de notáveis, as lideranças devem ser eloquentes. Em uma democracia de partidos, as lideranças devem ser partidárias. Já em uma democracia de público, as lideranças devem ser lideranças de público, um ator político (MANIN, 1995), isto é, um indivíduo que tem expressão na sociedade civil, principalmente através da exposição midiática.

Existe, portanto, uma mudança da dinâmica democrática com a ascensão da democracia de público, que potencializa a figura da liderança política por diversos fatores. Entre eles, a exposição midiática e a criação de um vínculo direto (MANIN, 1995), sem o intermédio dos partidos, da liderança política com os eleitores:

Os líderes políticos, pessoas que guiam seus partidos nas eleições e que também querem ganhar cargos no governo se tornam cada vez mais importância no discurso popular e em subgrupos como a comunicação política. (AARTS ET ALL, 2011. livre tradução)

De acordo com a literatura, dois principais motivos poderiam explicar o aumento do impacto dos líderes na disputa política atualmente: a personalização da política (NICOLAU, 2006; AARTS *et al.*, 2011) e o desalinhamento partidário (WATTENBERG, 2000; AARTS *et al.*, 2011), fruto do enfraquecimento dos partidos políticos (WATTENBERG, 2000).

A personalização da política se articula com um fator global e um fator específico da realidade democrática brasileira. O fator global é a ascensão dos meios de comunicação de massa que estão cada vez mais “*candidate-centred*”⁶ (WATTENBERG, 2000) o que pode transferir a disputa política da importância de como a política pública é apresentada para um sistema de crenças dos cidadãos (OHR, 2011). O líder constrói uma identidade separada do partido (WATTENBERG, 2011 in Aarts *et al.*, 2011) que valoriza as suas características individuais em detrimento das ideias, conceitos e causas.

Isso acontece porque além das questões clássicas que determinam o voto e a relação político/partidária na história, como as questões sócio demográficas e identidade política ideológica, observa-se um aumento da importância de outros fatores na análise do voto, como competência (intelectual e liderança) e caráter (integridade e empatia) (KINDER *et al.*, 1980).

O fator específico da realidade brasileira é a lista aberta (NICOLAU, 2006), que fortalece a política de recrutamento de figuras com grande apelo social em detrimento da apresentação dos programas partidários. Os traços do líder como confiabilidade, empatia, capacidade cognitiva, fidelidade, são importantes critérios para julgamentos e decisões por parte dos eleitores (OHR e OSCARSSON, 2011).

O desalinhamento partidário é um fenômeno de descrença nos partidos para resolver os problemas dos indivíduos e que se torna um problema para a democracia pela alta volatilidade que confere às lideranças partidárias. Uma questão interessante é identificar se a janela partidária é muito utilizada pelos deputados que se elegem ou pelos que não se elegem. Uma tese que sustenta

⁶ As pesquisas que utilizam o conceito de *candidate-centred* buscam identificar quais características pessoais dos candidatos mobilizam o voto do eleitor. É uma teoria muito utilizada para analisar a disputa do Executivo, principalmente nas eleições norte-americanas. No artigo “*Partisanship and the dynamics of “candidate centered politics” in American presidential nominations*” (2005), os autores apresentam a evidência de que os democratas tenderiam a votar em candidatos que demonstrassem maior compaixão, enquanto os Republicanos em candidatos que demonstraram virtudes pessoais.

o desalinhamento partidário é a da crescente descrença nos partidos. Quando os partidos importam menos, os líderes importam mais (HOLMBERG e OSCARSSON, 2011). Portanto, se todos os partidos são a “mesma coisa”, a tendência é de que as características individuais se destaquem. Além disso, os líderes políticos, primeiro-ministro e presidente, ganharam mais poder a partir das mudanças institucionais que os sistemas políticos viveram nas últimas décadas, o que sustenta a tese de que com mais poder de barganha é possível influenciar mais o voto.

Outra variável que pode validar a descrença na política, fortalecendo o desalinhamento partidário, é o expressivo declínio na participação política (MACALLISTER, 2011), que pode ser observado desde o alto grau de abstenção nas eleições, com voto nulo, voto branco e até mesmo a ausência às eleições obrigatórias, pagando multa por não votar.

Contudo, apesar do enfraquecimento da ligação entre os eleitores e os partidos e de uma campanha através dos meios de comunicação de massa que é centrada nos indivíduos, os líderes (partidários) não têm demonstrado mais força com o tempo (AARDAL e BINDER, 2011). O principal objetivo para um partido antigo investir em um líder novo ainda é a possibilidade de vitória ((AARDAL e BINDER, 2011).

Uma importante contribuição veio de Gidengil, (2011), para quem o viés positivo dos candidatos e partido importam, embora ele mesmo deixe claro que o estudo usou como base a avaliação positiva e negativa dos candidatos, e não a formação do viés negativo nessa avaliação, o que poderia dar outro resultado.

Como é nítida nos trabalhos mencionados acima, a liderança partidária nem sempre tem mais preponderância sobre o partido quando diz respeito ao voto do eleitor. Outro importante aspecto da personalização da disputa política, que sempre é levantada, é a importância da ascensão eleitoral dos *outsiders*.

Há defensores de que o homem político oligárquico tradicional vem perdendo espaço para os políticos *outsiders* “dotados de escassa experiência pública e precários vínculos partidários” (SANTOS, 1997). Essa ascensão de políticos *outsiders* é vista como mais uma das consequências do sistema proporcional brasileiro de lista aberta (NICOLAU, 2006).

A exposição nos meios de comunicação de massa pode ser vista como atalho para o acesso às carreiras políticas (MIGUEL, 2003), mas traz consigo seu ônus dentro do campo político, pois existe uma dificuldade em manter a votação nas próximas eleições. É, portanto, necessário limpar essa trajetória (Miguel, 2003), como poderemos ver com as figuras analisadas aqui.

A exposição midiática favorece líderes políticos *outsiders*, mas também lideranças partidárias. Em meu estudo, existem lideranças partidárias com trajetória de ascensão, como Marcelo Freixo, e lideranças *outsiders* que começaram sua trajetória no topo e diminuem a cada eleição, como o Tiririca. E ainda existe a liderança política sem ser partidária, isto é, aquela liderança que está há anos na política, mas sem fidelidade partidária, como Eduardo Bolsonaro e o líder da oposição Alessandro Molon.

Há distintos tipos de liderança, com díspares trajetórias políticas, como mostramos acima. Essas diferenças influenciam o modo como as lideranças mobilizam diferentes encaixes discursivos. Algumas lideranças que serão analisadas nesta pesquisa podem mudar de partido ou não serem eleitas na próxima legislatura.

Contudo, como discorreremos anteriormente, o discurso é relevante para a compreensão ideológica de um determinado momento histórico. E apesar da literatura não demonstrar um expressivo aumento da importância da liderança partidária ou do *outsider* em comparação a outros momentos da democracia, a literatura da democracia representativa e do sistema eleitoral de lista aberta por si só já delimita sua importância política.

2.4 O Discurso e a Democracia

Na democracia, os discursos cumprem uma dupla função ideológica. A primeira função, relacionada à complexidade das frações de classe (POULANTZAS, 1969), é a sua articulação para que possam manter o poder dentro do Estado. Essa articulação é de extrema importância na política, sobretudo para a construção da hegemonia ideológica dentro de um tempo histórico. A ideologia tem a função de organizar esses atores dentro do bloco do poder e os discursos de seus representantes dão as demonstrações do

imbricamento entre os atores que possibilitam a construção dessa unidade. Existem dimensões que ficam explícitas no discurso, que demonstram de que maneira e em que grau está o alicerce dessa composição.

A segunda função diz respeito à disputa entre ideologias antagônicas. Essa disputa dos significantes (LACLAU & MOUFFE, 1985) é feita a partir da disputa entre alguns dos intelectuais orgânicos das respectivas frações de classe (GRAMSCI, 1982) que estão no seio dos Aparelhos Ideológicos do Estado (ALTHUSSER, 1980). Aqui o discurso assume a função de demonstrar qual são as principais questões que rivalizam e que antagonizam as ideologias.

Isto é possível porque na visão procedimental da democracia (SCHUMPETER, 1942; DOWNS, 1957), em que o indivíduo participa na escolha da elite que vai governar o País, o discurso do político assume uma posição central na construção da coesão do discurso dominante. Isto é, se o papel de construção da hegemonia política em uma sociedade é mobilizado pelos aparelhos ideológicos do Estado, os representantes legítimos, eleitos por voto direto do povo, dizem muito sobre o espectro ideológico que ronda o País.

Na democracia de público⁷ (MANIN, 1995), a personalização da escolha eleitoral modifica os termos de relação do candidato com o eleitorado, a principal característica desse sistema é a força do chefe do Executivo, assim como a relação pessoal com o eleitorado. Essa relação pode ser determinada pela relação do indivíduo eleito com o território dos seus votantes, mas principalmente com a imagem que mobiliza e passa para o seu eleitorado.

Os termos da escolha eleitoral transformam a dinâmica das pautas da democracia. Na democracia de partido (MANIN, 1995)⁸, os partidos representavam determinadas bandeiras organizadas previamente pelas suas

⁷ Conceito construído por Manin para definir a democracia em seu estágio atual. Para ele, a democracia passou por três estágios: o modelo parlamentar, a democracia de partido e, agora, a democracia de público. Elas se diferenciam por quatro principais aspectos: a maneira como são eleitos os representantes e as qualidades que são desejadas, a independência dos representantes perante os partidos, a liberdade de opinião pública, isto é, como são construídas as pautas políticas debatidas nas sessões dos parlamentos e, por último, onde se dão as articulações sobre os projetos aprovados, denominado debate parlamentar. É uma teoria rica e que procura pontuar o enfraquecimento dos partidos como principal agente dinâmico da democracia. Aqui cabe o mesmo comentário feito acima acerca de notas substantivas: procure incorporá-las ao texto.

⁸ Termo cunhado para designar características de uma democracia na qual os partidos eram fundamentais para mobilizar o eleitor ao voto, criar o vínculo informacional com o eleitor e representar no parlamento.

atuações na sociedade civil e pelas clivagens sociais que representam. Na democracia de público, a mobilização dos eleitores por determinadas pautas políticas é conquistada por um caráter reativo do voto, onde os políticos que estiverem atentos às pautas que dividem e mobilizam a sociedade durante a eleição estarão mais propensos a sair na frente no teatro da política.

Embora alguns aspectos da democracia de público possam ser questionados, como a neutralidade da opinião pública dos meios de comunicação, e as características dos eleitores flutuantes de serem bem informados e instruídos, sabemos que os meios de comunicação são hoje uma plataforma de comunicação direta entre os representantes e os eleitores, e que isso modificou profundamente as eleições.

Os meios de comunicação influenciaram a eleição desses candidatos. Identificamos que o reino dos comunicadores (MANIN, 1995), como dispensa de mediação entre o povo e os representantes, chegou para ficar. Assim como a televisão mudou a forma de fazer política de uma geração, as redes sociais alargaram essa influência.

O panfleto político precisava de um mediador que entregasse o papel de um indivíduo partidário para outro indivíduo, gerando uma relação de proximidade e um vínculo real. A televisão modificou esse vínculo. Grandes conglomerados passaram a falar diretamente dos seus estúdios para dentro da casa das pessoas. Os movimentos partidários foram cavando espaço, como, por exemplo, o tempo de televisão em momentos de eleição e fora também, para apresentação do partido.

Duas questões mudaram radicalmente com o advento das redes sociais.

1. O anonimato: Não se sabe mais quem está criando aquele conteúdo que é recebido por uma página do Facebook ou no WhatsApp, pois o conteúdo não vem com a referência de quem o criou.

2. A bolha: Se antes todo mundo acessava o mesmo conteúdo e isso tinha suas questões negativas, hoje não se tem mais um conteúdo que é acessado por todos. Essa bolha informacional potencializa a *fakenews*⁹, pois o indivíduo recebe aquele conteúdo de pessoas de confiança e que pensam igual

⁹ Conceito utilizado para informações falsas que são divulgadas como verdadeiras.

a ele. As pessoas que pensam diferente têm dificuldade de acessar a bolha e desconstruir as opiniões e narrativas que circulam nela.

Nessa realidade, os discursos adquirem ainda mais relevância e as instituições políticas onde o representante político age são consideradas palco estendido de atuação do ator político (MANIN, 1995), que procura manter sua relação direta com os eleitores a partir da defesa de pautas mobilizadoras.

Essas pautas mobilizadoras são a chave para a compreensão da materialização da ideologia. Elas tendem a dividir e organizar a sociedade e a própria ideologia por intermédio de seus antagonismos (LACLAU & MOUFFE, 1985). Esses comportamentos dos representantes devem ser estudados sob a perspectiva dos seus antagonismos que vão nos possibilitar identificar o espectro ideológico que mobilizou os indivíduos ao voto:

Isso quer dizer que todo discurso, toda identidade formada por uma articulação discursiva se dá a partir de seu próprio corte antagônico, ou seja, um outro discurso que nega, que ameaça a existência de todos os elementos que constituíram um determinado discurso. (MENDONÇA, 2009)

O advento da expansão dos meios de comunicação de massa modificou a agenda do político, que se volta cada vez mais para o discurso. Essa dissertação visa analisar como os políticos que têm mandato no Congresso Nacional manifestam por intermédio do discurso suas ideologias. Eles estão circunscritos a uma realidade objetiva de confronto de ideias e de políticas em torno de projeto de leis, representando interesses e objetivos da população.

Na democracia representativa, realidade da maior parte dos países do mundo, os indivíduos escolhem seus representantes para que esses possam governar. Cada representante tem a sua ideologia e, quando está no poder, tende, de acordo com sua concepção e visão de mundo, a fortalecer determinadas políticas públicas em detrimento de outras.

Embora a democracia seja o sistema político que favorece o debate e o convencimento entre as diferentes partes, sabemos que muitas vezes isso é impossível, pois os representantes já chegam ao debate com suas visões próprias, representando interesses (BOBBIO, 2000) e grupos diversos conflitantes.

A arena política é o local do discurso do político, e isso fortalece essa contradição, pois como vimos na teoria do discurso (LACLAU & MOUFFE, 1985), sua construção é a síntese do antagonismo existente em determinado tempo histórico. As lideranças, que são vistas como o autor do discurso, levam para a arena política a sua ideologia, em formato de discurso. Neste trabalho, essa arena é delimitada ao parlamento¹⁰.

O discurso é a parte ativa da ideologia quando está inserido em determinado tempo histórico, em uma conjuntura política. Isso explica muito do antagonismo existente nos discursos do plenário do Congresso Nacional. O parlamentar, quando se expressa, tem a tendência de emitir uma opinião favorável ou contrária a determinadas políticas públicas.

A ideologia dá a base de sustentação do discurso. Contudo, o discurso quando ascende à arena política tem a tendência de assumir um papel de antagonismo constante. Isto é, sempre com um papel de defesa ou de rejeição de determinadas proposições. No próximo capítulo analisaremos as matrizes ideológicas que dão base de sustentação aos discursos que serão analisados neste trabalho.

¹⁰ Se fossemos analisar os discursos nas redes sociais, a relação com as pautas políticas, com o eleitorado e com a forma do discurso seriam diferentes.

3. A ideologia em sua forma política

3.1. Ideologias Modernas

Os filósofos do Iluminismo acreditavam que a razão seria capaz de fazer uma análise tão minuciosa das ideias que poderia ser possível desvendar o que é a natureza humana. Isso seria capaz de orientar a sociedade na promoção de políticas sociais de acordo com os desejos e vontades dos indivíduos. Thompson (1990) identificou no trabalho de De Tracy uma das características fundamentais levantada por ele sobre a ideologia, a compreensão da natureza humana:

A ideologia colocaria as ciências morais e políticas num fundamento firme e as preservaria do erro e do “preconceito” – uma fé iluminista que de Tracy herdou de Condillac e de Bacon. (THOMPSON, 1990)

O iluminismo, que teve como premissa central o questionamento a ideia de que Deus seria a única explicação possível para todos os dilemas humanos relacionados ao indivíduo ou à natureza, também buscava dar respostas absolutas e universais (ADORNO, 1969). Essa universalização do saber e da natureza humana é ainda a maior fonte de distinção entre as proposições ideológicas. Se o sujeito só existe interpelado e reconhecido na e pela ideologia, a concepção sobre a natureza humana desse sujeito está no cerne de toda a diferenciação ideológica

As três principais ideologias modernas: liberalismo, conservadorismo e socialismo têm pontos de contato e pontos de oposição. Elas podem ser definidas como as matrizes ideológicas do nosso tempo (HEYWOOD, 2010). Elas são constituídas de noções sobre a organização do Estado e da vida social. Essas ideologias são até hoje revisitadas por qualquer um que se proponha a fazer uma análise sobre a ideologia em forma de ação política.

3.1.1. Liberalismo e o seu dualismo

O liberalismo floresceu de ideias radicais para o seu tempo, em contraposição ao imaginário social e político do feudalismo. O liberalismo defendeu homens livres em contraste ao direito divino dos reis e a um destino traçado previamente por Deus¹¹. É uma ideologia com traços inspirados na tradição política Iluminista¹², que, posteriormente, com a Revolução Industrial, espalhou-se e se constituiu na base da tradição política do Ocidente.

O liberalismo está tão entranhado na história política da humanidade que até hoje a Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão, aprovada em 26 de agosto de 1789, durante a Revolução Francesa, é ainda a principal referência na construção dos direitos humanos: Art.1º. Os homens nascem e são livres e iguais em direitos. ¹³

O liberalismo tem como sua característica mais marcante a noção de que o indivíduo é livre e que o indivíduo é dotado de razão. A crença na primazia do indivíduo, apesar de se fundar na tensão entre singularidade e igualdade, tem no atomismo – concepção de que a sociedade é formada não por grupos sociais, mas por um conjunto de indivíduos autossuficientes e voltados para seus próprios interesses – o ponto central da construção dessa ideologia. (HEYWOOD, 2010)

John Locke e Jean Jacques Rousseau podem ser identificados como os precursores do liberalismo. Os autores convergem na ideia de que o indivíduo, dotado de razão, possui como o seu maior bem a sua liberdade. Essa liberdade consiste na capacidade do indivíduo de pensar e agir segundo seus próprios desejos e interesses:

Renunciar à liberdade é renunciar à qualidade de homem, aos direitos da humanidade e mesmo aos seus deveres. Não existe nenhuma compensação possível para aquele que renuncia a tudo. Uma tal renúncia é incompatível com a natureza do homem. (ROUSSEAU, Capítulo IV Da escravidão)

¹¹ O principal teórico desse período, estudado na ciência política, é Santo Agostinho, que escreveu a cidade de Deus.

¹² Bacon, Hume, Voltaire, Spinoza, Descartes, Rousseau, Locke, Kant. O período iluminista foi muito rico e, por mais que as teorias políticas dos seus filósofos possam ter encaminhado compreensões distintas sobre o sistema político que deveria ser vigente, serviram todas para questionar a intolerância religiosa e defender a importância da liberdade individual.

¹³ Disponível em Biblioteca Central da USP: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-anteriores-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/declaracao-de-direitos-do-homem-e-do-cidadao-1789.html>

Ambos os autores têm uma visão positiva do estado de Natureza do homem. Nesse estado de Natureza, o homem é livre para exercer sua liberdade:

O “estado de Natureza” é regido por um direito natural que se impõe a todos, e com respeito à razão, que é este direito, toda a humanidade aprende que, sendo todos iguais e independentes, ninguém deve lesar o outro em sua vida, sua saúde, sua liberdade ou seus bens; todos os homens são obra de um único Criador todopoderoso e infinitamente sábio, todos servindo a um único senhor soberano, enviados ao mundo por sua ordem e a seu serviço; são portanto, sua propriedade, daquele que os fez e que os destinou a durar segundo sua vontade e de mais ninguém. (LOCKE, Parágrafo 6)

Para Rousseau, o homem que perde a sua liberdade natural deve ganhar a liberdade civil: “o homem nasce livre, e por toda parte encontra-se aprisionado”. A função do Contrato Social é, portanto, a garantia da liberdade:

“Encontrar uma forma de associação que defenda e proteja de toda a força comum à pessoa e os bens de cada associado, e pela qual, cada um, unindo-se a todos, não obedeça, portanto senão a si mesmo, e permaneça tão livre como anteriormente.” Tal é o problema fundamental cuja solução é dada pelo contrato social. (ROUSSEAU, p. 24)

Um aspecto central da teoria política de Locke é a manutenção da propriedade. E o contrato social vem também para resolver esse problema e trazer tranquilidade e paz para que os indivíduos possam usufruir de seus bens:

Se todos os homens são, como se tem dito, livres, iguais e independentes por natureza, ninguém pode ser retirado deste estado e se sujeitar ao poder político de outro sem o seu próprio consentimento. A única maneira pela qual alguém se despoja de sua liberdade natural e se coloca dentro das limitações da sociedade civil é através de acordo com outros homens para se associarem e se unirem em uma comunidade para uma vida confortável, segura e pacífica uns com os outros, desfrutando com segurança de suas propriedades e melhor protegidos contra aqueles que não são daquela comunidade. Esses homens podem agir desta forma porque isso não prejudica a liberdade dos outros, que permanecem como antes, na liberdade do estado de natureza. Quando qualquer número de homens decide constituir uma comunidade ou um governo, isto os associa e eles formam um corpo político em que a maioria tem o direito de agir e decidir pelo restante. (LOCKE, parágrafo 95)

Por outro lado, as diferenças podem ser observadas quando fazemos algumas perguntas: Como o indivíduo utiliza essa liberdade? Como o sistema político se relaciona com essa liberdade? As diferenças entre os autores permeiam as discussões no âmbito do liberalismo até hoje.

A ideia de justiça é influenciada pelas diferenças entre os autores, no quesito desejos e interesses. O consenso é que todos defendem a igualdade formal, pela qual todos os indivíduos nascem iguais, são iguais por natureza, como é descrito na Declaração de Direitos dos Homens e Cidadãos. Essa igualdade é reconhecida e respaldada pelo contrato social. Vista sob a perspectiva de uma igualdade formal, ela é transposta para uma igualdade jurídica e política, isto é, todos devem ser tratados igualmente perante a lei e ter direito à participação¹⁴.

A igualdade social divide as opiniões dos autores da teoria liberal. Rousseau é considerado um importante autor da ideia de moral. Para ele, o contrato social possibilita ver o outro com um olhar de justiça e coletividade:

A passagem do estado de natureza ao estado civil produziu no homem uma mudança considerável, substituindo em sua conduta a justiça ao instinto, e imprimindo às suas ações a moralidade que anteriormente lhes faltava. Foi somente então que a voz do dever, sucedendo ao impulso físico, e o direito ao apetite, fizeram com que o homem, que até esse momento só tinha olhado para si mesmo, se visse forçado a agir por outros princípios e consultar a razão antes de ouvir seus pendores. (ROUSSEAU, p. 30)

Por outro lado, dentro do liberalismo, existe também a visão de que os indivíduos têm talentos e habilidades diferentes e que alguns estão mais predispostos a trabalhar do que outros. (HEYWOOD, 2010). Essa visão fortalece a meritocracia na sociedade onde o governo e o poder são exercidos por aqueles que têm mérito, isto é, têm inteligência e se esforçam para desenvolver suas habilidades e chegar a uma posição superior¹⁵.

¹⁴ Participação do ponto de vista de votação é uma elaboração mais recente da democracia e do liberalismo político, que lutou pela ampliação do direito do voto, o que não foi conquistado de primeira ordem junto com a revolução francesa ou a declaração de direito dos homens.

¹⁵ Existem teóricos do liberalismo que inserem a necessidade de igualdade social para a manutenção do capitalismo e do liberalismo político. (Rawls)

Do ponto de vista do sistema político, o liberalismo não significou sempre democracia, o que é defendido por essa ideologia são ideias que foram resgatadas pelos movimentos democráticos. Ainda hoje existem questionamentos sobre a relação entre democracia e liberalismo no sistema político¹⁶.

Em relação ao sistema político e a democracia, uma das ideias da teoria política liberal é a tolerância (HEYWOOD, 2010) e sua relação com a razão. Os indivíduos são portadores de razão e, por isso, devem ser chamados ao debate. Do ponto de vista do debate público e da harmonia de interesses, existe a crença de que a diversidade de ideias é importante para o equilíbrio da sociedade.

A crença na razão se vincula à tradição iluminista. O racionalismo iluminista se contrapõe às doutrinas religiosas e leva à valorização do indivíduo e da liberdade. Com isso, tem-se a esperança em um futuro com mais progresso, fruto de uma sociedade em que os conflitos são resolvidos por meio do debate, da argumentação e da negociação, e não pela violência.

Apesar disso, o liberalismo não é o sistema político do pacifismo. Um teórico político defensor do Absolutismo, mas que influenciou também o liberalismo é autor da famosa frase: “O homem é o lobo do homem.” (HOBBS, 2002). Thomas Hobbes, que viveu em uma época de intenso conflito civil armado na Inglaterra, defendia que a força militar deveria ser monopólio do Estado, pois os homens, com a sua liberdade, estariam propensos a destruir uns aos outros em busca da honra e glória.

Uma das formulações principais do liberalismo é a do governo constitucional. O constitucionalismo diz respeito à delimitação do governo pelas leis. A primeira característica do constitucionalismo é a de que “o poder dos políticos e dos organismos governamentais deve ser limitado por restrições externas e, na maioria das vezes, jurídicas. A mais importante delas é a chamada constituição escrita, que codifica os principais poderes e

¹⁶ Um autor referência para esse debate é Domenico Losurdo em *Democracia ou Bonapartismo*, no qual ele demonstra que o liberalismo político nos Estados Unidos, grande exemplo de democracia, só possibilitou a participação política de todos os habitantes no fim do século XIX. E conquistou seu império político e econômico com base na escravidão.

responsabilidades das instituições governamentais num único documento oficial” (HEYWOOD, 2010).

A segunda característica é o sistema de “freios e contrapesos” pensado inicialmente por Montesquieu, adaptado pelos federalistas e outros, para que o poder pudesse sempre limitar o poder, inserindo instituições e restrições a si mesmo. Na maioria das democracias modernas ocidentais isso se traduz em três instituições independentes: Judiciário, Executivo e Legislativo. Isso vale inclusive para a realidade brasileira. Como conceitua Brandão (2005):

O liberalismo brasileiro (...) toma a questão da representação como decisiva, (...) reconhece a necessidade de um Executivo forte, defende a independência e o papel de árbitro constitucional do Judiciário, em cuja aristocracia deposita boa parte de suas esperanças de preservação da liberdade, e pensa a ação e a organização da vida política como um espaço cujo centro é o Parlamento, que deveria funcionar como uma espécie de tribunal, no qual a verdade ou o melhor resultado emerge por meio da exposição dos argumentos e réplicas, do choque agônico e não antagônico de interesses.

O liberalismo tem contradições que vão se misturar a experiências históricas e à influência da formulação teórica das outras ideologias, desembocando em duas diferentes experiências ideológicas no século XX e XXI: neoliberalismo e estado de bem-estar social. A visão sobre o papel do Estado, a dimensão da justiça social e da participação política são alguns dos debates infundáveis sobre os quais os autores liberais divergem.

3.1.2. Conservadorismo – História e tradição de cada País

O conservadorismo surge como um movimento político moderno a partir das publicações de Edmund Burke sobre a Revolução Francesa. Burke ficou conhecido pelos seus prognósticos no texto *Reflexões sobre a revolução francesa* (BURKE, 1969), no qual denunciava os excessos do movimento que ali começava. Burke era um exímio defensor da Revolução Inglesa, que via na conservação e na correção o equilíbrio para manter uma sociedade coesa e estável nesse período de grandes mudanças.

A Revolução Inglesa, que serve de inspiração para o conservadorismo, foi uma sequência de guerras, revoluções e contrarrevoluções que ocorreram

no século XVII, e que terminou com a instauração de uma monarquia parlamentarista na Inglaterra. A Revolução Inglesa se encerra quando o parlamento é constituído pela nobreza, que aumentou seu poder sobre as decisões políticas e econômicas, regulando o poder da monarquia e os direitos e deveres dos súditos:

A declaração Inglesa de Direitos tem seu valor registrado no que consiste ao esclarecimento de leis existentes, especificando os direitos dos súditos em relação às violações empreendidas pelo monarca. Nesse sentido, é possível afirmar que a Declaração foi uma tentativa de controle do poder monárquico, dando dinamicidade a política inglesa. (BEZERRA, 2018)

Os ideais da Revolução Francesa – igualdade, liberdade, fraternidade e a capacidade de alcançar a verdade por intermédio da razão – são questionados, pois mesmo se existissem poderiam não ter capacidade de constituir um corpo forte para manter a paz na sociedade. O conservadorismo de Burke não nega em si a necessidade de transformações. Contudo seria preciso observar as particularidades de determinada sociedade para haver possibilidade de preservação de sua essência. Essa essência vem por meio da cultura e de uma visão orgânica dos indivíduos, uma visão de comunidade frente ao individualismo crescente estimulado pelo liberalismo:

Os dois princípios de conservação e da correção agiram fortemente nos dois períodos críticos da Restauração e da Revolução, quando Inglaterra se encontrou sem rei. Em cada um destes dois períodos, o fator de união do velho edifício nacional foi rompido: nem por isto a nação destruiu todo o edifício. Ao contrário, empregou-se as partes da antiga Constituição que nada tinham sofrido na regeneração daquela que faltava. Conservo – se as antigas partes exatamente como eram, a fim de que aquela que se reconstituía pudesse ser adaptada a elas. Agiu-se por meio das antigas instituições organizadas na forma tradicional de sua organização, e não por meio de *moluculae* e dissociadas de um povo desagregado. (BURKE, 1969)

A tradição é um conceito central e, por isso, perpassa toda a ideologia conservadora. A tradição dialoga com a fé religiosa, com a sabedoria e com a experiência acumulada do passado. Ela consiste na defesa de práticas, valores e instituições determinadas pelas estruturas de poder e de composição da

sociedade pregressa. Na época de Burke, a defesa da tradição estava relacionada à valorização do papel dos grandes proprietários de terra.

Em relação ao Brasil, observamos a defesa da tradição como a valorização de instituições e práticas que remontam à dominação iniciada com a vinda dos portugueses para estas terras. Entre essas práticas estão a escravidão, o patrimonialismo e o mandonismo, que fazem parte da principal estrutura de povoamento de nosso território. (SCHWARCZ, 2019)

Uma importante chave de compreensão para a defesa do conservadorismo é a concepção de imperfeição humana, que entende que os indivíduos são seres dependentes e psicologicamente limitados, com muita inspiração no “pecado original” (HEYWOOD, 2010). É o ser humano que morde a maçã e escolhe sair do paraíso.

Do ponto de vista da teoria política, Thomas Hobbes é o autor mais influente do conservadorismo. O homem do estado de Natureza compartilha muitas características com o homem pecador. Ele é egoísta e busca pelos seus interesses e prazeres. Somente o Estado forte pode ser capaz de dar segurança aos indivíduos e assim trazer a liberdade. Os indivíduos devem sacrificar sua liberdade natural, cercada pelo medo do estado de natureza, para viverem sob o contrato social do leviatã. Esse Estado deve ser forte e ter o monopólio da força. O papel da lei e do Estado é, essencialmente, garantir a ordem e a liberdade.

A causa final, finalidade e desígnio dos homens (que ama naturalmente a liberdade e o domínio sobre outro), ao introduzir aquela restrição sobre si mesmos sob qual os vemos viver em repúblicas, é a precaução com a sua própria conservação e com uma vida mais satisfeita. Quer dizer, o desejo de sair daquela mísera condição de guerra, que é a consequência necessária (conforme se mostrou) das paixões naturais dos homens, quando não há um poder visível capaz de os manter em respeito e os forçar, por medo do castigo, ao cumprimento dos seus pactos e à observância das leis de natureza que foram expostas nos capítulos XIV e XV.

Porque as leis de natureza (como a justiça, a equidade, a modéstia, a piedade, ou em resumo, fazer aos outros o que queremos que nos façam (grifo do autor) por si mesmas, na ausência do temor de algum poder que as faça ser respeitadas, são contrárias às nossas paixões naturais, as quais nos fazem tender para a parcialidade, o orgulho, a vingança coisas semelhantes. E os pactos sem a espada não passam de palavras, sem força para dar segurança a ninguém. (HOBBS, 2008. p 143)

A lógica do corpo *uno* capaz de dar coesão aos indivíduos, por intermédio da religião ou do contrato social, faz emergir a concepção de sociedade orgânica. Essa noção baseia-se na lógica do corpo humano e da família (HEYWOOD, 2010). O dever e a obrigação são vistos como naturais, como a obediência do filho com os pais e a responsabilidade dos pais com os filhos. Onde essas relações de dever e obrigação não são compreendidas como naturais, são identificadas como algo fundamental para manter a sociedade unida:

Perfilando a tese conservadora, crê que a sociedade seria composta de indivíduos desiguais e diferentes, quer pela ordem natural, quer pela diferenciação do uso correto da liberdade de cada um para pavimentação das trajetórias individuais (o mérito). A aceitação de uma ordem natural que pode emergir da própria tradição, da religião ou da Providência caracteriza a ontologia conservadora. (CÊPEDA, 2018)

A hierarquia e autoridade dizem respeito a uma visão da aristocracia como algo natural, onde cada indivíduo, por sua liderança e disciplina, ocupa lugares diferentes na sociedade, sem igualdade social. É uma justificativa baseada na função diferente que cada órgão desempenha no corpo humano, coração, pulmão, fígado (HEYWOOD, 2010), sendo todos indispensáveis ao funcionamento do nosso organismo. Assim também são consideradas as diferentes classes e os diferentes grupos que compõem a sociedade.

A propriedade se relaciona com as características listadas acima. Sua legitimidade no conservadorismo se difere do liberalismo, pois ela reflete características do dono e está ligada à tradição e às gerações anteriores. No liberalismo a legitimidade da propriedade é pautada pela meritocracia. Mas ambas as ideologias convergem na ideia de que quem tem propriedade tem a tendência maior a respeitar a lei e a ordem.

O conservadorismo não é um todo homogêneo. Em sua vertente autoritária ele deu origem aos regimes nazifascistas e golpes em todo o mundo. Já o conservadorismo paternalista defendia uma justiça social, pois acreditava que a riqueza e o privilégio vinham acompanhados de responsabilidade para com a coesão da sociedade e, portanto, com menos desigualdade e diferenças entre seus indivíduos (HEYWOOD, 2010).

Como a principal característica da ideologia conservadora é um temor e uma recusa frente às mudanças radicais que são produzidas na sociedade, ela assume novas formas com o avanço da história. Ela se inicia na reação ao aumento dos direitos civis, advindos das ideias do iluminismo e da revolução francesa, passando pela reação a ampliação do sufrágio universal e dos direitos políticos, até a reação ao *bem-estar social* (HIRSCHMAN, 1991), e aos direitos reivindicados pelos movimentos da era pós-industrial: LGBTs, mulheres, ambiental, nacionalismo entre outros (HEYWOOD, 2010).

Essa nova forma de conservadorismo chamada de “nova direita” pode ser identificada em dois movimentos, o neoconservadorismo e o neoliberalismo. Essas duas ideologias se conectam na crítica ao estado de bem-estar social, como defende Hichrsman (1991), a terceira onda de reação do conservadorismo.

Essa nova direita é como um casamento entre as duas tradições ideológicas aparentemente antagônicas. (...) tenta unir o libertarismo econômico ao autoritarismo estatal e social. Como tal, é uma mistura de características radicais, reacionárias e tradicionais. (HEYWOOD, 2010)

Os avanços dos direitos civis, políticos e sociais não são uniformes em todos os países. Assim, o conservadorismo assume diferentes composições na defesa da sua tradição e de suas estruturas locais de poder. O conservadorismo guarda relação direta com a história e com os costumes de cada nação.

3.1.3. Socialismo e Socialdemocracia e governos progressistas da América Latina

O socialismo é uma ideologia moderna inspirada em ideias iluministas como a razão e o progresso. O socialismo é uma ideologia diversa composta por vertentes marxistas, socialistas utópicas, sociais-democratas e suas variações. Diferente do liberalismo, o socialismo identifica na igualdade a principal característica que unifica e dignifica os indivíduos. Portanto, é a

igualdade, sobretudo a igualdade social, que garante maior coesão e estabilidade social (HEYWOOD, 2010).

Para os pensadores socialistas Karl Marx e Friedrich Engels, a natureza humana é moldada pelas interações sociais e pelo ambiente em que os indivíduos estão inseridos. Para eles, somente a análise da vida concreta, da vida real, pode trazer as respostas às soluções dos problemas da vida humana:

É na vida real que começa, portanto, a ciência real, positiva, a análise da atividade prática, do processo, do desenvolvimento prático dos homens. Cessam as frases ocas sobre a consciência, para que um saber real as substitua. Com o conhecimento da realidade, a filosofia não tem mais um meio para existir de maneira autônoma. Em seu lugar, poder-se-á no máximo colocar uma síntese dos resultados mais gerais que é possível abstrair do estudo do desenvolvimento histórico dos homens. Essas abstrações, tomadas em si mesmas, desvinculadas da história real, não têm absolutamente nenhum valor. (MARX, 2009)

Para Marx e Engels, o trabalho ocupa um lugar central na teoria política. O trabalho é compreendido enquanto ação direta do homem na natureza, desenvolvendo ferramentas para poder satisfazer suas necessidades básicas. É através da razão que os homens ampliaram a capacidade transformadora do trabalho na história. Através do trabalho o ser humano se constitui enquanto tal:

O trabalho é a fonte de toda riqueza, afirmam os economistas. Assim é, com efeito, ao lado da natureza, encarregada de fornecer os materiais que ele converte em riqueza. O trabalho, porém, é muitíssimo mais do que isso. É a condição básica e fundamental de toda a vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem. (ENGELS, 1986)

O trabalho não é visto como uma característica individual e sim coletiva. Só se pode compreender o ser humano como parte de um processo integrado e coletivo de produção da vida. A relação entre indivíduos de uma maneira igualitária possibilitaria uma forma de viver com a realização das necessidades básicas de todos. Assim, alcançando o bem-estar coletivo:

Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião e por tudo o que se queira. Mas eles próprios começam a se distinguir dos animais logo que começam a produzir seus meios de

existência, e esse passo à frente é a própria consequência de sua organização corporal. (MARX, Karl. P.10)

Para os socialistas o princípio da cooperação é fruto do trabalho coletivo. Uma sociedade com cooperação tem como base benefícios mútuos, em que todos os cidadãos são agentes e receptores das políticas sociais. E para essa condição ser alcançada, é importante qualificar o princípio da igualdade.

A igualdade para os socialistas está baseada na igualdade social, na qual a justiça tem como base a equidade (HEYWOOD, 2010). Todos os indivíduos merecem ter suas necessidades básicas atendidas. Todos os indivíduos precisam comer, ter casa, ter educação, saúde, acesso à água potável e saneamento básico. E embora a igualdade formal tenha sido garantida na Declaração de Direitos dos Homens e em parte das constituições, a realidade ainda é bem diferente em diversos países.

A igualdade social fortalece os conceitos de comunidade e cooperação, pois a satisfação das necessidades é a base para a realização pessoal dentro do coletivo e o alcance da plenitude do ser humano. Isso só poderia acontecer, na visão dos socialistas, com todos os indivíduos tendo acesso aos bens produzidos pelo seu trabalho coletivo.

Dentro do que estamos chamando aqui de socialismo, podemos identificar vertentes que se apoiam no crescimento econômico como uma necessidade para possibilitar a distribuição de renda. No entanto, também existem as iniciativas de ações coletivas, cooperativas que acreditam que germinando cooperação em experiências individuais e locais, chega-se a uma nova lógica de produção.

O comunismo, como concebido por Marx e Lênin, defendeu a coletivização dos meios de produção e a redistribuição de bens, como maneira de garantir a igualdade social:

Numa fase superior da sociedade comunista, quando tiver sido eliminada a subordinação escravizadora dos indivíduos à divisão do trabalho e, com ela, a oposição entre trabalho intelectual e manual; quando o trabalho tiver deixado de ser mero meio de vida e tiver se tornado a primeira necessidade vital; quando, juntamente com o desenvolvimento multifacetado dos indivíduos, suas[39] forças produtivas também tiverem crescido e todas as fontes da riqueza coletiva jorrarem em abundância, apenas então o estreito horizonte

jurídico burguês poderá ser plenamente superado e a sociedade poderá escrever em sua bandeira: “De cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades!”. (Marx. P 28, 2012)

Os sociais-democratas defenderam e construíram a experiência do estado de bem-estar social, em que a redistribuição por intermédio do Estado é a base da garantia da justiça e da igualdade social.

Uma importante ideia do socialismo, principalmente no socialismo científico, é a luta de classes concebida como uma ferramenta analítica. Como está no manifesto do partido comunista, livro que inspirou toda uma geração de socialistas e é objeto de estudo até hoje: “A história de toda a sociedade até aqui é a história de lutas de classes” (Marx e Engels). E como o mesmo Marx continua dizendo: “Toda luta de classes é uma luta política”.

A defesa de direitos, assim como políticas voltadas para a classe trabalhadora, ainda são fundamentais para a compreensão do campo de análise da ideologia socialista. As divergências se dão, sobretudo, na maneira como se trava essa luta e se ainda podemos compreender a classe trabalhadora como a única classe revolucionária.

No início do capitalismo, a classe trabalhadora industrial era reconhecida como principal agente da revolução, da transformação social. No entanto, hoje vemos crescer no seio dos movimentos socialistas as pautas do feminismo, luta antirracista, defesa do meio ambiente e da soberania nacional (HEYWOOD, 2010). Ainda assim a classe trabalhadora é vista na história como principal instrumento de luta e emancipação da sociedade, tendo conquistado vitórias constantemente contestadas.

Outro ponto importante do socialismo é a concepção sobre a propriedade. No liberalismo, a propriedade é vista como natural e o Estado atua na defesa da propriedade privada. No marxismo, a crítica à propriedade é a crítica da propriedade privada dos meios de produção. A tendência histórica do liberalismo econômico é o aumento da desigualdade e do antagonismo de classes, pois alguns indivíduos detêm os meios de produção enquanto outros só têm a sua mão de obra para vender. Na teoria marxista, o que produz a riqueza é o trabalho. Os donos dos meios de produção dão a esses indivíduos,

os trabalhadores, por intermédio do salário, o mínimo para que ele e sua prole continuem trabalhando. (ALTHUSSER, 1980)

Na experiência do socialismo real a ideia de propriedade comum significava a estatização total ou quase total da economia. Em alguns países de governos sociais-democratas, a defesa da propriedade comum abarcava o fortalecimento do papel do Estado em setores estratégicos da economia (HEYWOOD, 2010). A ideia em comum nas duas vertentes é a de que a riqueza produzida deve ser, em alguma medida, distribuída entre os cidadãos.

Em contraste com o conservadorismo que mobiliza o discurso religioso como o pecado original para a explicação dos problemas recorrentes na humanidade (HEYWOOD, 2010), o socialismo aprofunda a concepção da crença na razão e na cooperação entre os indivíduos para o bem viver (DARDOT e LAVAL, 2016) inaugurados pelo iluminismo.

3.2. Conflitos e aproximação

Os conceitos principais das ideologias modernas apresentadas aqui servem, portanto, como base teórica para que possamos seguir com nosso raciocínio de como essas ideologias podem ser utilizadas para a análise de discurso. Quando falamos de ideologia, pensamos nos tipos ideais antagônicos que nos são apresentados nos debates públicos: Esquerda/direita, liberal/conservador.

Ao identificar nos indivíduos suas preferências políticas em relação à legalização do aborto, à legalização de drogas, à laicidade do Estado, entre outros, pode parecer confuso o porquê de as respostas no agregado soarem tão diferentes, podendo até se anular (FELDMAN, 2014). Assim também podem ser os representantes políticos e os partidos.

Os termos esquerda e direita começaram a ser utilizados em referência à posição dos grupos no parlamento durante a Revolução Francesa (HEYWOOD, 2010), e já sofreram incrementos e modificações no decorrer da história. Ainda assim podem não ser suficientes para descrever a nova composição ideológica dos governos de “direita” no Brasil e no mundo.

As três matrizes ideológicas da modernidade – liberalismo, conservadorismo e socialismo – rivalizaram historicamente em seus projetos e nos caminhos que apresentaram para as nações. Por isso, as ideologias vão se transformando de modo dialético, “por um movimento perpetuo de transformação permanente das coisas” (LOWY, 2010). Em contato com a realidade e com as mudanças da estrutura social, novos desafios são lançados para os teóricos das ideologias e para os movimentos. Com isso, a partir das experiências e da conjuntura de cada país e governo, duas ideologias podem se aproximar para reagir à ofensiva de hegemonia de outra ideologia.

É nessa condição que se alarga o poder do discurso. A partir da construção discursiva é possível visualizar o inimigo principal, isto é, o núcleo central com a qual a ideologia se reafirma e se antagoniza (LACLAU & MOUFFE, 1985) em determinada ocasião. Sendo assim, o ponto do discurso em que cada ideologia se posiciona antagonicamente modifica-se na história e isso em si vai transformando a própria ideologia.

Pode-se tentar diferenciar ideologia de utopia, já que a ideologia busca manter a ordem estabelecida e a utopia transformá-la (LOWY, 2010). Entretanto, qualquer ideologia pode assumir um caráter conservador, no sentido de manutenção da ordem estabelecida, ou caráter revolucionário/reacionário quando estão dispostas a modificar a ordem estabelecida. As ideologias são visões de mundo, portanto elas assumem caráter de conservação e mudança de acordo com a realidade histórica na qual elas estão inseridas.

O conceito de multidimensionalidade da ideologia, apresentado por Feldman, pode nos auxiliar a compreender essa nova composição da ideologia. O autor apresenta o conceito de ideologia na atualidade como uma composição de duas variáveis, a dimensão econômica e a dimensão social (FELDMAN, 2014). Essas duas dimensões abrangem, em primeiro momento, o conflito e a aproximação das três matrizes ideológicas e como elas se manifestam na atualidade. No próximo tópico abordaremos os conflitos e as aproximações das três matrizes ideológicas no campo da economia e no campo social. Esses dois campos não são fechados, eles se retroalimentam e se entrelaçam no decorrer da história.

3.2.1. A questão social

O campo social é aqui observado como o campo dos valores ligados a tradição, a visão sobre a política e aos costumes (FELDMAN, 2014). O campo social é constituído a partir das leituras antagônicas do liberalismo e do conservadorismo em relação à natureza humana. O socialismo pode ser ambíguo no campo social, enquanto os sociais-democratas tendem a defender os princípios do liberalismo como liberdade de associação, de expressão entre outros, o comunismo que baseou ideologicamente a experiência do socialismo real foi mais autoritário.

Os fatores de aproximação e o conflito entre as ideologias políticas se relacionam, em grande medida, com as ondas de ampliação dos direitos. A primeira onda dos direitos foi a dos direitos civis. Os direitos civis são compostos dos direitos indispensáveis à liberdade individual¹⁷. A segunda onda dos direitos foi a dos direitos políticos, com as mobilizações pela ampliação do sufrágio pelo direito “de participar do exercício do poder político”. A terceira onda foi a onda de ampliação de direitos sociais, “que vai desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar, por completo na herança social” ¹⁸ (MARSHALL, 1967).

Apesar de salientar o papel do livre mercado e a diferenciação do sistema por ele apresentado da teoria socialista, ele reconhece que alguns aspectos levantados pelos socialistas foram importantes para construir a concepção sobre essa teoria. A principal contribuição é a necessidade do Estado em atuar para garantir a educação das crianças visando à construção da cidadania dos adultos no futuro.

A relação política do campo conservador com as ondas de direitos acima apresentados guarda muita aproximação dos ideais sistematizados pelo seu teórico proeminente Edmund Burke. O princípio da ideologia continua sendo a defesa da tradição – de acordo com a realidade de cada país —, a defesa da

¹⁷ Para T.H. Marshall, “as instituições mais intimamente associadas com os direitos civis são os tribunais de justiça”.

¹⁸ Para T.H. Marshall, “as instituições ligadas com ele são o sistema educacional e os serviços sociais”.

ordem – defesa da segurança individual, da propriedade e da unidade nacional --, a visão sobre a importância da hierarquia e usar um discurso avesso às mudanças bruscas na composição sociopolítica.

O conservadorismo, portanto, se rearticulava, em cada uma dessas ondas, para rivalizar e resistir às mudanças da ampliação dos direitos civis, políticos e sociais (HIRSCHMAN, 1991). O conservadorismo reagiu a cada uma dessas ondas de cidadania através de três mecanismos principais, chamados de teses reativo-reacionárias: perversidade, futilidade e ameaça:

De acordo com a tese da perversidade, qualquer ação proposital para melhorar um aspecto da ordem econômica, social ou política só serve para exacerbar a situação que se deseja remediar. A tese da futilidade sustenta que as tentativas de transformação social serão infrutíferas, que simplesmente não conseguirão “deixar uma marca”. Finalmente, a tese da ameaça argumenta que o custo da reforma ou mudança proposta é alto demais, pois coloca em perigo outra preciosa realização anterior. (HIRSCHMAN, 1991)

A terceira onda de reação condiz com a ascensão do neoliberalismo e do neoconservadorismo, uma composição liberal/conservadora, e por isso, podem ser explicadas como uma reação ao período de bem-estar social¹⁹ na Europa. Na experiência recente da América Latina essa reação pode ser interpretada como uma reação aos governos desenvolvimentistas (CÊPEDA, 2018).

Com a transição das sociedades industriais para as sociedades pós-industriais, com o colapso do comunismo e a decorrente transformação da ordem mundial e a globalização, observamos um fortalecimento de novos movimentos e bandeiras políticas como: feminismo, ecologismo, multiculturalismo entre outros. As questões levantadas por esses movimentos têm enfoque principal na cultura, em valores, crenças e estilos de vida (HEYWOOD, 2010).

A expressão atual do conservadorismo em alguns países do Ocidente, como se pode identificar no discurso de Donald Trump, nos Estados Unidos, e de Viktor Orbán, na Hungria, questiona as diretrizes de um mundo globalizado,

¹⁹ As políticas do *Welfare State*.

denunciando o roubo de emprego por imigrantes e a conseqüente destruição da identidade nacional. O neoliberalismo atua na eliminação de fronteiras e primazia do mercado. Com isso o conservadorismo ganha força na defesa da história e da tradição das nações.

Portanto, a “nova direita” conservadora no campo social reage à terceira onda de direitos, mas avança para além. Esse campo reage às pautas dos movimentos políticos pós-industriais e globalistas que buscam o fortalecimento dos direitos individuais (HEYWOOD, 2010). Podem ser incluídos nesses movimentos a terceira onda feminista, o direito a casamento homoafetivo, o combate à violência contra LGBTs, a defesa do meio ambiente, a luta por direitos políticos e sociais de imigrantes, assim como, políticas de reparação histórica à população negra em países onde ocorreu a escravidão.

3.2.2. A questão econômica

O marco da análise no campo econômico foi a situação nos pós-guerras mundiais e a depressão de 1929. Esses dois acontecimentos acabaram com a crença de que o capitalismo poderia, sozinho, criar uma “boa sociedade” para todos. Era explícito de que o mercado e a sociedade precisavam de ajuda para se reconstruir. As soluções vieram, então, com o fortalecimento do Estado em dois distintos modelos: Keynesianismo e *Welfare State* (BERMAN, 2006).

No Keynesianismo, o Estado tinha um papel investidor na economia para impedir as crises, em uma perspectiva de gerar demanda e possibilitar o acúmulo e a realização do capital. No estado de bem-estar social – apesar das diferenciações existentes de tipos de *Welfare State* – o Estado ganha funções de promotor da coesão e unidade nacional (BERMAN, 2006).

As experiências de estado de bem-estar social foram bem distintas: de caráter liberal (EUA, Canadá), conservador (França, Itália) e social-democrata (Suécia). As suas diferenças dependeram da força de mobilização das classes sociais (papel da classe trabalhadora organizada e da classe média, a coalizão política que implantou o modelo e da natureza de institucionalização do regime (Esping-Andersen, 1991). Essas diferenças influenciaram na abrangência do sistema e na manutenção no decorrer do tempo desses direitos sociais:

Nações com um poderoso legado liberal irão bifurcar, dependendo da estruturação do seu poder político. Onde a socialdemocracia se tornar o poder político dominante, como na Dinamarca, Noruega e Suécia, o modelo liberal é quebrado e substituído por uma forte desmercadorização no regime de bem-estar social. Onde, por outro lado, o trabalho falhar por realinhar a política econômica nacional, e ela (*modelo liberal*) reafirmar sua dominância, o resultado será uma desmercadorização baixa ou, no máximo, moderada.” (ESPING-ANDERSEN, 1991, Tradução livre, p. 53)

Para conceituar esses três tipos de estado de bem-estar social (*Welfare State*), Esping-Andersen (1991) se utiliza de três critérios interessantes de serem resgatados para a construção do antagonismo no campo da economia vigente no Brasil: a garantia de direitos sociais, a desmercadorização²⁰ do status de indivíduo e as atividades estatais se entrelaçarem com o papel do mercado e da família.

Na América Latina, a experiência que pode conectar o estado de bem-estar social com a nossa realidade histórica foi a onda de governos progressistas que vimos acontecer no fim dos anos 1990, início dos anos 2000. Os governos da “Onda Rosa” podem ser caracterizados pela redefinição do papel do Estado, a ênfase em políticas sociais, o foco na participação social e os diferentes mecanismos de integração regional (SILVA, 2015).

Na oposição a essas políticas de bem-estar social, a versão do liberalismo que passou a ser dominante foi a dimensão neoliberal. No neoliberalismo, o papel do Estado é defender a propriedade, a riqueza. Os discursos que legitimam as desigualdades econômicas são os discursos associados na meritocracia, segundo os quais quem trabalha é quem conquista. O poder e o prestígio servem como motivação para produzir e prosperar (THIAGO, 2018). Para os teóricos neoliberais a concorrência é vista como algo positivo e necessário, pois também estimula os indivíduos a prosperarem e terem novas ideias (DARDOT E LAVAL, 2016).

O neoliberalismo difere-se do liberalismo clássico porque, para ele, a dinâmica da produção e reprodução do capitalismo não é natural. Não basta somente impedir o totalitarismo do Estado nos diversos campos da vida para

²⁰ Desmercadorização – quando a prestação de serviço do Estado é vista como uma questão de direito: seguro-doença, licença maternidade, licença educacional, seguro-desemprego. (Esping-Andersen, 1991)

que a *mão invisível*²¹ do mercado continue operando. Ao contrário, para o neoliberalismo o papel do Estado é essencial para garantir a reprodução da lógica concorrencial da sociedade (DARDOT E LAVAL, 2016):

A afirmação de que os modernos progressos da tecnologia levam inevitavelmente à planificação também pode ser interpretada de outra maneira. Ela pode dar a entender que a complexidade da nossa moderna civilização industrial faz surgir novos problemas que não poderemos solucionar senão por meio do planejamento central. De certo modo essa asserção é verdadeira – mas não no sentido amplo que lhe é atribuído. É, por exemplo, lugar-comum que muitos dos problemas de uma cidade moderna, assim como numerosos outros causados pela íntima contiguidade espacial, não são convenientemente solucionados pela concorrência. Mas não são esses problemas, como os dos “serviços públicos” etc., os mais importantes aos olhos daqueles que invocam a complexidade da civilização moderna como justificativa para o planejamento central. O que eles costumam afirmar é que a dificuldade cada vez maior de se obter uma visão coerente de todo o processo econômico torna indispensável a coordenação exercida por um órgão central, a fim de que a vida social não mergulhe no caos. Esta justificativa fundamenta-se numa ideia completamente errônea do modo como funciona a concorrência. Longe de se adequar apenas a condições mais ou menos simples, é a própria complexidade da divisão do trabalho no mundo moderno que faz da concorrência o único método pelo qual essa coordenação pode se produzir de modo eficaz. (HAYEK, p. 69)

O Neoliberalismo não tem problema em usar recursos autoritários para garantir o bom funcionamento do livre mercado. No Brasil, isso não é novidade: o movimento liberal utilizou os arcabouços autoritários para intervir na economia brasileira e garantir o funcionamento do livre mercado (SANTOS, 1978; MATOS, 1987). O Estado pode então atuar, mas desde que seja para garantir o funcionamento do neoliberalismo.

Contudo, mesmo com expressivas diferenças, o liberalismo e o conservadorismo sempre dialogaram em muitos aspectos, principalmente no campo econômico, com a defesa da propriedade. Edmund Burke também defendia o livre mercado e o direito à propriedade

Foi a teoria elitista da democracia e a formulação da política neoliberal como descrito acima os precursores da aproximação entre liberalismo e conservadorismo nos tempos atuais (MIGUEL, 2014). Ambas as teorias enxergam a desigualdade como natural e se valem de características humanas

²¹ Conceito clássico de Adam Smith.

inspiradas em Hobbes, mas com um ar de aceitação e validação, com base na teoria de Hebert Spencer. (DARDOT E LAVAL, 2016). Essa visão mobiliza um sentimento de superioridade de determinados indivíduos, que pode ser contraposto com a lógica da responsabilidade social (MIGUEL, 2014) que também existe na concepção liberal.

O que o indivíduo faz com a sua racionalidade é, em sua maioria, compreendido pelos entusiastas do elitismo, que dividem sua essência social com o conservadorismo, sob o prisma do “Paradoxo de Condorcet²²” (MIGUEL, 2014; DARDOT, LAVAL, 2016), pelo qual a soma das racionalidades dos indivíduos racionais pode chegar a decisões coletivas irracionais ou incoerentes.

Essa teoria da racionalidade é criticada por sua tendência a matematizar demais a realidade social. Apesar disso, como vemos na disputa em torno da concepção de natureza humana e na construção do discurso, a racionalidade é uma característica em constante disputa pelas teorias sociais e pelas ideologias. Cada visão social de mundo, cada teoria, cada análise, trata de utilizar o método racional para legitimar o seu ponto de vista (LOWY, 2010; ADORNO, 1969).

Essa tensão no liberalismo não é privilégio desse período histórico, o liberalismo tem dentro de si essa tensão constante, de reformistas que defendem um ideal de bem comum e dos partidários da liberdade individual (DARDOT E LAVAL, 2016). Como foi descrito, na raiz teórica do liberalismo, a razão pode ser mobilizada tanto para uma dimensão cooperativa ou competitiva, e essa dualidade vai comandar as diferentes experiências do liberalismo na política ocidental.

²² Tomemos como exemplo a decisão sobre impostos. Para o pequeno empresário, os impostos do INSS em uma folha de pagamento de cada funcionário pesa sobre o balanço final. A sua tendência é votar em políticos que defendam a diminuição dos impostos sobre a folha de pagamentos. Já para os funcionários aquele imposto é fundamental, pois se em algum momento ele for demitido, pode contar com auxílio-desemprego e, além disso, quando chegar a data estipulada pela legislação, ele poderá se aposentar. A tendência do funcionário é votar em políticos que são a favor do recolhimento de impostos. Cada um dos indivíduos usa da sua racionalidade para defender seus interesses, mas isso faz com que governantes assumam sinais contraditórios sobre qual agenda prosseguir, se anulando.

Uma formulação importante onde já se pode observar a multidimensionalidade da ideologia aqui descrita como parte do campo econômico é a diferenciação de esquerda e direita construída por Bobbio (2010). Em seu trabalho, ele coloca o papel do Estado na execução de políticas sociais como aspecto fundamental na diferenciação entre essas duas concepções. Essa visão sobre o aspecto econômico nos auxilia a compreender a divisão entre neoliberais e desenvolvimentistas, como descrito abaixo:

À guisa da construção do argumento proposto, tomaremos o conceito de “direita” em uma acepção muito particular, orientada para designar uma perspectiva crítica em relação a determinados valores e orientações políticas comumente associadas ao chamado campo progressista e à “esquerda”, a exemplo da defesa do papel do Estado (1) na regulação do livre mercado, (2) na promoção da redistribuição de renda; (3) na execução de políticas afirmativas para inclusão de minorias. (CHALOUB e PERLATO)

Em relação ao papel do Estado, portanto, mantém-se o antagonismo clássico entre esquerda e direita já amplamente discutido entre intervenção e privatização da economia. Na ênfase em políticas sociais, governos conservadores aumentam a desigualdade e os progressistas diminuem, e, além disso, os conservadores travam a disputa no campo da moral, com o fortalecimento do papel da igreja e do aparato repressor como focos de suas políticas.

E na política de integração regional, “com o bloqueio a esse projeto, prevaleceram por parte dos governos progressistas iniciativas na direção de maior integração regional, enquanto governos de signo mais conservador entraram em negociações de acordos bilaterais de livre comércio (TLCs) com os EUA, ainda que sem abandonar de todo eventuais inserções nos mecanismos de integração regional” (SILVA, 2015).

As discussões no seio das três matrizes ideológicas nos primórdios das suas reflexões não são suficientes para analisar a realidade mundial, quanto mais a brasileira. A partir dos dois quadrantes, social e econômico, podemos olhar com mais acurácia para a situação atual.

No campo social, uma parte dos liberais e dos socialistas se encontram para defender a agenda de direitos civis, políticos e sociais, em uma crença no progresso e no desenvolvimento humano a partir da utilização da razão e da potência dos indivíduos. Em contraposição a isso, os conservadores mudam pouco sua visão em relação à ampliação dos direitos e transformação da sociedade. Assumem muitas vezes caráter reacionário, pois defendem instituições e políticas nacionais e internacionais do passado distante.

No campo econômico, o campo que defende a justiça e igualdade social do liberalismo também encontra os sociais-democratas e defende uma política de bem-estar social, que é diferente em cada lugar do mundo, dependendo da coalizão que implementou essa experiência. No Brasil, essa experiência iniciou em Getúlio Vargas com a implantação de importantes direitos trabalhistas e só voltou a acontecer de novo durante os governos Lula e Dilma.

O antagonismo a isso é a união histórica do liberalismo e do conservadorismo, onde o Estado deve servir para garantir a propriedade dos indivíduos e principalmente atuar na manutenção do sistema econômico vigente. O Estado não pode modificar a realidade para mudar bruscamente a mesma. Ele deve atuar visando corrigir as deficiências e construindo uma possibilidade de manutenção da propriedade e realização do capital.

Em cada país essa composição dos quatro quadrantes se dá em menor ou maior grau. No próximo capítulo faremos uma discussão breve sobre o debate teórico no Brasil e como esses quatro quadrantes se encaixam na realidade brasileira.

4. Ideologias Políticas no Brasil

O sistema político brasileiro carrega as marcas do seu processo de construção. Um País com dimensões continentais, que tem na raiz de sua colonização a catequização dos povos nativos e africanos, a escravidão como sistema econômico e grandes latifúndios e senhores de terra como estrutura de poder. Essas características demonstram os valores culturais e a desigualdade enraizada no seio povo.

As duas principais tradições do pensamento brasileiro (BRANDÃO, 2005), liberais e conservadores, monopolizaram o debate político no período colonial, imperial e na primeira república. Somente em 1930 uma nova composição social adentrou esse bloco no poder (POLANTZAS).

O lado conservador, que tem como sua principal característica a defesa de uma política autoritária e centralizadora, se preocupa com a construção de uma nação forte e unificada. Foi um movimento mais ligado ao rei, que sempre se orientou para a construção de uma identidade nacional brasileira de cima para baixo. O objetivo dessa corrente seria de criar um passado mítico, repleto de harmonia, que seria construído na base da naturalização de estruturas de mando e obediência (SCHWARCZ, 2019).

O Brasil não poderia ter um sistema político liberal, pois não existia uma sociedade liberal. Por isso, autores como Oliveira Viana acreditavam que a atuação política do governo deveria abarcar concepções de ordem, coesão social e unidade nacional, mesmo que obtidas de maneira autoritária e centralizadas. Só assim o Estado poderia ser forte e cumprir seus objetivos de crescimento econômico e igualdade social.

O movimento liberal defendia a reforma das instituições para poder libertar o potencial dos indivíduos e do Brasil através do mercado, onde os ventos da discussão e da liberdade política pudessem auxiliar a construção de nossa nação. (MATOS, 1987). Os movimentos liberais defendiam a descentralização política e os direitos políticos, contudo não o defendiam para todos.

A famosa frase *“nada se assemelha mais com um Saquarema, do que um Luzia no poder”*, do político pernambucano Antônio Francisco de Paula

Holanda Cavalcanti de Albuquerque representa o limite da disputa política que acontecia no parlamento antes da Primeira República.

De um lado, o Estado era chamado a intervir na economia para garantir o funcionamento do sistema econômico liberal evitando a taxaço expressiva na produção. Por outro lado, o Estado precisava manter-se fora das relações econômicas, para que o sistema escravocrata se perpetuasse. (SANTOS, 1978).

Esses liberais, filhos ou eles próprios senhores de engenho, não queriam mudar a estrutura da econômica brasileira, baseada em latifúndios e na mão de obra escrava. Esse movimento queria poder político e queria afastar o poder da coroa sob seus negócios. Suas movimentações deixavam *“em destaque o interesse prevalecente entre os liberais àquela época de conduzir a política de modo a assegurar o predomínio de cada grupo em seu âmbito provincial”* (MATOS, 1987).

Existiram movimentos liberais radicais que defendiam o fim da escravidão, mas eles eram inexpressivos. As revoltas populares que aconteceram no Brasil foram duramente massacradas, muitas vezes legitimadas por todos os parlamentares, liberais e conservadores.

Até a Revolução de 1930, as duas principais linhagens do pensamento social brasileiro podem ser explicitadas pelos seguintes conceitos: liberais doutrinários e autoritários instrumentais (SANTOS, 1978).

A partir de Getúlio Vargas e da Revolução de 1930, a composição política passa a ser mais complexa, com setores liberais e conservadores confrontando suas políticas e gestão públicas. Há análises que destacam o caráter autoritário dos seus governos, principalmente no período do Estado Novo, durante o qual Vargas perseguia movimentos de esquerda. Contudo, não se pode negar que o Estado Brasileiro passou a atuar na realidade social não só para garantir o liberalismo formal (a competição livre entre os detentores de terra). Com Getúlio Vargas, o Estado passou a garantir direito para os trabalhadores urbanos, estruturou sindicatos e criou políticas sociais.

No campo conservador, surgiu, na década de 1930, um movimento inspirado pelo fascismo europeu, o integralismo. Os integralistas se organizam contra os movimentos comunistas e socialistas, na disputa da organização das

massas. Seus partidários defendiam um sistema de governo por vezes não democrático, com a cassação dos direitos políticos de quem não fosse apto a tomar suas próprias decisões políticas:

O primeiro desses movimentos (que surgiram a partir de 1930) iria exercer um poderoso efeito de gravitação no campo da direita brasileira. Após a proscrição da ANL em 1935, o movimento integralista chegou a ser a principal organização político-partidária do país, com especial apoio nas classes médias urbanas e em setores da Igreja Católica. Tratava-se de uma direita que, em conformidade com suas congêneres europeias e de modo inédito no Brasil, lançava mão da mobilização de massa e de técnicas modernas de agitação e propaganda. São exemplos bem conhecidos nesse sentido os desfiles integralistas, a adoção das “camisas verdes” como uniforme, a letra grega “sigma” como emblema e a saudação com a palavra tupi “anauêe!”. (KAYSEL, 2016)

Durante a Quarta República Brasileira (1945-1964), o liberalismo tinha como principal expoente partidário a UDN. Esse partido reunia opositores de Getúlio Vargas e do trabalhismo. O discurso do partido e de seus representantes era de que o Estado era inchado e burocrático, o que fortalecia os políticos corruptos.

A ascensão política da classe trabalhadora organizada dentro do Brasil, com o crescimento do Partido Comunista e do PTB, assim como o aspecto conjuntural do fantasma do comunismo rondando a América Latina a partir da Revolução Cubana, deixaram a elite política alerta. Quando ocorreu a possibilidade, assim como em outros momentos da história para impedir grandes transformações na estrutura social e econômica do país²³, o movimento liberal e o movimento conservador se unificaram no golpe de 1964.

Essa unificação teve como sustentação quatro principais eixos da elite dominante: os militares²⁴, os meios de comunicação de massa, a Igreja Católica²⁵ e o apoio dos Estados Unidos:

²³ Em março de 1964, Jango fez um discurso na Central do Brasil anunciando reformas estruturais, entre elas a reforma agrária. Essas reformas auxiliaram a construção de uma ameaça à estrutura social vigente.

²⁴ “O principal núcleo dessa rede de organizações era formado pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad), constituindo-se aquilo que Dreyfus denominou como “complexo Ipes-Ibad” (Ibid.)

²⁵ Com a Marcha com Deus e pela Família.

Sob o signo da cruz, da espada, do dinheiro e do medo, reuniram-se distintas correntes. Havia aqueles cujo único programa era reprimir: os chamados “gorilas”. Os que receavam por seus capitais e propriedades e que financiaram a tessitura dos laços conspiratórios. Os que acreditavam no demônio do “comunismo ateu”, que era necessário esconjurар, nem que fosse a custo de muito sangue. Os que temiam pela integridade das forças armadas a que pertenciam. Os que apenas tinham medo de perder as posições adquiridas e intuía que de fato as perderiam num processo de radical distribuição da renda e do poder. Finalmente, mas não menos importantes os que elaboravam projetos alternativos de modernização para o país, nem sempre evidentes na mídia, nas conspirações que precederam o desfecho, mas que surgiriam mais tarde, quando se tratou de definir políticas para o futuro. Estes é que ocupariam posições centrais no poder. (REIS, 2001, p.343-344)

A ditadura militar introduziu restrição de direitos políticos ao passo que garantiu a ampliação de ganhos sociais para a classe média e classe trabalhadora em seu momento de “milagre econômico” (CARVALHO, 2002). Com a crise do petróleo e o aumento do endividamento do Estado Brasileiro, o preço da perseguição aos partidos políticos e ao movimento cultural era alto demais.

A reabertura política veio como um desaguar de sentimentos liberais que estavam aprisionados tanto no campo do comportamento político como no campo da economia. A principal expressão desse momento foi a formulação da Constituição Federal, fruto de intenso debate e mobilização na sociedade Brasileira. O movimento sindical organizado, o movimento de pastorais e a criação do PT, que tinha como grande liderança o metalúrgico Luis Inácio Lula da Silva, foram importantes expressões desse movimento de democratização que tomava a sociedade. Eles inspiravam novos ares de ganhos na construção da cidadania, com mais consciência do papel da participação.

O período de governos neoliberais de José Sarney e Fernando Henrique Cardoso buscaram implementar a concepção sobre eficiência²⁶ no setor público. Essas ideias validavam aspectos da política neoliberal dentro das estruturas de poder do Estado Brasileiro.

Depois de muitas eleições perdidas, o PT ganhou o Executivo central e o governo Lula e a administração posterior, de Dilma Rouseff, foram marcados por políticas de fortalecimento da desmercadorização: Bolsa Família, Minha

²⁶ *A reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle* – Luiz Carlos Bresser Pereira Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997.

Casa Minha Vida, ampliação das vagas nas universidades públicas, políticas de permanência estudantil.

Durante seus mandatos, os governos Lula e Dilma foram alvos constantes de ataque da grande mídia brasileira e de forte oposição de partidos liberais na economia, como o PSDB. Essa oposição tinha como argumento de que o Estado era paternalista, por causa de suas políticas sociais, e corruptas, com a divulgação constante da relação financeira entre políticos do PT e empreiteiros.

As manifestações de 2013 iniciaram um novo ciclo de ocupação das ruas, que a esquerda já não dominava mais. As ruas continuaram palco de manifestações e disputa política. No decorrer do *impeachment* da presidenta Dilma, observamos a ascensão de uma nova direita, que tem como base a mobilização social.

Messenberg (2016), em sua análise da cosmovisão dos formadores de opinião das manifestações de direita, constrói uma tabela com três campos semânticos que orientam a leitura dos discursos dos formadores de opinião da direita: antipetismo, conservadorismo moral e princípios neoliberais. Ela concorda com a diferenciação feita por Bobbio de esquerda e direita, que embora não sejam blocos homogêneos ou coerentes, a esquerda se orienta pela promoção da igualdade, da justiça social, entre indivíduos, e a direita compreende a desigualdade como algo intrínseco à humanidade, na defesa das tradições e na preservação do ordenamento societário:

O Partido dos Trabalhadores (PT) é, na visão desses atores sociais, o grande responsável por todas as mazelas que atingem o país. Ao PT é atribuída a responsabilidade tanto da crise econômica que nos assola mais diretamente nos últimos três anos, quanto ao que é reconhecido por eles como um dos principais, senão o principal problema do país: a corrupção. (MESSEMBERG, 2016)

Essa nova direita expressa um momento de recomposição das forças políticas no Brasil. Ela unifica a linhagem conservadora e liberal com inclinações autoritárias. Assim como em 1964 as duas linhagens do pensamento brasileiro que sempre foram determinantes na disputa política do país, se unificaram para frear e construir um projeto antagônico aos governos progressistas vividos na América Latina (KAYSEL, 2016; SILVA, 2018).

São, portanto, três fatores que caracterizam essa nova direita (SANTOS, 2018): a orientação neoliberal na economia, as pautas conservadoras no âmbito comportamental e a hostilidade ao sistema político e à representação política.

Cepêda (2018) também conceituou em seu artigo a nova direita:

Chamou atenção a convergência entre conservadorismo e o individualismo mercadológico, marca do debate político mundialmente, ressignificando o pensamento conservador, bem como a emergência de uma nova retórica nesse debate: a supressão histórica ou a subversão factual da realidade - o uso da argumentação *fake*.

Essa nova direita representa então, a ascensão de um conservadorismo autoritário que tem como base de sustentação a eleição por meio do voto e um poder de mobilização de organizações políticas e sociais como a igreja e redes sociais (REIS, 2016). Essa ascensão pode ser analisada pelo prisma da “nova direita” em esfera global e “direita radical” na esfera local:

É como um casamento entre as duas tradições ideológicas aparentemente antagônicas. (...) tenta unir o libertarismo econômico ao autoritarismo estatal e social. Como tal, é uma mistura de características radicais, reacionárias e tradicionais. (HEYWOOD 2010)

Com base nesse resgate histórico, organizarei as ideias-chave que enquadrarão os discursos.

4.1 Conceitos-chave de análise

Economia

No campo da economia, vamos utilizar o antagonismo político entre neoliberalismo e estado de bem-estar social. No Brasil, o estado de bem-estar social foi fortalecido²⁷ por políticas públicas nos governos Lula e Dilma, que

²⁷ Alguns direitos da desmercadorização já tinham sido inseridos por Getúlio Vargas como seguro-desemprego.

compõem a chamada “Onda Rosa” (Silva, 2010)²⁸. O antagonismo, portanto, reflete a tensão com esse período recente de governos marcados por políticas de bem-estar social em contraposição ao período de governos neoliberais que os antecederam.

A atual agenda do neoliberalismo é reorientar o papel do Estado, que deve ser de organizador do campo econômico para o funcionamento do livre mercado (DARDOT e LAVAL, 2016). O Estado deve ser responsável por fazer as reformas que possibilitarão a realização do capital e com isso sua valorização.

O discurso é que o Estado precisa ser mais leve, cobrar menos imposto e comprometer menos sua folha de pagamento, para que se possa atrair mais investimento. Para isso tem como sua principal agenda a defesa de reformas: Reforma da Previdência, a Lei do Trabalho Intermitente e a MP da Liberdade Econômica. Esses projetos vão de encontro à política de desmercadorização, que preza a defesa de políticas sociais como seguro-desemprego, previdência entre outros projetos de aumento da seguridade social.

A segunda agenda é a abertura de mais espaço para a realização do capital (DARDOT e LAVAL, 2016). Sendo assim, os espaços que antes eram de privilégio de exploração econômica do Estado, como saneamento básico, petróleo, energia, água, são constantemente disputadas pelo capital privado. Através de políticas de privatização, concessão ou parcerias público-privadas, grandes corporações e empresas privadas que tem como objetivo o lucro busca atuar nesses setores.

O discurso que valoriza a experiência brasileira de Estado de bem-estar social com política de desmercadorização defende as políticas sociais ligadas à seguridade social como: seguro-desemprego, licença-maternidade, previdência social, auxílio acidente de trabalho e direitos trabalhistas, como a folga aos domingos. Essas políticas são reivindicadas como essenciais para a manutenção de um Estado que se preocupa com os seus cidadãos.

²⁸ Governos que atuavam com forte presença do movimento popular, seja com trabalhadores por intermédio dos sindicatos, seja com movimentos de identidade cultural. Foco em políticas sociais e relação política sul x sul.

Em relação ao papel do Estado, o discurso do campo de bem-estar social é de que o Estado precisa ser o motor de financiamento do desenvolvimento nacional, com a garantia de funcionamento das empresas públicas e serviços considerados essenciais. No Brasil dos governos Lula e Dilma, o Estado passou a ser um importante indutor do desenvolvimento da economia seja no investimento direto com as obras públicas seja com o fortalecimento de empresas públicas.

Assim, no campo da economia, o antagonismo neoliberalismo/bem-estar social é constituído atualmente pelas seguintes agendas antagônicas: livre mercado/desmercadorização e Estado organizador/Estado indutor.

Tabela 1. Antagonismos no Campo da Economia

Neoliberalismo	Bem-Estar Social
Livre Mercado	Desmercadorização
Estado Organizador	Estado Indutor

Elaboração própria

Social

O campo social vai abordar três aspectos principais. Todos os aspectos estão baseados na disputa sobre a regulamentação dos direitos circunscritos na Constituição Federal. A leitura de que a onda de ampliação dos direitos no Brasil aconteceu de maneira trocada, com direitos sociais antes dos direitos políticos e civis (CARVALHO, 2002), inspira conflitos até hoje. A Constituição Federal é defendida como uma síntese dos caminhos que devem ser percorridos para que se possa ter um país com cada vez mais cidadania.

Atualmente, os conceitos resgatados pelos conservadores no Brasil assumiram um caráter de ataque a conquistas da Constituição de 1988 e as liberdades constitucionais expressas nas mesmas. Na Constituição estão direitos, muitos deles não regulamentados, que deveriam orientar as políticas públicas e as ações dos governantes. A divisão de poderes, a livre associação, a liberdade de imprensa, a soberania nacional, o combate à desigualdade

social. Esses são os temas norteadores da discussão nesse campo dos costumes. E todos eles estão garantidos na Constituição:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; (Vide Lei nº 13.874, de 2019)

V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. (Constituição Federal – 1988)

Nessa disputa por legitimidade, os conservadores traduzem os preceitos de tradição, hierarquia e imperfeição humana buscando na raiz das relações de poder da nossa história os agentes políticos que sempre certo grau de confiança por parte do povo brasileiro e foram presentes nas transformações históricas vividas pelo Brasil: os militares, a religião²⁹ e o alinhamento a potências estrangeiras (Portugal, Inglaterra, Estados Unidos etc.).

O primeiro aspecto é a oposição baseada na visão sobre a natureza humana dos indivíduos e a ordem que isso traz para a vida em sociedade. Os conservadores defendem uma sociedade com desigualdade natural (CEPÊDA,

²⁹ Em momentos anteriores, a Igreja Católica; hoje, as denominações evangélicas.

2012) enquanto os progressistas defendem a crença nas políticas sociais como uma maneira de alcançar a igualdade (BOBBIO, 1995).

Para os progressistas, as políticas devem ser executadas visando ampliar o acesso à cidadania e assim diminuir a desigualdade social. A resposta à desigualdade por parte dos conservadores é o aumento da repressão, por meio de maior encarceramento, ampliação do porte de armas e a valorização do papel de autoridade do policial. Essa política de defesa da repressão para a resolução dos conflitos caracterizou-se aqui como uma política conservadora. A repressão pode ser a institucionalizada, isto é, o aumento do respeito ao papel do policial e do aparato militar ou simplesmente generalizada, com a defesa do armamento de todos os indivíduos.

A história modifica concepções sobre determinados assuntos e bandeiras que foram consideradas liberais ou conservadoras. O porte de armas está dentro desses debates. Do ponto de vista clássico, e de maneira semelhante ao debate nos Estados Unidos, armar-se é considerado uma liberdade individual. Contudo, no Brasil, os movimentos liberais não são hoje caracterizados como movimentos que defendem o armamento da população. Além disso, a defesa do armamento da população é vista como algo que não diz respeito só a liberdade do indivíduo, mas à segurança da população como um todo.

A educação é disputada no campo dos costumes e tem a ver com a desigualdade natural e a sua função social. Para diminuir o orçamento os argumentos são de que as universidades públicas utilizam o dinheiro do Estado para fazer balbúrdia³⁰ e de que na universidade pública só tem maconheiro³¹ e por isso precisa fazer corte para não incentivar esse comportamento. Outro discurso econômico em relação à educação é de que já existe muito investimento, falta é melhor administrar os recursos.

Um segundo aspecto tem a ver com as mobilizações e reivindicações dos movimentos pós-industriais. Claro que nem todos os movimentos que são

³⁰ Declaração do Ministro da Educação Weintraub sobre a balbúrdia nas universidades como argumento para cortes de verbas <https://veja.abril.com.br/brasil/universidades-com-balburdia-terao-verbas-reduzidas-diz-weintraub/>

³¹ <https://www.camara.leg.br/noticias/625418-ministro-da-educacao-reafirma-que-ha-plantacoes-de-maconha-nas-universidades/>

pós-industriais começaram a reivindicar suas pautas recentemente, mas eles ganharam força de disputa e representação política na sociedade e dentro do parlamento (HEYWOOD, 2010). Esse debate engloba as mobilizações pela ampliação de políticas públicas voltadas às mulheres, políticas públicas que garantam direitos aos LGBTs, política de reparação histórica à população negra e a defesa de políticas que preservem o meio ambiente.

O terceiro aspecto tem a ver com a soberania nacional e a relação do Brasil com os outros países. Durante a “Onda Rosa” ocorreram políticas de valorização da integração regional econômica com os países da América Latina (SILVA, 2018) e a participação do governo brasileiro na construção dos BRICS³². Junto a isso, algumas outras questões também são válidas para a análise do antagonismo no campo da política. O PT e seus aliados tiveram importância no movimento Fora ALCA e na concepção de uma política econômica internacional mais independente dos Estados Unidos. Além disso, antes de chegar ao poder, o PT e alguns partidos mais à esquerda, criaram o Foro de São Paulo (1990), como uma maneira de resistir à ofensiva neoliberal dos governos na América Latina. Toda essa disputa faz parte do imaginário mobilizado pelos discursos no campo da política internacional.

Tabela 2. Antagonismo no Campo Social

Conservadores	Progressistas
Crítica aos movimentos pós- industriais	Defesa pautas grupos organizados pós-industriais – movimento de mulheres, LGBTs, negros
Alinhamento aos EUA, intervenção na política internacional e crítica aos governos da onda rosa	Respeito às diretrizes dos organismos internacionais e defesa dos governos da onda rosa
Desigualdade natural Violência como respostas para os	Políticas de combate à desigualdade socioeconômica como resposta para os

³² Bloco composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, países emergentes que se unificaram na construção de políticas cooperativas para gerar resultados concretos de desenvolvimento econômico para as suas populações. Visto em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/mecanismos-inter-regionais/3672-brics>>

conflitos sociais	conflitos sociais
-------------------	-------------------

Elaboração Própria

No próximo capítulo, discorreremos sobre os acontecimentos políticos e os projetos de leis que expressam os antagonismos ideológicos existentes.

5. Ideologias Políticas no Brasil do Século XXI

“Diga-me com quem andas que te direi quem és” (ditado popular)

O fenômeno de candidatos que recebem uma votação acima da média geral de votação é percebido por alguns autores como um problema para a democracia (SOUZA e COSTA, 2014). Isso porque um deputado muito bem votado elege, com seus votos excedentes, outros deputados. Esses deputados podem ser do seu partido, quando em chapa única, ou de outro partido, quando em coligação proporcional³³.

Alguns autores ainda atentam para outro acontecimento, a majoritarização da disputa política proporcional (WATTENBERG, 2000). Esse acontecimento é observado quando um candidato ao legislativo cumpre um papel político análogo ao de um candidato do Executivo. Isto é, pauta a agenda pública das eleições. Outros candidatos, portanto, tem a postura de se alinhar a favor da sua figura pública e outros buscando a diferenciação.

Os exemplos desses acontecimentos não faltam. Em relação aos puxadores de votos, já tivemos Enéas Carneiro pelo PRONA, em 2002³⁴, que elegeu com ele uma bancada expressiva³⁵. Em 2010, tivemos Tiririca pelo PR. Não temos ainda uma resposta de como isso vai ficar devido ao fim das coligações partidárias. Será que esse fenômeno vai diminuir devido à necessidade de se chegar a um coeficiente mínimo por candidato? Ou será que o fenômeno vai aumentar devido à necessidade de cada partido alcançar sozinho o coeficiente eleitoral?

Essas personalidades públicas tendem a se eleger com uma pauta de desconstrução da figura do político tradicional (MIGUEL, 2003). O *slogan* de campanha de Tiririca quando foi o deputado federal mais votado do Brasil ilustra esse tipo de sentimento. Ele aparecia na propaganda de televisão dizendo as seguintes palavras: “*O que faz um deputado federal? Na realidade*

³³ A partir das eleições do ano de 2020 essa composição vai mudar pois está proibido de se fazer coligação de chapa proporcional. Cada partido precisará alcançar o coeficiente eleitoral sozinho e o candidato para ser eleito deve alcançar um mínimo de 10 % dos votos desse coeficiente.

³⁴ <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2002/candidaturas-votacao-e-resultados/resultado-da-eleicao-2002> acessado em 30.07.2020

³⁵ Colocar os dados dos eleitos com ele

eu não sei. Mas vote em mim que eu te conto. Pior do que tá não fica.”. Esses políticos momentâneos, descritos por muitos autores como *outsiders*, não se envolvem na política partidária antes das eleições e têm uma postura de questionamento ao sistema político. Eles utilizam o seu lugar de fora do sistema político como uma justificativa para, se forem eleitos, ter legitimidade para produzir mudanças.

Contudo, o que observamos quando analisamos as tabelas dos mais votados do Brasil é que esse perfil descomprometido com a política tradicional não é o perfil da maioria dos deputados mais votados. Se compararmos os deputados mais votados do Brasil nos anos de 2002 e 2018 é de se reparar como a polarização política na qual a eleição foi baseada teve seus reflexos na composição desse resultado.

É nítido que o início de cada novo ciclo político influencia na ocupação das cadeiras legislativas, principalmente quando se tem uma mudança ideológica na composição política e partidária do Executivo. A tendência é a ascensão de figuras públicas que representem o sentimento político ideológico dessa nova composição. Na eleição de 2002 (Tabela 1), temos o PT eleito para o Executivo, disputando com o PSDB o segundo turno. Essas legendas e seus principais apoiadores, como PCdoB e PFL, conquistaram os principais postos na tabela de deputados mais votados daquela eleição.

Já na eleição de 2018 (Tabela 2) ocorreu uma ascensão de novos partidos e de novas personalidades políticas. Essas figuras tiveram uma expressiva votação por suas trajetórias estarem conectadas ao Presidente Jair Bolsonaro. O efeito *coattail*³⁶, que pode ser traduzido em português por “pegar carona”, é um acontecimento ligado à força política do candidato ao Executivo. Ele tem a capacidade de eleger uma bancada alinhada a seus interesses e sua figura pública.

³⁶ Quando a força do candidato ao Executivo elege uma bancada expressiva de deputados federais. As análises brasileiras normalmente centram seu esforço no efeito *coattail* reverso, pelo qual a rejeição a determinados partidos e candidatos mobilizam os votos. Assim como a força dos governadores para a eleição. O enfraquecimento, na eleição de 2018, dos dois principais partidos de centro/direita, PMDB e PSDB, que governavam os dois principais estados do Brasil, SP e RJ, diz muito sobre o efeito *coattail*, que pode ser analisado como reverso a esses dois partidos ou fortalecido por Jair Bolsonaro. (Avelino, Biderman e Barone, 2012).

Tabela 3. Os mais votados do Brasil em 2002

	Nome	Partido	Coligação	Votos Totais	Estado	Proporção
11	Eneas Ferreira Carneiro	PRONA	(sem coligação)	1,573,642	SP	8.022
22	Jose Dirceu De Oliveira E Silva	PT	PT / PCB / PC do B	556,768	SP	2.838
33	Patrus Ananias De Sousa	PT	PT / PC do B / PMN / PL	520,046	MG	5.414
44	Antônio Carlos Peixoto De Magalhães Neto (Acm)	PFL	PFL / PPB / PTB / PTN / PST	400,275	BA	6.720
55	Denise Frossard Loschi	PSDB	PFL / PMDB / PSDB	385,111	RJ	4.777
66	Jader Fontenelle Barbalho	PMDB	(sem coligação)	344,018	PA	12.927
77	José Roberto Arruda	PFL	PFL / PMDB / PRP / PSD / PSDB	324,248	DF	26.565
88	Jose Eduardo Martins Cardozo	PT	PT / PCB / PC do B	303,033	SP	1.545
99	Inácio Francisco De Assis Nunes Arruda	PC do B	PT / PC do B / PL / PMN / PCB	302,627	CE	8.341
110	Jandira Feghali	PC do B	PT / PC do B / PMN	264,384	RJ	3.280
111	Celso Ubirajara Russomanno	PPB	PPB / PL / PSDC / PTN	261,635	SP	1.334
12	Nelson Vicente Portela Pellegrino	PT	PT / PC do B / PV / PMN	257,438	BA	4.322
113	Vicente Paulo Da Silva	PT	PT / PCB / PC do B	254,221	SP	1.296
114	Michel Miguel Elias Temer Lulia	PMDB	(sem coligação)	252,229	SP	1.286
115	Aloysio Nunes Ferreira Filho	PSDB	PSDB / PFL / PSD	250,936	SP	1.279
116	Gilberto Nascimento Silva	PSB	(sem coligação)	240,664	SP	1.227

117	Fábio Loureiro Souto	PFL	PFL / PPB / PTB / PTN / PST	236,067	BA	3.963
118	Gilberto Kassab	PFL	PSDB / PFL / PSD	234,509	SP	1.195
119	Moroni Bing Torgan	PFL	PMDB / PFL	224,242	CE	6.180
220	Francisco Oswaldo Neves Dornelles	PPB	PSB / PPB / PST / PTC	219,012	RJ	2.717
221	Virgílio Guimarães De Paula	PT	PT / PC do B / PMN / PL	217,092	MG	2.260
222	Eliseu Resende	PFL	PSDB / PFL / PPB / PSL / PAN	212,908	MG	2.216
223	Carlos Eduardo Cintra Da Costa Pereira	PMDB	PMDB / PFL / PPB / PSDB	211,864	PE	5.356
224	Jose Aristodemo Pinotti	PMDB	(sem coligação)	209,105	SP	1.066
225	Luiza Erundina De Sousa	PSB	(sem coligação)	207,396	SP	1.057
226	Roberto Magalhães Melo	PSDB	PMDB / PFL / PPB / PSDB	204,768	PE	5.370
227	Salvador Zimbaldi Filho	PSDB	PSDB / PFL / PSD	199,93	SP	1.019
228	Vittorio Mediolli	PSDB	PSDB / PFL / PPB / PSL / PAN	197,586	MG	2.057
229	Vanessa Grazziotin	PC do B	PT / PC do B / PL / PST / PCB / PRTB / PMN / PT do B	197,419	AM	17.183
330	Joao Paulo Cunha	PT	PT / PCB / PC do B	196,945	SP	1.004

Fonte: TSE - Elaboração Própria

Tabela 4. OS mais votados do Brasil em 2018

	Nome Na Urna	Partido	Coligação	Votos	Estado	Proporção
1	Eduardo Bolsonaro	PSL	(sem coligação)	1843735	SP	5.381

2	Joice Hasselmann	PSL	(sem coligação)	1078666	SP	3.265
3	Celso Russomanno	PRB	(sem coligação)	521728	SP	1.579
4	Kim Kataguirí	DEM	PSDB / PSD / DEM / PP	465310	SP	1.408
5	João Campos	PSB	PSB / PC do B / MDB / PSD	460387	PE	7.010
6	Tiririca	PR	(sem coligação)	453855	SP	1.373
7	Marcel Van Hattem	Novo	(sem coligação)	349855	RS	4.189
8	Helio Fernando Barbosa Lopes	PSL	(sem coligação)	345234	RJ	2.783
9	Marcelo Freixo	Psol	PSOL / PCB	342491	RJ	2.761
10	Pastor Sargento Isidório	Avante	AVANTE / PROS	323264	BA	3.111
11	Sargento Fahur	PSD	PSD / PSC / PR / PPS / PODE	314963	PR	3.952
12	Capitão Wagner	Pros	(sem coligação)	303593	CE	4.786
13	Delegado Waldir	PSL	PSL / DC	274406	GO	6.162
14	Tabata Amaral	PDT	(sem coligação)	264450	SP	0.800
15	PoliciaI Katia Sastre	PR	(sem coligação)	264013	SP	0.799
16	Sâmia Bomfim	Psol	PSOL / PCB	249887	SP	0.756
17	Capitão Augusto	PR	(sem coligação)	242327	SP	0.733
18	Felipe Franceschini	PSL	PSL / PTC / PATRI	241537	PR	3.031
19	Pastor Marco Feliciano	Pode	PMB / PHS / PODE	239784	SP	0.725
20	Marcelo Alvaro Antonio	PSL	(sem coligação)	230008	MG	1.465
21	Alessandro Molon	PSB	PDT/PSB	227914	RJ	1.837
22	Baleia Rossi	MDB	(sem coligação)	214042	SP	0.647
23	Gleisi Lula	PT	(sem coligação)	212513	PR	2.666
24	Celso Studart	PV	PT / PC do B / PP / PV / PR / PMN	208854	CE	3.292
25	Vinicius Poit	Novo	(sem coligação)	207118	SP	0.627
26	Carlos Jordy	PSL	(sem coligação)	204048	RJ	1.645

27	José Ricardo	PT	PC do B / PT	197270	AM	8.127
28	Flordelis	PSD	(sem coligação)	196959	RJ	1.588
29	Josimar Maranhãozinho	PR	PDT / PP / PR / PATRI	195768	Ma	4.315
30	Reginaldo Lopes	PT	PT / PR / PSB / DC / PC do B	194332	MG	1.238

Fonte- TSE - Elaboração Própria

Esses novos representantes, como Joice Hasselmann, Kim Kataguiri, Sargento Fahur, entre outros, nunca tinham participado da vida pública institucional e ascenderam à arena política com o envolvimento pelo *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff ou sistemática ao Governo do PT. Esses representantes foram candidatos em partidos que não tinham relevância³⁷ no Congresso Nacional, e, ainda assim, tiveram uma votação expressiva. Isso poderia ser explicado por duas hipóteses que se conectam: o aumento da descrença nos partidos – promovida pela operação Lava Jato (SANTOS, 2018) – e pelo sentimento antipetismo crescente na sociedade (MESSENBURG, 2016).

Para auxiliar a compreensão desse novo ciclo político, que tem como uma de suas expressões a mudança dos partidos que compõem o Congresso Nacional e o Executivo, esta pesquisa se propõe a analisar os discursos dos deputados federais mais votados do Brasil. A análise dos discursos nos possibilita caminhar pelos arquétipos ideológicos que mobilizaram os indivíduos ao voto. Isso porque a ideologia não está parada, está em duplo movimento, influenciando os sujeitos coletivos, e sendo influenciada por eles. (ALTHUSSER, 1980)

5.1. Navegando nas palavras

A análise começa na definição de quem são os deputados mais votados do Brasil. Com uma consulta ao site do TSE obtive a votação nominal de cada candidato, assim como as outras informações sobre eles. Utilizando a

³⁷ Não tinham uma bancada expressiva na legislatura anterior. Principal exemplo é o partido do Presidente da República: PSL, com 7 deputados mais votados de 30.

plataforma R, tirei a média geral de votos da eleição para assim decidir o número de deputados federais dos quais eu ia analisar o discurso.

Como sabemos, os estados são representados no plenário do Congresso Nacional de maneira proporcional ao seu número de habitantes, tendo como mínimo oito deputados e máximo de setenta deputados eleitos. Isso por si só gera discussões sobre a distorção da composição do Congresso Nacional. As bancadas do Sudeste, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, têm mais deputado no plenário do que a região Norte, mas ao mesmo tempo, cada deputado representa um número muito maior de eleitores do que os deputados do Norte e Nordeste.

Essa pesquisa escolheu analisar o discurso dos 30 deputados federais mais votados do Brasil para conseguir abarcar mais discursos das personalidades da oposição política, como o líder da oposição em 2019, Alessandro Molon (PSB) e a presidenta nacional do PT, Gleisi Hoffmann, assim como uma maior representação dos estados brasileiros. É preciso pontuar que ter uma expressiva bancada paulista nesta análise é o reflexo da composição social brasileira. O estado de São Paulo é o que tem mais deputados federais eleitos, pois é o maior colégio eleitoral do Brasil, o que exige um número de votos maior para eleger cada deputado. Na análise podemos ver que existem estados que não podem ser considerados como de ampla magnitude, mas tiveram o desempenho excepcional de um candidato, e isso será mais bem explorado na análise individual de cada perfil.

Para diagnosticar a composição ideológica dos discursos utilizaremos duas faces metodológicas, uma quantitativa e outra qualitativa. A abordagem quantitativa vai utilizar a frequência de palavras e a nuvem de palavras formada pela mesma para demonstrar a preponderância de diferentes temáticas nos discursos de cada deputado.

A abordagem qualitativa analisará o conteúdo dos discursos proferidos pelos deputados que demonstrem suas opiniões acerca do antagonismo no campo da economia e no campo dos costumes. Ambas as análises serão norteadas pelos marcadores desenvolvidos no capítulo anterior.

A coleta de discursos foi feita no site da Câmara dos Deputados onde selecionei todos os discursos feitos no plenário, em sessões ordinárias,

abrangendo a Ordem do Dia, Pequeno Expediente, Grande Expediente e homenagens³⁸. Fiz um compilado de discursos de cada candidato em Word, numerando e organizando a fim de facilitar o acesso para programar na plataforma R e na análise qualitativa.

Houve necessidade de uma limpeza para a parte quantitativa, pois, havia programado na Plataforma R³⁹ tanto a frequência de palavras como a nuvem⁴⁰. Cada discurso, na transcrição acessada na página das sessões ordinárias da Câmara dos Deputados, tem duas estruturas que iniciam cada fala.

A primeira é com os dados da sessão, a segunda, com a descrição de quem está com a palavra no momento:

Sessão: 187.2019 Hora: 18h40 Fase: OD
Data: 09/07/2019
SR. REGINALDO LOPES (PT - MG. Sem revisão do orador.)

Outras palavras que são utilizadas com frequência – “como”, “obrigado”, “sumário” (que descreve o contexto da fala), “hoje”, “aqui”, “vai”, entre outras - também foram retiradas para dar mais veracidade ideológica ao conteúdo.

³⁸³⁸Sessão plenária deliberativa realizada uma vez por dia de terça a quinta-feira com início às 14h. A sessão ordinária tem a duração de cinco horas e é composta de: Pequeno Expediente, Grande Expediente, Ordem do Dia e Comunicações Parlamentares.

Pequeno expediente - Primeira fase da sessão ordinária do Plenário da Câmara dos Deputados. Tem duração máxima de 60 minutos e é destinado à matéria do expediente e às comunicações de parlamentares previamente inscritos.

Grande Expediente - Fase da sessão plenária na Câmara dos Deputados com duração improrrogável de cinquenta minutos que sucede à do Pequeno Expediente. Destina-se aos pronunciamentos de parlamentares previamente inscritos, com duração de até vinte e cinco minutos, incluídos aí os apartes por eles concedidos. Fase da sessão em que são discutidas e votadas as matérias incluídas na pauta.

Na Câmara dos Deputados, a Ordem do Dia também ocorre em reunião de comissões. No Senado Federal e na Câmara dos Deputados, durante o período da Ordem do Dia da respectiva Casa Legislativa ou do Congresso Nacional, é vedado o funcionamento de quaisquer comissões, sejam permanentes ou temporárias. No Senado Federal, não se aplica a vedação de realização de reuniões durante a Ordem do Dia de sessão extraordinária. Pronunciamentos de, no máximo, dez minutos, feitos por parlamentares indicados pelas lideranças para esse fim têm lugar na parte final das sessões ordinárias e somente se ainda houver tempo até o horário previsto para o respectivo encerramento. Descrição no **Glossário de Termos Legislativos do site do Congresso Nacional**.

³⁹ A programação encontra-se disponível no anexo.

⁴⁰⁴⁰ A limpeza do discurso se faz no momento da programação com o intuito de tirar as palavras que são repetidas frequentemente, ou mesmo a estrutura formal da transcrição, para que se possa acessar o conteúdo no interior das falas.

Foram analisados 1489 discursos de 27 deputados entre os 30 mais votados. A deputada Policial Kátia Sastre, nem os deputados Tiririca e Josimar Maranhãozinho fizeram um só discurso em plenário durante as sessões ordinárias da Câmara dos Deputados. Na Tabela 5, organizada por quantidades de discursos feitos em plenário durante as sessões ordinárias no ano de 2019, podemos ver que há uma expressiva discrepância. Alguns deputados, por discursarem mais, abordam os diversos temas e projetos de lei aqui analisados, outros não. Isso gera algum nível de diferenciação na hora da análise.

Tabela 5. Quantidade de Discursos analisados por Deputado

Deputado	Total de Discursos
Marcel Van Hattem	258
José Ricardo	156
Reginaldo Lopes	118
Alessandro Molon	109
Pastor Sargento Isidoro	94
Marcelo Freixo	76
Kim Kataguiri	72
Capitão Wagner	71
Sâmia Bonfim	65
Celio Studart	64
Capitão Augusto	55
Gleisi Hoffman	52
Vinicius Poit	51
Joice Hasselmann	48
Carlos Jordy	41
Eduardo Bolsonaro	34
João Campos	30
Pastor Marco Feliciano	20
Delegado Waldir	17
Baleia Rossi	14
Celso Russomanno	13
Tabata Amaral	11
Felipe Franceschini	8
Flordelis	8
Hélio Lopes	2
Sargento Fahur	1
Marcelo Álvaro Antônio	1

Tiririca	0
Katia Sastre	0
Josimar Maranhãozinho	0

Elaboração Própria

A regulamentação da Câmara dos Deputados tem mecanismos que favorecem os líderes partidários e líderes de blocos nos discursos durante as sessões ordinárias no plenário. O tempo do líder é maior, assim como a possibilidade de pedir a palavra para indicar a orientação da votação da bancada. Como foi observado, mesmo quando o tema de discussão da sessão esteja determinado acerca de um projeto de lei ou questões procedimentais, o deputado, ao pedir acesso ao microfone, pode orientar rapidamente o voto e depois falar qualquer outra coisa que queira deixar registrado.

À primeira vista, é de se imaginar que os deputados federais mais votados do Brasil que mais tiveram voz nas sessões ordinárias deveriam fazer parte desse grupo de líderes. Na época, de acordo com a tabela divulgada no site da Câmara dos Deputados, dos 30 parlamentares analisados, Joice Hasselmann (PSL) era líder do governo e Alessandro Molon (PSB) liderava a oposição. Outros deputados assumem a liderança de seus partidos em alguns momentos da sessão do plenário ou pedem o tempo de líder para falar. Essas e outras questões devem ser analisadas para entender a discrepância no número de discursos entre os deputados.

As palavras vistas com frequência nos discursos⁴¹ serão posteriormente analisadas em cada nuvem de palavras. Essas palavras correspondem, em sua maioria, à agenda política do candidato e à imagem que cada um dos deputados projeta de si mesmo dentro e fora do parlamento. O parlamento é um espaço de disputa de ideias. Contudo, no atual estágio da democracia representativa, também é utilizado como espaço de construção de uma imagem que o parlamentar quer passar para o seu público (MANIN, 2000).

Ao analisar a frequência de palavras, podemos ver que elas trazem um sentido analítico, principalmente quando estão inseridas no contexto do discurso. Elas são importantes, pois nos possibilitam caminhar pelo discurso de

⁴¹ As frequências das dez palavras mais proferidas por cada deputado estão no apêndice 1 da dissertação.

uma maneira mais sistematizada⁴². Contudo, em muitos momentos, as palavras são usadas em contextos completamente diferentes, como por exemplo, a palavra *defesa*. A *defesa* pode ser a *defesa* de alguma pauta ou projeto político específico, e não a *defesa* como recurso de proteção da nação e dos indivíduos.

Há, em alguns discursos, uma demonstração explícita sobre o papel principal que o deputado desempenha durante a sua atuação no Congresso Nacional. Isso fica evidente na nuvem de palavras. A palavra mais falada pelo deputado Alessandro Molon é *oposição*, pois ele é o líder da oposição e normalmente orienta a votação do bloco. A palavra mais proferida pela deputada Joyce Hasselmann é *previdência*, pois ela é a líder do governo, e esse foi o principal projeto de lei que o governo buscou aprovar. A deputada Gleice Hoffmann tem como palavra mais utilizada *Lula*, pois ela é presidenta do PT e, na época, o ex-presidente da República se encontrava preso, além de ser a principal figura pública do partido. A maioria dos deputados mais votados do Brasil tem opinião política marcante, e/ou áreas de atuação bem definidas, como o direito do consumidor para Celso Russomanno e a pauta da preservação do meio ambiente para Celio Studart.

A palavra mais utilizada por todos é *governo*, e isso se deve a dois motivos. O primeiro porque a proposta da reforma da Previdência foi colocada como agenda prioritária da base do governo de Jair Bolsonaro. O segundo porque o governo de Jair Bolsonaro é um fator de polarização em relação às pautas mobilizadas entre os deputados que o defendem e os que lhe fazem oposição. Esse mesmo governo foi eleito fruto de alta polarização na sociedade e os seus principais defensores no Congresso continuam mobilizando continuamente essas paixões.

Como podemos observar no gráfico 1, há uma preponderância no debate do ano de 2019 em torno da temática da reforma da Previdência, assim como a opinião política dos deputados em relação à atuação do Governo, seja defendendo ou apoiando. Tanto governo, quanto oposições estavam

⁴²O resultado da frequência das dez palavras mais ditas por cada deputado está no apêndice 2 deste trabalho, pois é muito extenso para ser reproduzido no corpo do texto e servirá como auxílio à análise da nuvem de palavras.

deputados federais enfatiza quando presentes no plenário da Câmara. Para avançarmos na análise qualitativa sobre os marcadores ideológicos dominantes nos discursos, vamos apontar os antagonismos discursivos, com base na divisão de dois campos: econômico e social.

Essas polarizações políticas orientaram os discursos dos deputados federais através de suas opiniões sobre os projetos de leis, acontecimentos, declarações do Executivo ou de figuras públicas ligadas ao Governo, pautando a agenda discursiva da maior parte dos representantes da Câmara.

É pressuposto que o poder de agenda institucional⁴³ do Executivo (SANTOS, 2018) seja de extrema importância para o debate, assim como suas medidas provisórias e iniciativas de projetos de lei do Governo. Haveria possibilidade de diversos encaixes para a construção de uma análise, porque a quantidade de discursos proferida é extensa e muito plural. Minha abordagem vai se concentrar nas polarizações que expressam os antagonismos ideológicos presentes nas discussões e atuações dos parlamentares.

O antagonismo em relação às pautas econômicas é muito presente na agenda política do Congresso, por estar conectado aos projetos de lei em processo de votação. A reforma da Previdência, a questão sobre o licenciamento ambiental, sobre saneamento básico, questões fiscais, como o corte da educação, são propostas debatidas em cima de projetos de lei.

A questão dos costumes, no campo político e social, algumas vezes esbarra em projetos de lei. Entre essas propostas estão a liberação das armas e o Estatuto da Família do Século XXI, ou até mesmo a tentativa de montar uma CPI a fim de chamar o então Ministro da Justiça Sergio Moro para prestar esclarecimento sobre os vazamentos das conversas entre ele e os procuradores da Operação Lava Jato⁴⁴. Contudo, a maioria das vezes vem

⁴³ “Portanto, o poder de agenda, nessa perspectiva de análise, ocorre quando mediante um processo qualquer os governantes decidem dedicar sua atenção a alguns temas e não outros, reduzindo o foco das atividades decisórias a esses temas – o poder de agenda dá conta dos motivos pelos quais a agenda é composta dessa forma em certo momento e por que muda de um período para outro” (Fabiano dos Santos e Mariana Borges, ENEAP, 2018)

⁴⁴ “As mensagens mostram o então juiz sugerindo testemunhas, dando pistas sobre futuras decisões e aconselhando membros do Ministério Público Federal, entre eles o procurador Deltan Dallagnol, segundo as reportagens. Pela lei, juízes não podem aconselhar partes de um processo que estejam julgando.” Reportagem da BBC News 31.07.2019. Visto em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49169196>>

com uma performance por parte do deputado, que fala sobre suas ideias em modo abstrato, citando o Foro de São Paulo (Eduardo Bolsonaro) ou a leitura de um trecho da Bíblia no início de cada discurso (Pastor Sargento Isidoro).

Os dados gerais demonstram que dos 30 deputados analisados, 16 estiveram na base do Governo durante o ano de 2019, cinco estiveram na base da minoria e sete estiveram na bancada da oposição. O Novo, sem bloco, contou com os discursos de seus dois deputados federais.

5.2.1 Economia

Como foi descrito no capítulo anterior, a análise sobre o marcador econômico tem como base o antagonismo entre neoliberalismo e estado de bem-estar social. Dentro desse antagonismo as disputas se dão em torno de: Livre-Mercado/Desmercadorização e Estado Indutor/Estado Organizador. O primeiro antagonismo foca na regulamentação do lugar do indivíduo para o Estado. A abordagem é em torno de projetos de leis que constroem novas inserções para os cidadãos no acesso aos direitos sociais; são elas a reforma da Previdência e a MP 881 da Liberdade Econômica.

Quando vamos analisar o papel do Estado, abordamos projetos que constroem uma visão sobre o papel do Estado no dinamismo da economia, principalmente em relação ao papel das empresas estatais e do fator "de onde deve vir o investimento para fazer a economia crescer". Esses projetos são o novo marco legal do saneamento e a abertura do capital aéreo.

Alguns argumentos utilizados pelos deputados em seus discursos ultrapassam a barreira da concepção econômica e trazem crenças do campo social. Contudo, em sua maioria, os discursos se concentram na solução para dois principais problemas: quais direitos básicos devem ser garantidos aos indivíduos? Qual papel o Estado deve cumprir para reaquecer a economia?

Reformas do Estado

Reforma da Previdência

A reforma da Previdência foi a pauta que gerou mais engajamento dos deputados. Ela dominou a agenda do Congresso Nacional durante todo o ano de 2019, principalmente no primeiro semestre. A votação em primeiro turno do projeto ocorreu em 12 de julho.

Dentre os discursos dos deputados analisados, Celso Russomanno, Hélio Lopes, Sargento Fahur, Felipe Franceschini, Marcelo Álvaro Antônio e Flordelis não se manifestaram sobre a reforma da Previdência. Apesar da ausência nesses discursos, nenhum outro tema é tão abordado quanto à reforma da Previdência.

No campo da defesa da reforma são três os principais argumentos. O primeiro é de que as contas do governo prejudicam o investimento e a confiança do capital privado no Brasil. O segundo é de que a folha de pagamento dos salários e aposentadorias não poderia ser honrada no futuro se não houvesse esse reajuste. O terceiro argumento era a necessidade de acabar com os privilégios, principalmente no serviço público, e com os “supersalários”:

Esse é um projeto vital para o nosso Brasil. Como não é um projeto apenas de Governo, mas é um projeto do Brasil, a nossa bancada definiu, junto com o nosso partido, o MDB, fechar questão a favor da nova Previdência.

Nós estamos votando para garantir que os aposentados atuais possam receber as suas aposentadorias. Estamos votando para garantir que as futuras gerações tenham o direito à aposentadoria, porque hoje nós temos um Estado quebrado, um déficit público gigante, que vai fazer, se nada for votado com responsabilidade por este Parlamento, com que as contas públicas não deem conta de pagar os aposentados atuais e os futuros.

Quero cumprimentar, de maneira muito especial, o Presidente Rodrigo Maia, que é o condutor dessa agenda econômica. (BALEIA ROSSI – 10/07/2019)

Do ponto de vista da oposição à aprovação da reforma há dois principais argumentos. O primeiro é de que essa reforma não mexia nas grandes desigualdades econômicas; em vez disso, tirava direitos da população que recebia de um a dois salários mínimos. O segundo argumento é que a reforma, na verdade, dificultaria o acesso dos trabalhadores ao direito à aposentadoria, e o trabalhador ia “trabalhar até morrer”:

Mais de 90% dos aposentados estão recebendo abaixo do salário-mínimo, depois de terem contribuído com mais 10% do seu salário. É uma vergonha dizer que essa proposta apresentada hoje é para combater privilégios! Olha o Benefício de Prestação Continuada, que atinge os idosos pobres. Por esta mudança, só com 70 anos receberão o salário-mínimo completo. Essa maldade está no texto apresentado pelo Bolsonaro e defendido aqui pela base do Governo. E vêm dizer que é para combater privilégio. (MARCELO FREIXO – 20/02/2019)

MP da liberdade econômica

A Medida Provisória da Liberdade Econômica foi instituída no dia 30 de abril de 2019 e passou por muitos debates na Câmara dos Deputados e no Senado até a sanção presidencial e a enfim aprovação da Lei Nº 13.874, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019⁴⁵.

Art. 2º São princípios que norteiam o disposto nesta Medida Provisória:
I - a presunção de liberdade no exercício de atividades econômicas;
II - a presunção de boa-fé do particular; e
III - a intervenção subsidiária, mínima e excepcional do Estado sobre o exercício de atividades econômicas (MEDIDA PROVISÓRIA Nº 881, DE 30 DE ABRIL DE 2019)⁴⁶

A MP foi alvo de intenso debate entre os deputados. De um lado, a defesa da medida provisória para a geração de mais empregos. A defesa da diminuição e desburocratização do Estado.

Nós estamos atuando em defesa do trabalhador, Deputada Joice Hasselmann, Líder do Governo no Congresso, que tanto tem feito nos últimos dias como campanha pela aprovação da MP da Liberdade Econômica. Aqui estão empreendedores gaúchos, empresários, trabalhadores, gente que quer realmente o melhor para o País e que quer, de fato, garantir a liberdade econômica, ou seja, a liberdade para trabalhar. A verdadeira guerra que precisa ser travada – esta MP da Liberdade Econômica ajuda a fazer esse debate – é entre quem quer trabalhar e quem quer impedir que o trabalho ocorra, entre o indivíduo e o Estado inchado, interventor sobre a iniciativa privada de forma como jamais deveria ter acontecido e cujos resultados estão aí: mais de 14 milhões de desempregados, informalidade com outras dezenas de milhões de pessoas, retrocesso econômico. (MARCEL VAN HATTEM – 13/08/2019)

⁴⁵Projeto de Lei Aprovado em Setembro de 2019 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13874.htm visto em 22/08/2019

⁴⁶ Medida Provisória publicada no Diário Oficial <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=30/04/2019&jornal=601&pagina=1&totalArquivos=9> visto em 23/08/2019

A oposição centrou fogo em uma parte da medida provisória que autorizava o trabalho aos domingos sem o pagamento de hora extra e a obrigatoriedade de folgas semanais no domingo como é garantido pela lei trabalhista. Visava impedir o trabalho intermitente, que nunca acaba. Essa pauta conseguiu um número de apoiadores não apenas dos partidos da oposição, como também os que compõem a minoria.

Quanto a essa votação sobre o trabalho aos domingos, embora eu entenda que V.Exa. tem um papel de levar esta Nação para a frente, melhorando-a, abrindo postos de empregos, eu sou contra o trabalho aos domingos. Eu acho que isso é algo que tem que ser combinado com o trabalhador. Não se pode legalizar o trabalho aos domingos e feriados. Portanto, eu gostaria de contar com a ajuda de V.Exa., no sentido de fazer constar em ata o meu voto contrário ao trabalho aos domingos, uma vez que votei e meu voto não foi computado. (PASTOR SARGENTO ISIDORO – 14/08/2019)

O Papel do Estado

Marco Legal do Saneamento

No fim do ano podemos observar opiniões contrastantes sobre o Projeto de Lei 3.261, de 2019, que debatia a atualização do marco legal do saneamento básico. A proposta era conceder a empresas privadas a concessão para a exploração de diversas áreas. Os deputados que eram a favor utilizavam o argumento de que o Estado precisa privatizar e fazer parcerias público privadas para ser mais eficiente na prestação de serviços essenciais para a população.

Todos sabem que faço parte de um partido que é liberal, que defende a redução do Estado, que é a favor das privatizações e das parcerias público-privadas. Elas são importantes para o andamento do Brasil, um país tão inchado, com uma máquina tão gigante. É claro, é notório, é público que o Estado não dá conta de prestar o serviço ao povo brasileiro. E vamos continuar defendendo a redução do Estado brasileiro, para termos um Estado mais enxuto, mais barato, mais leve, em que os serviços públicos chegam à casa de quem mais precisa. (JOICE HASSELMANN – 11/12/2019)

Os deputados que eram contra argumentavam da necessidade do Estado garantir o saneamento básico pelo mesmo ser reconhecido como direito fundamental. Além disso, os deputados alertavam para o fato de que o Estado Brasileiro precisa usar seus recursos para obras de infraestrutura e para a incapacidade das empresas –, que têm como finalidade a obtenção do lucro – administrarem o serviço em locais de maior necessidade, como cidades com população mais pobre e favelas. Sendo assim, o serviço continuaria não chegando a quem mais precisa, e não resolveríamos o problema do Brasil de acesso à água limpa e esgoto tratado.

O Projeto de Lei nº 3.261, de 2019, do Senador Tasso Jereissati, cujo relator foi o deputado Geninho Zuiliani, não tem compromisso com a universalização do saneamento básico no Brasil.

Trata-se, na verdade, de um projeto fora de época. Essa lógica ultraliberal de privatizar o que é monopólio natural, como saneamento, água, energia, e transformá-lo em monopólio privado tem ajudado mais os empreiteiros e menos o povo brasileiro. Com essa lógica, distribuem-se lucros e dividendos, sem pagar nenhum centavo de Imposto de Renda. Quando esse monopólio é bem administrado pelo poder público, os investimentos se multiplicam, atende-se aquela área mais específica e mais cara para o povo brasileiro, que é a saúde pública. Para cada 1 real investido em saneamento, são economizados 5 reais na saúde pública.

Portanto, esse PL, que rejeitamos no Governo de Michel Temer, duas vezes – duas medidas provisórias –, é muito mais grave para a universalização desse serviço essencial ao povo brasileiro.

Países como Alemanha e França, cidades como Berlim e Paris, estão reestatizando seu sistema de água e de saneamento. É evidente que os pequenos municípios de Minas Gerais - são 720 municípios com menos de 10 mil habitantes - jamais vão receber algum tipo de investimento. Nos grandes centros, nas periferias, mesmo nas grandes cidades, como Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro, que têm sistema mais avançado, há algumas regiões que o poder público nem sequer atende a comunidade com o saneamento básico. Então, imaginem se o setor privado vai atender! (REGINALDO LOPES – 05/11/2019)

Abertura do mercado de capitais do setor aéreo e cobrança da bagagem em viagem

Há dois aspectos na abordagem desse projeto. Um é a abertura do mercado de capitais e o outro, a possibilidade de a empresa cobrar a bagagem por fora. Quem é a favor do projeto defende a competição como um

mecanismo para baixar os preços e aumentar a diversidade dos horários e dias de viagem, principalmente para viagens dentro do Brasil.

Temos que lutar por mais liberdade econômica para o País, porque as passagens aéreas estão cada vez mais caras. Esta medida vai ao encontro do cidadão, que precisa de mais eficiência, precisa de mais liberdade para escolher e de mais concorrência para ter um serviço melhor e mais barato.

A aviação regional tem um potencial enorme no País, mas não consegue avançar, porque há monopólios.

Vamos liberar o mercado, vamos criar mais condições, porque quem ganha é o Brasil, quem ganha é o cidadão brasileiro, que vai se locomover com muito mais facilidade. (VINICIUS POIT – 21/05/2019)

Na oposição, os argumentos são que diminuir a regulação sobre o setor de transporte aéreo não pode significar um problema para o passageiro. Na linha da defesa do consumidor e dos direitos que ela tem, Celso Russomanno argumenta contra o projeto:

Se a companhia aérea quer vender uma passagem mais barata para quem não leva bagagem, ótimo, ela pode fazer o desconto; o que não pode é condicionar a venda de um serviço, que é a passagem aérea, à bagagem do passageiro. Isso é prática abusiva, fere o Código de Defesa do Consumidor no seu art. 39, e nós estamos juntos nisso. (CELSO RUSSOMANNO – 25/09/2019)

5.2.2 Social

No campo social as diferenças são observadas tanto na retórica quanto nos projetos de lei que foram apresentados e debatidos. Eles são importantes na compreensão da visão ideológica em que se inserem cada um dos parlamentares analisados. Quando lemos o discurso do Pastor Sargento Isidoro (AVANTE – Bahia) e observamos que cada início de fala ele lê um Salmo, entoia um canto ou faz uma menção a algum fragmento da Bíblia, ele está construindo uma identidade baseada nos costumes da tradição religiosa cristã no Brasil.

A agenda ideológica do governo, como é anunciada na grande imprensa e repetida pelo senso comum, é descrita em sua maioria das vezes tendo como base os antagonismos da agenda dos costumes. Nesse aspecto, o campo

social demonstra a faceta mais complexa da análise dos antagonismos discursivos dos deputados federais. **Muitos deputados flertam com ambos os lados do antagonismo, ora defendendo uma agenda de costumes reacionária, ora defendendo a agenda progressista ou se ausentando de comentários sobre determinada pauta.**

O que é evidente é que a realidade, as trajetórias de vida – como a profissão e a religião – são “determinantes” no posicionamento desses deputados.

A ala ideológica do Governo

Durante todo o ano de 2019 são, em sua maioria, as atitudes dos ministros do Governo Bolsonaro que suscitam a discussão sobre os antagonismos no campo social na Câmara dos Deputados. Muitas vezes não são projetos de lei que estão gerando os discursos, e sim pronunciamentos do presidente e de seus ministros em televisão, rádio, conferência internacionais, entre outros.

Crítica aos movimentos pós-industriais

Política ambiental

O componente da ala ideológica do Governo Bolsonaro no Ministério do Meio Ambiente é Ricardo Salles. O ano de 2019 foi repleto de declarações que geraram muitas repercussões negativas, da oposição à base do governo, assim como de personalidades internacionais. Posterior a isso, quando Sergio Moro saiu do ministério do Governo Federal, em 2020, disponibilizou para a grande imprensa um vídeo em que o ministro fazia um discurso sobre “aproveitar a pandemia para passar a boiada” dos projetos no Congresso Nacional.

O caráter conservador e reacionário fica evidente quando o presidente Bolsonaro e seu ministro não aceitam os resultados das pesquisas e desqualificam o trabalho dos órgãos científicos brasileiros, como o INPE, assim

como o questionamento ao Acordo de Paris, assinado em 2015, que estipulava metas de redução de emissão de gases, entre outras medidas.

A política ambiental tem um caráter estratégico para a política internacional, o que aflora um discurso nacionalista, indo na linha do Presidente dos EUA Donald Trump, como se qualquer medida da ONU, ou investimento de países europeus em fundos de preservação da Amazônia, significasse a vontade desses mesmos países em dominar a floresta.

As três principais pautas abordadas são: o fogo na Amazônia, a flexibilização das leis ambientais e a possível visita de Bolsonaro à Conferência do Clima para ratificar ou não o Acordo de Paris.

Os políticos que defenderam a postura e a política conduzida pelo Governo Bolsonaro e seu ministro Ricardo Salles atacavam, em seus discursos, as ONGs, os países europeus e os acordos feitos pelos governos brasileiros anteriores:

Há algum tempo, Jair Bolsonaro denunciou que as queimadas que estavam ocorrendo na Amazônia estavam sendo provocadas por ONGs ambientais, ONGs das causas ambientais, que são financiadas com recursos públicos.

Bolsonaro foi extremamente criticado, foi avacalhado pela Oposição. Disseram que era um absurdo que estavam cometendo.

Agora, vejam só, o Estadão notícia: "Delegado diz que ONGs de Alter do Chão desviaram recursos da WWF para combater fogo. Responsável por investigação diz ter 'material vasto' sobre os supostos desvios por parte das organizações Brigada Alter do Chão, Aquíferos Alter do Chão e Projeto Saúde Alegria em ação contra incêndios".

Mais uma vez, nós percebemos que a Oposição e a Esquerda querem implodir o Governo com *fake news*, colocando fogo no Brasil. Isso demonstra que Bolsonaro tinha razão. (CARLOS JORDY – 27/11/2019)

Os deputados que fizeram discursos em defesa da manutenção dos acordos internacional e da preservação da Floresta Amazônica utilizavam em sua retórica as ideias da necessidade da preservação dos biomas para a preservação da espécie humana e do caráter estratégico da defesa internacional dos povos nativos, além da proibição da exploração ilegal:

Antes desse debate tomar proporções maiores, nós perdemos um fundo bilionário, por causa de declarações irresponsáveis dadas por um Presidente irresponsável e pelo seu Ministro subserviente ao agronegócio. O que seria não politizar uma questão tão grave como esta da Amazônia, quando nós sabemos que estamos tratando aqui do

estopim visível de uma ausência completa de política ambiental de um Presidente que representa um setor que quer destruir e destroçar o Meio Ambiente do Brasil? (CÉLIO STUDART– 04/09/2019)

Ideologia de gênero

Apesar de não ser um projeto de lei específico, quando se trata de debate sobre gênero, feminicídio e violência a discussão mobiliza os antagonismos discursivos dos deputados e das deputadas federais.

A luta pelos direitos das mulheres inclui pautas amplas como a defesa de maior representação no Congresso Nacional, até políticas que combatem a violência contra a mulher. O movimento feminista é um movimento amplo e heterogêneo, que abarca o tema da desigualdade na interação entre raça, classe e sexualidade. As lutas pelo direito ao voto, pelo acesso à educação, pelo direito ao divórcio foram estruturantes na agenda política do feminismo (MIGUEL e BIROLI, 2014). Contudo, a luta pela igualdade entre homens e mulheres pressupõe diversos outros temas como direito reprodutivo e sexualidade, que não se resolveram na igualdade formal entre eles:

Nós não vivemos tempos fáceis no nosso País e para nós, mulheres, jovens, feministas e militantes, ocupar este espaço é um grande desafio. Nós sabemos que as mulheres hoje, aqui neste Parlamento, são apenas 15%. Isso significou um avanço fundamental diante do contexto de luta das mulheres em todo o Brasil, mas não é o suficiente para que possamos avançar nos nossos direitos. Não basta ser mulher, é preciso estar do lado certo. E nós sabemos que, infelizmente, hoje a pauta dos direitos das mulheres também é disputada sob uma perspectiva conservadora e reacionária. (SÂMIA BONFIM – 06/02/2019)

Os deputados contrários às políticas de gênero acusam as pautas das mulheres de serem ideológicas partidárias e de não abrangerem todas as mulheres. Muitas vezes colocam as pautas das mulheres em contraposição ao lugar biológico das mulheres ou fazem referência sobre o lugar da mulher da perspectiva religiosa.

No campo da religiosidade, a pauta do aborto é a que mais mobiliza os opostos. Enquanto as feministas reivindicam políticas de descriminalização ou legalização do aborto, os deputados ligados à religiosidade dizem que isso é um assassinato.

Em relação à ideologia de gênero, quero dizer ao Presidente Jair Bolsonaro que ele pode, inclusive, procurar projeto meu nesta Casa que proíbe o uso de recursos públicos municipais, estaduais e federais para iludir nossas crianças, dizendo ao menino que ele pode ser menina e à menina que ela pode ser menino. Isso é ledô engano. Deus criou macho e fêmea. Homem e mulher criou o Senhor Deus e os abençoou. Homem com homem não faz filho. Mulher com mulher também não faz filho. O que passa disso.. (PASTOR SARGENTO ISIDORO – 03/09/2019)

Sobre a desigualdade

Educação

A concepção sobre a educação poderia ser analisada pelo marcador econômico: mais investimento ou não. Contudo, é tratada como uma agenda de costumes. Isso porque os argumentos que norteiam a discussão dos que querem diminuir o investimento em educação versam sobre guerra cultural (Eduardo Bolsonaro), ideologização dos professores de esquerda frente aos alunos (Joice Hasselmann) e balbúrdia nas universidades.

A declaração do então ministro da Educação Velez sobre a balbúrdia nas universidades federais justificaria o corte no orçamento dessas instituições. A reação veio em grandes manifestações contra os cortes na Educação, com discursos da maioria dos deputados que defendem essa pauta política.

Não falta nenhum único centavo para a educação neste Brasil. Sabem por que a nossa educação é tão ruim? Porque os nossos professores lamentavelmente hoje não sabem ensinar, porque não foram ensinados a ensinar. Eles passaram por um processo ideológico e repetem aquilo que aprenderam. Pronto. Não ensinam. Me comprometi a encampar com ele esse projeto da nova Educação Moral e Cívica no País, para que nós possamos respeitar os nossos símbolos, para cantar o nosso Hino, para entender o nosso Hino, para saber quais são os símbolos da nossa Bandeira. (JOICE HASSELMANN - 14/02/2019)

Outro acontecimento que também gerou discussão foi, no início do ano de 2019, quando o então ministro da Educação Ricardo Vélez Rodríguez mandou uma determinação para que diretores de escolas públicas e privadas

gravassem as crianças cantando o Hino Nacional e falassem o *slogan* da campanha de presidente de 2018⁴⁷.

Prezados Diretores, pedimos que, no primeiro dia da volta às aulas, seja lida a carta que segue em anexo nesta mensagem, de autoria do Ministro da Educação, Professor Ricardo Vélez Rodríguez, para professores, alunos e demais funcionários da escola, com todos perfilados diante da bandeira nacional (se houver) e que seja executado o Hino Nacional. (Carta do MEC)

Os deputados que são contra a política ministerial do Governo Bolsonaro que trata a educação como um espaço de guerra cultural fazem discursos sobre eficiência (Tabata Amaral) e tratando da necessidade de mais investimento (PSOL e PT). Todos esses acreditam que uma política de fortalecimento da educação é peça fundamental para lidar com os problemas de desigualdade na sociedade brasileira.

E, nessa guerra ideológica, vemos de novo as coisas mais fundamentais e mais sólidas da educação sendo prejudicadas, como o ENEM, o FUNDEB, a formação de professores. Essas coisas não deveriam entrar na polarização, mas simplesmente entram, porque o Governo está empreendendo uma guerra ideológica contra o que chama de marxismo cultural. O Governo só esquece de contar para a população qual é a ideologia que quer colocar no lugar. A nossa afirmação é que não há desenvolvimento, não há inclusão, não há ética sem educação, sem pesquisa. (TABATA AMARAL – 14/05/2019)

Política de repressão

No campo da repressão, os discursos sobre como lidar com a desigualdade é abordada de três maneiras diferentes. São elas: Política de combate à corrupção, defesa do Golpe de 1964 e a política de armamento

Política de combate à corrupção

Operação Lava Jato

⁴⁷<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47365603> Fonte

Um debate que acontece desde o começo da operação do Mensalão e continuou durante a operação Lava Jato é a utilização do Judiciário e das operações para a construção de uma imagem negativa dos governos do Partido dos Trabalhadores.

Acreditando nessa versão ou não, podemos ver que parlamentares que se mobilizaram politicamente em defesa da operação Lava Jato e pelo *Impeachment* da Dilma alcançaram vagas no Congresso Nacional. Alguns, inclusive, foram aqui analisados (Kim Kataguirí, Joice Hasselmann).

Em 2019, o *Intercept*⁴⁸ divulgou em seu *site* mensagens entre Moro e os procuradores da Lava Jato que demonstravam um certo consenso sobre as sentenças e procedimentos que iriam acontecer sobre as figuras políticas do PT, principalmente o ex Presidente Luis Inácio Lula da Silva.

Esta Casa, que deve defender a Constituição, não pode achar normal que ele rasgue o Código Penal do Brasil em dois de seus artigos. Também não é normal esta Casa achar que é papel de um Procurador da República, que se apresenta como o Procurador da Lava-Jato, acima da sua própria instituição, juntamente com um juiz, ou seja, o acusador e o julgador - e deve haver a separação que as instituições liberais e a democracia consolidaram, deve haver equidistância entre esses dois atores -, fazer um conluio, seletivamente, para criminalizar uma liderança que liderava as pesquisas eleitorais. Isso não é normal. (JOSÉ RICARDO – 11/06/2019)

Essa situação gerou intensa discussão no plenário da Câmara, com os defensores do então ministro da Justiça Sergio Moro que alegavam a normalidade do acontecido como dentro do devido processo legal e os defensores do ex-presidente Lula, que viam na relação divulgada nas mensagens um procedimento ilegal.

Eu ouvi aqui que as sentenças e as principais decisões coincidiram com o processo eleitoral. A Operação Lava-Jato começou em 2014. A não ser que o Ministro Sergio Moro tenha um poder de vidência ou uma visão além do alcance, é absolutamente improvável que se fale numa orquestração do Ministério Público desde o início, quando o então Deputado Jair Bolsonaro nem era candidato.

Todos os diálogos que se mostram, na verdade, são diálogos entre um procurador, o coordenador de uma operação, e um juiz federal, o que é absolutamente comum. No processo penal, o direito à defesa é

⁴⁸ Grupo jornalístico que tem uma plataforma on-line de divulgação de documentos secretos e fatos que foram “escondidos” pelos Governos.

diferido, ou seja, a partir do momento em que está havendo a investigação, não faz o menor sentido o juiz conversar com o advogado de defesa e falar: "Olha, doutor, eu estou pensando aqui, junto com o Ministério Público, em colocar uma escuta aí no seu cliente. Você acha que está tudo certo? Você acha que é a melhor estratégia?" É evidente que esse tipo de discussão não vai existir, porque a defesa é posterior, justamente para garantir a efetividade da investigação.

E é natural em toda operação - não é uma exclusividade, não é um privilégio do ex-presidente Lula ou desses envolvidos na Operação Lava-Jato - haver um diálogo direto entre o Ministério Público e o Judiciário, mesmo porque a validade das provas, a força das denúncias, os atores de cada audiência, o planejamento de cada operação necessariamente dependem da decisão do magistrado. Se não há sintonia na fase de operação entre Ministério Público, polícia e Judiciário, as operações ficam absolutamente inviabilizadas. (KIM KATAGURI - 19/06/2019)

Pacote anticrime

O principal ator da operação Lava Jato, o juiz Sergio Moro, ocupou o cargo de ministro da Segurança Pública no governo do Jair Bolsonaro durante o ano de 2019. Ele apresentou, no início da legislatura de 2019 o pacote anticrime. Esse pacote abrange três projetos de Lei que foram enviados para o Congresso Nacional, com tramitação concomitante no Senado Federal e na Câmara dos Deputados. Os três projetos são:

- PL 881/2019 – Criminaliza o uso de caixa dois em eleições. (Situação: Apensado ao PL 9171/2017)
- PL 882/2019 – Estabelece medidas contra a corrupção, o crime organizado e os crimes praticados com grave violência a pessoa. (Situação: Arquivada)
- PLP 38/2019 – Estabelece regras de competência da Justiça Comum e da Justiça Eleitoral. (Situação: Pronta para Pauta no Plenário (PLEN))⁴⁹

Cada um desses projetos suscitou intensos debates e modificações. Os projetos de lei que foram aprovados sofreram intensas modificações no seu teor. Os argumentos utilizados em defesa do pacote dizem respeito ao clamor nacional contra a impunidade.

⁴⁹ No site : www.Justica.gov.br

Os deputados contrários a esses projetos de lei utilizam contra-argumentos que reforçam a política de não encarceramento em massa da população mais pobre, denunciam a permissividade para matar, assim como o racismo estrutural que será determinante nas decisões dos advogados:

Em três momentos, o projeto infelizmente dá autorização para matar. Há um momento por abuso, e propõe perdão judicial; por resistência seguida de morte - trabalha muito o deputado Paulo Teixeira -; e também por legítima defesa.

Eu quero aqui registrar que isso é um absurdo. O modelo está falido, e aprofundar esse modelo é aumentar a violência no País. Nós temos que lembrar que o Brasil é o País que mais mata jovens no mundo, na ampla maioria, negros. Portanto, esta Casa tem que aprofundar esse debate. (REGINALDO LOPES – 19/02/2019)

Prisão em segunda instância

Um tema recorrentemente abordado pelos deputados é a regulamentação da prisão em segunda instância. As diferentes interpretações sobre o artigo 5º da Constituição Federal trazem à tona discussões pertinentes de caráter conjuntural:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...) LVII - ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória;

Quem defende aprovação da PEC da prisão em segunda instância diz que precisasse ouvir o clamor das ruas e combater o sentimento de impunidade que impera no país. Os deputados que discursam ao contrário à aprovação da PEC utilizam os argumentos de que essa PEC tem interesses políticos bem específicos como prender parlamentares, principalmente o ex presidente Lula.

Opinião sobre o golpe de 1964

Jair Bolsonaro nunca escondeu sua opinião sobre o período da ditadura militar, inclusive durante o processo de *impeachment* da Presidenta Dilma

Rousseff ele fez o voto em nome do Coronel Ustra, conhecido torturados de militantes de esquerda durante a ditadura.

Se durante os anos dos governos Lula e Dilma a política valorizava a Comissão Nacional da Verdade, que procurou saber onde estavam os corpos dos mortos e torturados e elucidar as posturas sangrentas que o regime escondeu, no governo Bolsonaro alguns deputados utilizaram seu espaço no plenário da Câmara para defender a comemoração do dia do golpe militar de 1964.

Contrário ao golpe de 1964:

O Presidente brasileiro discursou como se não estivesse na tribuna da Assembleia Geral da ONU, mas sim se defendendo no Tribunal de Haia, que julga os crimes contra a humanidade.

Agiu como se justificasse as atrocidades que comete contra seu povo e a humanidade. Atacou "inimigos" internos e externos, criticando países de uma forma inédita por um representante brasileiro. Chegou ao absurdo de atacar um dos mais importantes líderes indígenas do mundo, o brasileiro Raoni Metuktire.

Defendeu a ditadura militar e sanguinária que tomou o poder em 1964 e já foi condenada por organismos internacionais pelas mortes, torturas e perseguições que praticou contra brasileiros e estrangeiros que lutavam pelo restabelecimento da democracia. (REGINALDO LOPES – 24/09/2019)

Defesa do golpe de 1964:

Sr. Presidente, quero apenas mostrar um pouquinho de história para o pessoal da Esquerda, que insiste em falar do golpe de 1964.

Em março de 1964, o então Presidente da Câmara, que ainda era no Rio de Janeiro, foi empossado Presidente do Brasil. Em 10 dias, ele convocou eleições presidenciais, quando o General Castelo Branco foi eleito por 361 votos e 72 abstenções.

Eu pergunto ao pessoal da Esquerda: onde está o golpe, já que o General Castelo Branco foi eleito Presidente do Brasil pelo Congresso? Então, não há o que se dizer dessa questão. É só ler, para entender um pouquinho da história que se passou no País.

Os militares foram convocados a assumir a Presidência da República, para que aqui não se instalasse a pior das ditaduras, que é a ditadura da Esquerda, a ditadura comunista, a que mais matou gente no mundo todo. (CAPITÃO AUGUSTO – 26/03/2019)

A política de armamento

A Bancada da Bala

Diferente de outras pautas, a agenda da repressão congrega, em seus temas, diferentes opiniões e bancadas; algumas se misturam, outras, não. A Bancada da Segurança Pública e a Bancada da Bala têm como seu principal expoente e representante o presidente Jair Bolsonaro e os seus respectivos apoiadores no Congresso Nacional. O ministro da Defesa e os ministros que militares não se envolvem nessas agendas e não dão muitas declarações sobre essas movimentações.

Bancada da Segurança Pública

A Bancada da Segurança Pública atua em defesa dos policiais militares e das carreiras similares. Um deputado, por exemplo, que defende a reforma da Previdência, defende direitos diferenciados para os policiais por ser da bancada da segurança pública, como o Capitão Augusto.

Até quero radicalizar e dizer que não deveríamos permitir a participação de ninguém que seja membro ou agente da área de segurança pública. Nesses 17 anos em que estou aqui, percebi que eles, na verdade, não vão além das questões corporativas. Eles não pensam no resultado da política pública de segurança pública, fazem meramente aqui uma defesa dos interesses corporativos. (JOSÉ RICARDO - 15/08/2019)

Liberação do porte de armas

Os reacionários são caracterizados como políticos que defendem que o respeito só se faz institucionalizado através do porte de uma arma. Dentro do projeto, principalmente esses setores iam se armar com o projeto: promotores, advogados, milícias particulares e proprietários de terra.

Uma questão dentro da ala ideológica, bastante aproveitada durante a campanha, foi a defesa do presidente Jair Bolsonaro pela maior flexibilização do porte de armas. O aspecto imagético é muito importante: Bolsonaro imitava uma arma com a mão como uma forma de confrontar as políticas exercidas pelo governo anterior.

Essa política tem dois aspectos, uma é o porte de armas em geral, o outro é a regulação da posse de armas de fogo em áreas rurais.

Logo no começo da eleição ele fez um decreto Nº 9.785 em 7 de maio de 2019 que se transformou, quando aprovado no Projeto de Lei nº 3.723.

Quem discursa a favor do porte de armas utiliza o argumento de que tem que proteger a sua vida e a sua propriedade:

Mas, Sra. Presidente, eu queria me contrapor ao colega que falou anteriormente, para falar que, sim, nós temos que permitir o acesso das pessoas a armas, para que amanhã, se, de repente, voltar um regime como o de Lula, que junto com os mensaleiros aprovou o desarmamento, não fiquemos sob os desmandos de um governo autoritário, como aconteceu com a Venezuela, onde desde 2012 é proibida a comercialização de armas, e lá se vive numa ditadura. (EDUARDO BOLSONARO – 17/06/2019)

Quem é contrário à aprovação do armamento argumenta que já há demasiada violência na nossa sociedade:

O Brasil é o país onde mais se mata com armas de fogo no mundo. Vimos, em 2016, que 43 mil pessoas foram mortas por armas de fogo. E não é aumentando o número de armas que o Brasil vai resolver o problema da violência e da insegurança. O caminho é a educação. Por isso, foi muito importante a decisão do Senado de sustar o decreto presidencial que flexibilizava regras para a posse e o porte de armas no País. Nós insistimos em dizer que a violência só gera violência e, então, portar armas não resolve. Essa obsessão por armas e por violência do Presidente Bolsonaro não para por aí. Recentemente, em um evento religioso evangélico, em cima do palco, para milhões de pessoas, o Presidente fez um gesto com as mãos como se estivesse matando alguém, o mesmo gesto de arma que ele ensinou para uma criança na campanha eleitoral no ano passado. (JOSÉ RICARDO – 25/06/2019)

Além da ampliação do armamento também há a discussão sobre o projeto de Lei nº 3.715, de 2019, que regulamenta a posse de armas de fogo em áreas rurais. O argumento favorável diz que a segurança do Estado não chega ao campo e o fazendeiro tem que se proteger. Em alguns discursos há quem fale sobre a necessidade de defesa contra ocupações do Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST):

Acho que o desespero por parte dos deputados da esquerda, do PT, em dar essa posse de arma estendida aos moradores da zona rural refere-se mais, talvez, a um medo do MST.

Mas vamos aproveitar, então, para falar desse MST, já que temos o Destaque nº 4, que se refere justamente ao Movimento Sem Terra do Brasil. Nós temos que derrubar esse destaque de qualquer jeito.

Isso que nós estamos votando agora "não se aplica às propriedades rurais que estejam em disputas administrativas ou judiciais em processos de reforma agrária ou naquelas em que a lide venha a ocorrer, onde haja ou venha a ocorrer litígios de qualquer espécie sobre terras indígenas ou quilombolas e, ainda, de áreas em que ocorrem ou venham a ocorrer pesquisas técnico-científicas de interesse social".

Portanto, não dá para abrir mão de derrubar este Destaque nº 4, com o qual se está querendo tirar o que nós vamos aprovar hoje. Temos larga maioria para aprovar o projeto. Juntaram-se a bancada da segurança, a bancada do agronegócio e a bancada evangélica. Por isso, ontem, na votação do requerimento de urgência, obtivemos 331 votos, mais do que o suficiente para aprovar. Não precisamos negociar com o pessoal da Esquerda para aprovar esse texto, em hipótese alguma. Esse texto tem que ser derrubado. (CAPITÃO AUGUSTO – 21/08/2019)

Quem é contra a aprovação do projeto argumenta que já existe muita violência não regulamentada pelo Estado no campo e que a proposta visa atingir politicamente o MST:

Presidente, a população brasileira já não aguenta mais que o Governo, ou mesmo o Congresso Nacional, tenha como única resposta para essa situação de falta de segurança e de medo a política do armamento, porque isso significa mais medo, mais assassinatos e genocídio.

Tratando-se de regiões rurais, nós sabemos quais são os principais atingidos por essa política do medo, das armas e do genocídio: são justamente aqueles que lutam pelo direito à terra, à reforma agrária, e também os povos e comunidades indígenas, que, com este Governo, estão sob ameaça, inclusive com uma PEC que está sendo votada na CCJ para ampliar a possibilidade de atividade agropecuária em territórios indígenas. (SÂMIA BONFIM – 21/08/2019)

Soberania nacional e a questão internacional

A política internacional normalmente tem características pragmáticas e independentes. O Governo Bolsonaro ideologizou essa pauta, colocando o interesse dos seus grupos políticos e da sua “ala ideológica” acima dos interesses estratégicos na nação brasileira. Essa postura foi alvo de muita discussão no Congresso Nacional.

Junto a isso, o deputado federal mais votado do Brasil, Eduardo Bolsonaro, filho do presidente e fiador dessa ala ideológica, buscava ser embaixador do Brasil nos Estados Unidos e era presidente da Comissão de Assuntos Exteriores.

Ernesto Araujo, da ala ideológica, é ministro das Relações Exteriores.

Jair Bolsonaro é o líder mais transformador do Brasil em muito tempo, e a possibilidade de fazer parte desse processo de transformação é uma imensa honra para nós Ministros aqui presentes com ele. É uma honra, de forma especial, para mim, que desde minha indicação para o cargo de Ministro das Relações Exteriores assumi a incumbência de fazer do Itamaraty e da política externa brasileira parte integrante desta transformação, rompendo as tradições de acomodação e irrelevância da política externa brasileira de tempos recentes, assim como o Presidente Bolsonaro está quebrando tradições: quebrando as tradições da corrupção, do toma-lá-dá-cá, da eterna postergação das soluções, a tradição do crime, a tradição do materialismo. O lema do Presidente Bolsonaro – Brasil acima de tudo e Deus acima de todos – contém em si mesmo um projeto político e uma concepção de mundo. São um projeto e uma concepção que correspondem aos sentimentos profundos do povo brasileiro. (ERNESTO ARAÚJO - 18/03/2019)⁵⁰

A Onda Rosa (SILVA, 2018) foi um importante fenômeno, fruto da ascensão de governos progressistas e de esquerda na América Latina. Essa ascensão mudou a relação com os grandes parceiros internacionais Rússia e Estados Unidos. A Venezuela foi um dos poucos países que não sofreu revés em seu governo e aqui não vamos julgar a qualidade da democracia ali estabelecida.

Quando as manifestações do Chile estavam acontecendo⁵¹, os deputados da oposição usaram as manifestações para reivindicar um lugar de fala na insatisfação com a reforma da Previdência do Paulo Guedes, principalmente pelo regime de capitalização, que estava em votação no projeto da reforma da Previdência:

A revolta contra o aumento da passagem, deputado Cássio Andrade, foi apenas a gota d'água. Na verdade, ela fez transbordar um copo que

⁵⁰<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/ministro-das-relacoes-exteriores-discursos/20190-palavras-do-ministro-de-estado-das-relacoes-exteriores-embaxador-ernesto-araujo-ao-apresentar-o-senhor-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-em-palestra-no-dia-do-brasil-na-camara-de-comercio-dos-estados-unidos-washington-18-de-marco-de-2019>

⁵¹<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/10/20/entenda-a-onda-de-protestos-no-chile.ghtml>

já estava cheio de ressentimento e frustração pela profunda desigualdade que marca a sociedade chilena. O 1% mais rico da população chilena concentra 33% da riqueza daquele país - um terço da riqueza do país nas mãos de 1% das pessoas. Há graves problemas com as aposentadorias. (ALESSANDRO MOLON - 23/20/2019)

Antes mesmo que as manifestações eclodissem no País, o exemplo do Chile já era utilizado como um exemplo ruim de reforma da Previdência:

Sra. Presidente, o Governo Bolsonaro não tem nenhum apreço pela democracia nem pelo diálogo com o Parlamento. É um grande absurdo que Paulo Guedes, depois de ter sido convidado para vir à CCJ no dia de hoje, para responder às dúvidas sobre o projeto de reforma da Previdência que ainda pairam sobre alguns deputados, não aceite ser questionado a respeito dos grandes absurdos do projeto, como, por exemplo, a retirada de direitos dos mais pobres, de trabalhadores rurais e dos que dependem do BPC. Ele também não está disposto a responder de onde vem esse cálculo de 1 trilhão de reais que ele diz que se vai economizar, sendo que muitos especialistas disseram que, coincidentemente, é praticamente o mesmo valor da transição para o regime de capitalização que eles querem implementar, baseado no modelo chileno, que já deu muito errado, em um país onde existem idosos miseráveis que ganham menos de 1 salário mínimo. (SÂMIA BONFIM – SP - 26/03/2019)

O discurso de Eduardo Bolsonaro, que demonstra até onde o discurso da ala ideológica⁵² pode chegar, responde a essa defesa das manifestações e dos manifestantes reivindicando o período da ditadura militar, quando os manifestantes tinham sua liberdade de manifestação e organização cerceada. Assim como os partidos de oposição também colocaram sua posição em defesa das manifestações e em solidariedade aos manifestantes atingidos pela repressão:

Não vamos deixar! Não vamos deixar isso vir para cá. Se vier para cá, vai ter que se haver com a polícia. E, se eles começarem a radicalizar do lado de lá, nós vamos ver a história se repetir. Aí é que eu quero ver como a banda vai tocar. (EDUARDO BOLSONARO - Discurso 29)

⁵² O governo Bolsonaro é identificado como um governo composto por diversas alas, sendo quatro as principais : a ala ideológica, com Olavo de Carvalho e os seus filhos, a ala militar, com o vice-presidente General Mourão e os ministros militares do Governo, a ala econômica, liderada por Paulo Guedes, e a ala da Lava Jato com o ministro Sergio Moro.

Eduardo Bolsonaro é filho de Jair Bolsonaro. Nasceu em 1984 na cidade do Rio de Janeiro, é advogado formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e escrivão da polícia federal. Foi eleito em 2014 para um mandato de deputado federal pelo PSC. Em 2018, reeleito pelo PSL, foi o deputado mais votado do Brasil. Líder político de forte atuação nas redes sociais, tem mais de um milhão de seguidores no Twitter e mais de dois milhões no Facebook.

É notório, quando analisado o perfil de Eduardo Bolsonaro, que apesar de 2019 ter sido um ano marcado pelo debate da reforma da Previdência, o que está bastante claro nos discursos da maioria dos deputados federais e na nuvem de palavras das discussões na Câmara, o foco da opinião política que o parlamentar emite não é essa.

Uma das características que norteia o discurso de Eduardo Bolsonaro é a agressividade e o ataque aos pontos de vistas diferentes do seu. Ele é um exemplo da retórica da intransigência conservadora (HIRSCHMAN, 1991). Para atacar Lula, o PT e a oposição, utiliza-se de mecanismos de desconstrução da figura do outro, a fim de inviabilizar o conteúdo que seu oponente reivindica. O discurso do outro é errado só por existir:

Não adianta estrebuchar, não. Pode continuar estrebuchando. Cuidado que pode ser o próximo quem está gritando. Já vi muito Parlamentar do PT que antes circulava aqui que agora está ó:
(Deputado faz gesto de cadeia com as mãos.)
Tome cuidado! (EDUARDO BOLSONARO – 29/10/2019)

Outra característica marcante tem a ver com seu cargo de Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados e também de seus objetivos políticos⁵³. Para emitir sua opinião sobre os governos da América Latina e a atuação do governo brasileiro frente a isso, Eduardo Bolsonaro faz referência ao “Foro de São Paulo”⁵⁴, à Venezuela, a Cuba e a relação desses países com o governo anterior do PT. Embora a Rússia não se declare mais comunista e a União Soviética ter acabado há algum tempo, o

⁵³ Ele tentou ser embaixador do Brasil nos Estados Unidos durante muitos meses do ano de 2019.

⁵⁴ Projeto de Integração Latino Americana que completou 30 anos em 2020.
<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49093277>

país ainda faz parte do imaginário comunista que os ideólogos Olavo de Carvalho⁵⁵ e companhia gostam de mobilizar para reafirmar seu pensamento:

Depois de uma viagem do narcoditador Nicolás Maduro à Rússia e, mais tarde, de o seu braço direito, Diosdado Cabello, chefe do Cártel de los Soles, um dos maiores cartéis de drogas da Venezuela, ter ido à Coreia do Norte, nós estamos vendo desencadear na América do Sul manifestações no Chile, que tem a maior renda per capita da América Latina e vai muito bem economicamente, e no Equador; instabilidade no Peru; e um acidente - dito acidente; é o que estão falando - com óleo no Nordeste do Brasil, de uma maneira que ninguém nunca viu na vida: ninguém sabe dizer de onde veio; nenhum navio está acusando que foi o responsável; é um óleo que não flutua na superfície, que fica embaixo da água, de difícil detecção. E o pior ainda é a maneira de limpar esse óleo. E, agora, nós temos um vídeo do narcoditador Nicolás Maduro dando uma certa risada com deboche, dizendo que os planos do Foro de São Paulo para a América Latina estão indo muito bem, estão indo adiante.

Por outro lado, se você olhar a situação da Argentina, verá que o país está numa calmaria, porque, ao que parece, está tudo encaminhado para que Cristina Kirchner, que é membro do Foro de São Paulo, retorne ao poder

Essa teia, essa rede que fica por trás dizendo que existe, na verdade, um protesto no Chile - nós sabemos que o que há, de fato, são uma rebelião e atos que levam o terror à sociedade - se alimentava do dinheiro do BNDES; se alimentava de dinheiro que ia para o Mais Médicos, para Cuba; se alimenta de superfaturamentos na Abreu e Lima, no metrô da Venezuela, na hidrelétrica na Nicarágua.

Era isso que eu queria expressar, Sr. Presidente: o perigo que vivemos é o Foro de São Paulo. (EDUARDO BOLSONARO – 22/10/2019)

O irmão do deputado Eduardo Bolsonaro, vereador no município do Rio de Janeiro, falou sobre os “problemas” da democracia, entre eles a lentidão das tomadas de decisão pela necessidade do debate. Tal discurso gerou muita discussão no plenário do Congresso, e o deputado defendeu irmão:

O que o Carlos Bolsonaro falou não tem nada demais. Esses daí, que até ontem estavam mandando dinheiro para Cuba, babando ovo de Fidel Castro...(Manifestação no plenário: Lave a boca!)

Estavam enviando dinheiro para a Venezuela. Amantes de ditaduras, são incapazes de repudiar a narcoditadura de Maduro, e vêm querer posar aqui de amantes da democracia.

Carlos Bolsonaro não falou nada de mais. As coisas numa democracia demoram porque exigem debate. Ele falou só isso. “

Por nós, a velocidade seria outra. Mas o tempo do Congresso não é o tempo da sociedade. Ponto! (EDUARDO BOLSONARO – 10/09/2019)

⁵⁵ Guru político da Ala ideológica do Governo Bolsonaro e também da família Bolsonaro.

Ao não conseguir a indicação para a embaixada brasileira nos EUA, Eduardo Bolsonaro fez um discurso de que permaneceria no País para defender as pautas conservadoras que elegeram Jair Bolsonaro Presidente. No discurso, ele se coloca como representante dos valores políticos que o elegeram, e por isso a importância desse novo “dia do fico”⁵⁶:

“... diz que fica no Brasil para defender os princípios conservadores, para fazer do tsunami que foi a eleição de 2018 uma onda permanente.

Assim, Sr. Presidente, comprometo-me a caminhar por São Paulo, pelo Brasil e –

por que não? - pelo mundo para identificar aliados que tenham interesse em servir ao País nessa guerra cultural contra os que querem destruir a identidade ocidental, os valores judaico-cristãos e as liberdades individuais.

Sr. Presidente, fico no Brasil para levar adiante as bandeiras do conservadorismo e apoiar o Presidente Jair Bolsonaro” (EDUARDO BOLSONARO – 22/10/2019)

Em seus discursos, observamos a defesa de Sergio Moro e da operação da Lava Jato. Eduardo Bolsonaro entende a crítica à Operação Lava Jato como uma defesa de práticas corruptas na política. Portanto, para ele, quem questiona as ações cometidas pela operação, tem como objetivo manter e defender a corrupção:

Então, eu pergunto: que moral têm esses deputados para tentar colocar o dedo na cara do Sergio Moro para dizer que ele está tramando contra a Lava Jato? São políticos que estão incomodados, obviamente, de estarem sendo investigados e têm um interesse pessoal em acabar com a imagem do então Juiz Sergio Moro para tentar melar a Lava Jato, com medo de serem presos. É preciso pontuar essa verdade aqui e dizer que não há qualquer relação com aquela questão dos áudios do Lula que vieram à tona, porque foi uma investigação com autorização judicial, em que havia um inquérito policial, em que tudo seguiu o rito do devido processo legal. (EDUARDO BOLSONARO – 03/07/2019)

Em relação à política ambiental, ele defende a postura da ala ideológica do governo e acusa ONGs de estarem colocando fogo na floresta Amazônica:

⁵⁶ O Dia do Fico foi de extrema importância na história brasileira, pois foi quando Dom Pedro II disse que permaneceria no Brasil e não ia para Portugal, apesar da pressão das elites que lá faziam um movimento político. “Revolução dos Portos”. Tornou-se, assim, o primeiro Imperador do Brasil e de fundamental importância para a construção da Independência do Brasil de Portugal.

Sra. Presidente, o que é interessante aqui? Quando Bolsonaro falou que existiam suspeitas de ONGs estarem envolvidas em incêndios criminosos, muitos especialistas - e lembro aqui Reinaldo Azevedo, William Bonner e um cara do site Catraca Livre, cujo nome eu não sei, porque não leio esse negócio aí, vários deles -, começaram a fazer chacota com o Presidente, como quem diz: "Ora, alguém está duvidando do espírito ambientalista das ONGs? Elas estão lá para proteger o meio ambiente. Como elas poderiam ser usadas exatamente para colocar fogo na floresta?" (EDUARDO BOLSONARO – 28/11/2019)

Seu discurso é um dos poucos que aborda o combate à ideologia de gênero e fala da guerra cultural promovida pela esquerda na educação:

Eu quero dizer que nós temos, sim, que prestar atenção na pauta cultural. Essa é a pauta mais cara para o pessoal da Esquerda. Prova disso foi a recente onda criada por uma parte da imprensa para tentar derrubar o Ministro Abraham Weintraub. Ele ficou um mês sob fogo intenso, porque é exatamente ele que barra ideologia de gênero e que coloca adiante as escolas cívico-militares, que são os colégios que os alunos que lá estudam e os pais desses alunos mais querem, porque trazem disciplina.

Esse Ministro conseguiu garantir um ENEM de qualidade, sem ideologização. Lembrem-se de que, no passado, a prova do ENEM citava feminismo e o dicionário dos travestis. Pela primeira vez, temos uma prova, vamos dizer assim, normal. (EDUARDO BOLSONARO – 18/12/2019)

No campo econômico, Eduardo Bolsonaro só cita a reforma da Previdência em sua defesa. Por isso é aqui compreendido como um defensor da retórica neoliberal. Uma questão interessante é que ele é um dos poucos que discursa sobre todos os antagonismos no campo social aqui analisados. Todas as suas abordagens e argumentações são no campo do conservadorismo. Ele é um parlamentar conservador- neoliberal.

5.3.2 Joice Hasselmann

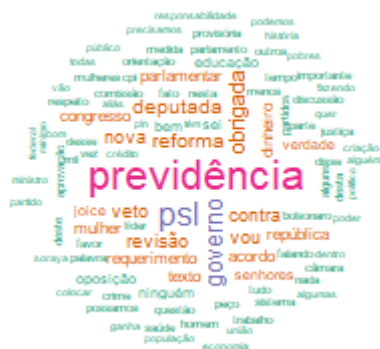


Figura 3 – Nuvem de Palavras Joice Hasselmann

Joice Hasselmann tem 41 anos e nasceu em Ponta Grossa no Paraná. Formou-se em Jornalismo no Centro Universitário Santa Amélia (UniSecal). Começou sua carreira como radialista na rádio CBN, e passou pela BandNews, *Veja* e Globo. Foi uma participante ativa das manifestações do *impeachment* de Dilma Rousseff convidada por Janaina Paschoal para acompanhar o processo no Congresso Nacional. Tem mais de um milhão de seguidores no YouTube e dois milhões no Facebook.

Ela foi líder do governo na Câmara dos Deputados durante o período estudado. Por isso podemos ver que na sua nuvem de palavras está explícita a agenda principal das suas intervenções no plenário. Ela atuou com o objetivo de dar coesão à base para aprovar a reforma da Previdência:

A Previdência atual, senhores e senhoras, não oferece nada além de ilusão. É pura ilusão, pois não há garantia nenhuma de que haverá dinheiro, no futuro, para pagar aqueles que deveriam ser beneficiados. Hoje, o Estado como um todo, considerando o setor público, inclusive, não consegue responder às demandas da sociedade. Não há como. São demandas que deveriam ser cumpridas pelo próprio Estado. De que demandas eu estou falando? Saúde, educação, segurança, geração de emprego.

Tenho conversado com os Parlamentares de partidos da Oposição, um a um, porque a nova Previdência é o único assunto que talvez possa unir Situação e Oposição e aqueles que querem ficar isentos, nem para um lado, nem para o outro. Teremos pautas inúmeras para divergir aqui dentro, pautas de costumes e tantas outras, sobre as quais iremos, sim, para um embate pesado. Mas essa pauta é uma pauta de responsabilidade com o País (JOICE HASSELMANN – 20/03/2019)

Em seu discurso é possível identificar fortes marcadores neoliberais do ponto de vista econômico assim como os marcadores conservadores no campo social. Isso é algo que ela mesma trás para a tribuna de debates durante os seus discursos para se descrever:

Assumidamente de direita, absolutamente liberal na economia, conservadora nos costumes, até porque sou evangélica, para quem não sabe. Convertida na Assembleia, batizada na Batista, descobri-me judia há pouco mais de 2 anos. Uma sorte! Tenho o aconselhamento de bons pastores e bons rabinos, e sigo em frente.

Essa moça, que lutou a vida inteira contra a corrupção, que é assumidamente de direita, lutou, e continua lutando, contra a ideologia de esquerda, mas todos aqui sabem que eu os respeito, pois chegaram aqui, como eu, pelas urnas.

É o que eu quero para o meu País, como boa liberal: as pessoas com meritocracia, crescendo, bem empregadas, ganhando dinheiro. É isso o que eu quero. Eu não quero dividir pobreza, eu quero multiplicar riqueza. É isso o que eu quero. (JOICE HASSELMANN – 05/11/2019)

Do ponto de vista econômico ela aborda em seus discursos quase todos os marcadores aqui levantados: MP da liberdade econômica, reforma tributária, defesa do marco legal do saneamento básico. Todas essas defesas são com a retórica da privatização, desburocratização e da diminuição do papel do Estado. O único debate que ela não aborda é a abertura de capital do setor aéreo. Em relação à MP da liberdade econômica o discurso é de que ela trará mais empregos para o país: *“O PSL, presidente, orienta pelo fim da burocracia, por mais empregos, para que acabemos a discussão e votemos a medida provisória”*. (13/08/2019)

Em relação ao marco legal do saneamento básico, afirma que o Estado não consegue garantir o serviço para todos, o que mostra a importância da atuação do setor privado:

Não podemos lidar com esse assunto com demagogia! Não podemos lidar com esse assunto com uma visão simplesmente ideológica, enquanto as pessoas padecem, adoecem, morrem, esperam uma ação do Estado!

Todos sabem que faço parte de um partido que é liberal, que defende a redução do Estado, que é a favor das privatizações e das parcerias público-privadas. Elas são importantes para o andamento do Brasil, um país tão inchado, com uma máquina tão gigante. É claro, é notório, é público que o Estado não dá conta de prestar o serviço ao povo brasileiro.

O PSL apoia esse projeto, defende esse projeto, e não é de hoje. E vamos continuar defendendo a redução do Estado brasileiro, para termos um Estado mais enxuto, mais barato, mais leve, em que os serviços públicos chegam à casa de quem mais precisa. (JOICE HASSELMANN - 11/12/2019)

Em relação à educação, o seu discurso pautando a guerra ideológica que existe em curso é pronunciado no dia 14/02/2019. Contudo, a abordagem em relação à educação é mais voltada para a necessidade de fazer a reforma da Previdência a fim de que se mantenham os investimentos:

Vamos aprovar a reforma da Previdência. Não adianta. Não há choro nem vela, porque o Brasil precisa da reforma. Ou nós vamos continuar jogando fora mais de 1 trilhão de reais, que poderiam ir para saúde, educação e segurança? (JOICE HASSELMANN - 21/02/2019)

Sua característica conservadora no campo social fica explícita na defesa da prisão em segunda instância:

E este Parlamento está devendo à sociedade, Sr. Presidente, a discussão da PEC da prisão em segunda instância. Não vou aqui fazer críticas a ministro A, B ou C do Supremo, porque nós temos uma Corte Máxima neste País, e a decisão foi tomada com base inclusive no que está escrito na legislação feita por este Parlamento. Mas nós precisamos avançar nesse tema e discutir de acordo com aquilo que a sociedade nos exige, de acordo com o que a sociedade nos pede. (JOICE HASSELMANN – 12/11/2019)

Um aspecto importante do seu discurso foi a mudança de tom do início de 2019 para o fim do ano. No início da legislatura, suas falas tinham sintonia com a gestão do Governo Federal: *“E este time aqui, do presidente Jair Bolsonaro, está pronto para a luta. Aqui tem soldado, aqui tem guerreiro”*. (05/02/2019). E continua no início do ano com discursos assim:

Começo aqui dizendo como é bom fazer parte de um Governo que cumpre a palavra! Como é bom ser Líder de um Governo neste Congresso Nacional que cumpre a palavra! Como é bom representar aqui dentro um homem chamado Jair Messias Bolsonaro! (JOICE HASSELMANN - 20/03/2019)

Quando analisamos as falas dela no fim do ano de 2019, já há certa insatisfação e algumas críticas ao presidente Jair Bolsonaro e seus filhos. Isso

foi fruto de disputas políticas sobre os rumos da liderança do Partido e também devido a ataques que ela sofreu nas redes sociais. Em relação a esses ataques, ela responde com um discurso grande no plenário, ao qual a bancada da oposição também se solidarizou a ela:

Aqui, em nós, Deputada, V.Exa. poderá encontrar adversário muitas vezes, defendendo teses contrárias às que V.Exa. defende. Mas saiba que nunca a trataremos como inimiga. Aliás, o Brasil precisa romper como este ciclo em que a política não tem mais adversários, tem inimigos, tem gente a ser eliminada. (ORLANDO SILVA - PCdoB - 05/11/2019)

Isso pode ser analisado do ponto de vista altruísta de que a oposição realmente acredita que Joyce seria capaz de enxergar as contradições do Governo Jair Bolsonaro descritas por eles ou, de uma maneira oportunista, de aproveitar o momento para criar mais cisão dentro do Governo, pois a deputada era a líder do Governo na Câmara.

Apesar dos erros que reconhece no Governo, faz um discurso se alinhando aos ministros Paulo Guedes e Sergio Moro:

Puxa vida, a economia está legal. Afinal de contas, quem são os pilares do nosso Governo? Paulo Guedes, Superministro; Sergio Moro, Superministro. Eles são os nossos pilares. Eu digo, sem medo de errar, que sem eles o Governo não fica em pé. E essa é uma verdade. Quero deixar muito claro para V.Exas. que o meu coração, a minha alma estão dedicados e empenhados a ajudar este País, e, mesmo com os erros - alguns, eu pontuei; outros, não -, na minha avaliação, do próprio Presidente da República, eu continuo lutando ao lado dele. Sabem por quê? Porque eu quero que o Brasil dê certo. (JOICE HASSELMANN – 05/11/2019)

Joice Hasselmann, no ano de 2019, foi uma defensora convicta dos marcadores neoliberais no campo econômico. No campo social, ela defende a disposição de Sergio Moro no combate à corrupção. Ainda no começo do ano ela se alinha a alguns outros marcadores conservadores, como a defesa da chamada “guerra ideológica” na educação. Contudo, é possível notar uma mudança discursiva. Isso pode ser devido às brigas pela direção política do PSL e o ataque à sua figura por parte dos filhos do Presidente Jair Bolsonaro. Apesar disso, ela não apresenta nenhuma defesa, no campo social, de

Kim Kataguirí foi eleito pela primeira vez para um cargo de parlamentar em 2018 pelo MDB – Movimento Democrático Brasileiro. Um dos deputados mais jovens do Congresso Nacional, adquiriu protagonismo nas redes sociais com críticas ao governo Dilma e ao Partido dos Trabalhadores. Foi um dos fundadores do Movimento Brasil Livre (MBL) e construiu a mobilização, através da internet, para as passeatas a favor do *impeachment* da presidenta Dilma, em São Paulo.

Seu primeiro discurso na tribuna da Câmara dos Deputados é bem descritivo e com muito conteúdo acerca de suas principais agendas durante o ano de 2019, assim como dá os contornos de seus marcadores ideológicos. Na economia é explícito seu forte caráter neoliberal:

Venho justamente para tentar trazer renovação e retomar a esperança na política, que se perdeu, combatendo a demonização da política. Acho que todos os colegas aqui sabem que, para a população em geral, infelizmente a imagem que o político tem hoje é a de ladrão, de bandido, e sabemos isso não é verdade.

Quem mais se beneficia do liberalismo, quem mais se beneficia da liberdade de mercado, é justamente o mais pobre, aquele que mais precisa.

Quem fala em combate à miséria, em combate à pobreza, em combate à desigualdade, mas não fala em reforma da Previdência, não passa de um hipócrita, não passa de um populista. Pode-se falar muito aqui sobre educação, sobre saúde, sobre segurança, mas o dinheiro precisa sair de algum lugar, porque ele não nasce do chão.

Quero aproveitar meus últimos minutos para agradecer também ao Movimento Brasil Livre, que me acompanhou durante toda essa trajetória. Tive a honra de ser um dos seus fundadores. Caminhamos a pé de São Paulo até Brasília para, aqui nesta Casa, protocolar o pedido de *impeachment*. Também acampamos durante mais de 1 mês em frente a esta Casa para derrubar o Governo mais corrupto da história do País - tenho muito orgulho de dizer isso. (KIM KATAGUIRI - 05/02/2019)

A nuvem de palavras também deixa visível através das palavras: *reforma, previdência, governo, previdenciária e parlamentares* a sua defesa política. Sua principal agenda é a defesa da reforma da Previdência, enfatizada em seus discursos. Às vezes ataca até o corporativismo dos empresários que ao invés de lutarem pela reforma da Previdência ficam fazendo *lobby* para os seus interesses específicos (KIM KATAGUIRI – 23/05/2019).

Em defesa do neoliberalismo econômico até a sua concepção sobre a educação e o investimento para ela garantido pela Constituição de 1988 é

questionado. Embora faça críticas à forma como o ministro da Educação agiu com algumas universidades frente ao corte de gastos, acredita que a universidade e a educação como um todo precisam limitar o investimento pela irresponsabilidade de gastos que acontece desde a promulgação da Constituição:

É fato público e notório que há diversos reitores que fazem uso do populismo para se eleger, aumentando despesas com pessoal, principalmente, de maneira desnecessária, simplesmente para cumprir promessas eleitorais, mas os bons reitores não podem ser punidos pelas atitudes dos maus reitores.

Mais uma vez resalto: por mais que nós tenhamos críticas a fazer, as críticas têm que ser feitas com parâmetro, não se pode comparar 5 meses de Governo, que poderiam ser melhores, isso é importante ressaltar, com 16 anos, ou mesmo desde 1988, cheios de desastres, falta de responsabilidade.

Para concluir, nós não podemos fazer essa comparação, ignorando, desde 1988, especialmente durante os Governos petistas, a falta de responsabilidade fiscal, o descompromisso com a educação e o uso de propina e o uso de dinheiro roubado do pagador de impostos para submeter este Parlamento ao Poder Executivo, para utilizar a corrupção como método de poder, como método de governar, coisa que, felizmente, acabou neste País. (KIM KATAGUIRI – 16/05/2019)

Conforme a legislatura vai passando, ele reafirma seus marcadores neoliberais e demonstra a face do seu conservadorismo no campo social. Esse lado é observado na defesa do endurecimento das políticas de repressão. Junto a isso, deixa mais explícitas suas desavenças com os filhos de Jair Bolsonaro e com o presidente, que, para defender os seus interesses, na sua concepção, não prioriza o combate à corrupção:

O Presidente Jair Bolsonaro manteve o superpoder do Supremo Tribunal Federal, que foi enfrentado por este Congresso Nacional, coincidentemente, quando o caso do seu filho, Senador Flávio Bolsonaro, está nas mãos do Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Dias Toffoli.

Isso parece não escandalizar o deputado Eduardo Bolsonaro que inclusive, até agora, ainda não teve a coragem de vir a plenário. Está na Casa e não tem coragem de vir a plenário discutir pessoalmente. Ele é leãozinho de Twitter, como parece ser todo o Governo e o Presidente da República. Na hora de votar, registra a digital ali e vai embora. Ele vota projeto sem ler, vota medida provisória sem ler, vota veto sem ler. Eu sei que vota sem ler, porque marca presença, vai embora e depois fala besteira sobre o projeto.

Outro ponto é que o mesmo deputado Eduardo Bolsonaro não se escandalizou quando o Presidente da República publicamente desautorizou o ministro Sergio Moro. O Presidente da República Jair

Bolsonaro foi à imprensa dizer que o pacote anticrime deve ser deixado de lado, dever ser deixado em segundo plano, como bem disse o ex-Procurador da força-tarefa da Lava-Jato, Carlos Lima: "Jair Bolsonaro está desconstruindo os órgãos de fiscalização e controle para proteger o próprio filho". (KIM KATAGUIRI - 29/08/2019)

Dentro da base do governo já podemos identificar o começo de uma disputa, aqui explícita, sobre o conceito do conservadorismo. É o que Kim Kataguiiri comenta ao contestar a menção de Eduardo Bolsonaro ao AI-5⁵⁷ e a possibilidade de endurecimento político e fechamento do parlamento:

Sr. Presidente, a afirmação do deputado Eduardo Bolsonaro em relação ao AI-5, que, inclusive, culminou com o fechamento deste Parlamento, é a antítese do que se define como conservadorismo. Para aquele que se define de direita, para aquele que se define um liberal ou um conservador, esclareço que ruptura institucional é o contrário de conservadorismo.

"Ah, mas isso é só no caso de a Esquerda radicalizar." Um conservador frente ao radicalismo age com postura, não age com desespero. Um conservador frente ao radicalismo age com o princípio da prudência, o mais fundamental de todos para o conservadorismo.

Conservadorismo não é falar sobre gay, não é falar sobre mulher, não é falar sobre aborto, não é falar sobre droga. Conservadorismo é falar sobre instituição. Liberalismo é falar sobre instituição. A partir do momento em que você desrespeita as instituições você desrespeita a sua própria honra. (KIM KATAGUIRI - 31/10/2019)

Nos antagonismos econômicos ele só não cita a abertura do capital aéreo e em todos os outros projetos, defende a política neoliberal. No campo social, é um deputado de difícil análise. Em um primeiro momento, ele demonstra seus marcadores conservadores, com a defesa intransigente da política de combate à corrupção. Contudo, no decorrer da análise, ele também demonstra três marcadores progressistas: contra a ditadura militar, defesa da educação – apesar de utilizar argumentos neoliberais para justificar o corte, e defesa da política ambiental dos organismos internacionais. Portanto, na soma, os marcadores progressistas se igualam aos conservadores. Apesar de crítica à apropriação pela esquerda da pauta educacional, ele reconhece a importância dela. É um deputado neoliberal com fortes traços conservadores no campo da desigualdade, mas com a defesa progressista no campo da agenda dos movimentos pós-industriais.

⁵⁷ Ato Institucional número 5: instituído no ano de 1968, levando à perseguição, tortura e morte de diversos militantes políticos durante a ditadura militar.

5.3.5 João Campos



Figura 6 – Nuvem de Palavras João Campos

Engenheiro, é filho do político de Pernambuco Eduardo Campos. Seu pai faleceu em um acidente de avião durante as eleições presidenciais de 2014 trazendo grande comoção no meio político e no seu estado. João Campos sempre foi envolvido com o seu partido - PSB – pelo qual saiu candidato. Uma das principais pautas do seu pai era a educação. Em seu discurso podemos ver *educação*, *PSB*, *país* e *povo* como palavras que expressam bem o legado que seu pai deixou para ser seguido por ele:

Nós assistimos, nos últimos dias, a decisões extremamente equivocadas por parte do Governo Federal na área da educação. A educação normalmente é uma prioridade no discurso de qualquer político no nosso País, mas poucos são os políticos que a retiram do discurso e a colocam no centro da sua gestão pública, no centro do orçamento, no centro do investimento.

Nós não vimos a educação nem entrar no discurso do Presidente Bolsonaro, muito menos em sua gestão. Os cortes, anunciados de forma equivocada, tosca, sem nenhum argumento, sem nenhuma comprovação plausível, surgiram inicialmente de uma perseguição a três instituições de ensino respeitadas do nosso País e depois foram estendidos de maneira linear para todas as instituições de ensino federal. São 30% de cortes em despesas discricionárias, em benefício, segundo ele, da educação básica, o que é mentira. Foram mais de 2 bilhões de reais em cortes na educação básica.

O problema da educação brasileira são os 38 milhões de analfabetos funcionais, os mais de 10 milhões de analfabetos, o déficit de 1,7 milhão de vagas em creches no nosso País. Nós não vemos o Governo Federal enfrentar isso porque falta a ele compromisso, falta coragem. Mas o povo é sábio. O povo é inteligente. O povo sabe o que quer para o País. Essa não é uma disputa do Parlamento contra o Governo Federal, não é uma disputa da Oposição contra o Governo, é uma

disputa de quem quer o conhecimento, de quem quer o direito ao contraditório, de quem quer o direito de valorizar a ciência, a academia, os professores. (JOÃO CAMPOS – 14/05/2019)

Em seus discursos é marcante a defesa da memória de Eduardo Campos:

Se eu pudesse escolher uma única qualidade para o Presidente do nosso País, qual escolheria? Pensei muito. Depois de muito ir e vir, veio aquele estalo na memória: o Brasil precisa de um pacificador, alguém que tenha, sim, firmeza de defender aquilo em que acredita, mas saiba unir o País, o nosso povo, apegar-se muito mais ao que nos une do que estimular aquilo que nos divide ou que nos separa. A maior forma de homenagear Miguel Arraes e Eduardo Campos é continuar fazendo o que eles faziam: lutar pelo pequeno, lutar pelo povo. Lembro que temos uma oportunidade. Eu jamais celebrarei o luto, mas aqui eu sempre lutarei pela vida. Viva a vida de Miguel Arraes e a vida de Eduardo Campos! (JOÃO CAMPOS – 13/08/2019)

No campo econômico ele só se pronuncia em relação à reforma tributária e à reforma da Previdência. Ele é contrário à aprovação da proposta do governo em relação à Reforma da Previdência, pois não acredita que ela seja capaz de gerar empregos:

O Governo erra ao querer vincular essa reforma ao emprego. Está errado! Essa é uma reforma de caráter fiscal, e não econômico. Ela não vai gerar emprego. Muito pelo contrário, fazem isso para ter algum apoio popular, tentando usar os mais de 15 milhões de desempregado que existem no País. Isso é covardia. É um jogo que não é justo e que, com certeza, será repudiado no futuro. Eu quero destacar a posição do nosso partido, que, de maneira majoritária, fechou questão contra essa reforma, levando em consideração a história de luta da nossa bancada, do nosso partido, dos nossos líderes que não estão mais aqui. (JOÃO CAMPOS – 10/07/2019)

Outro ponto recorrente em seus discursos é a preocupação com a diminuição da desigualdade social e regional do Brasil. Portanto, para ele, a reforma tributária deveria ser feita com o objetivo de taxar os mais ricos do país e, assim, investir no enfrentamento da desigualdade social:

O relatório da Oxfam indica, ainda, que uma das alternativas urgentes é rever a organização tributária do nosso País. O nosso sistema é regressivo, e o consumo está supertaxado, enquanto as fortunas estão

com pouca taxaço. N3s precisamos fazer uma reforma tribut3ria - o que est3 em discuss3o nesta Casa - que tenha coragem de taxar as grandes fortunas, que tenha coragem de taxar a renda e o patrim3nio em detrimento do consumo, porque, quando se taxa o consumo, penaliza-se aquele que 3 mais pobre, aquele que tem apenas um sal3rio m3nimo, ou menos, para viver. Com esse dinheiro, ele n3o consegue poupar, pois precisa gastar para comprar a farinha ou comprar o feij3o, consumir aquilo que 3 essencial para a manutenço da sua vida. (JO3O CAMPOS - 19/09/2019)

Em relaço 3 economia, s3o cita a reforma da Previd3ncia, 3 qual 3 contr3rio. Reivindica a reforma tribut3ria com taxaço de grandes fortunas como uma forma de dar respostas de onde deve vir o recurso para investir em pol3ticas sociais. Seu perfil econ3mico 3 da defesa do bem-estar social. Em relaço ao campo social, ele cita dois marcadores, defende o investimento na ci3ncia e 3 contr3rio 3 ditadura militar. Seu perfil 3, portanto, progressista. Ele 3 um deputado progressista e defensor do Estado de Bem Estar social.

5.3.6 Tiririca

Cantor, compositor e humorista, Francisco Everardo Tiririca Oliveira Silva ficou famoso pela sua m3sica "Florentina" e, depois disso, foi apresentador de televis3o. Concorreu 3 eleiço para deputado federal em S3o Paulo sendo o mais votado do Brasil em 2010, foi reeleito em 2014 e em 2018. N3o fez nenhum discurso no plen3rio durante as sess3es ordin3rias no ano de 2019

5.3.7 Marcel Van Hattem

Deputado Alexis Fonteyne, dizia Roberto Campos, aproveitando a deixa da frase anterior, que o socialismo é um sistema que só funciona no céu, onde não precisam dele, e no inferno, onde ele já existe. V.Exa. é um empreendedor, um empresário de sucesso, que começou lá embaixo, como muitos brasileiros - aliás, é um exemplo para muitos brasileiros que lutam e querem crescer -, viveu muitos infernos burocráticos, ao longo da sua trajetória, muitos infernos tributários, ao longo da sua história. A inspiração que V.Exa. dá a todos nós ao participar ativamente da discussão de uma reforma tributária que simplifique, facilite e reduza impostos, mas que leve em consideração que a despesa é muito alta, tem sido para o Brasil inteiro uma atuação de destaque exemplar. (MARCEL VAN HATTEM – 18/12/2019)

O deputado fala sobre diversos projetos do campo social. Ele demonstra forte aversão ao socialismo, como no discurso acima, e também se alinha à política internacional do governo Bolsonaro:

Mais uma vez aproveito, Sra. Presidente, para declarar a nossa solidariedade a todos os cidadãos venezuelanos que estão sofrendo com uma ditadura socialista, comunista, bolivariana de Maduro, e que Guaidó é o presidente legítimo da Venezuela. (MARCEL VAN HATTEM – 27/02/2019)

Em relação à repressão, como já havia deixado explícito em seu discurso inicial, é forte defensor do endurecimento de políticas de encarceramento e da operação Lava Jato:

A Operação Lava Jato é um patrimônio do Brasil, e nós não podemos retroceder. É óbvio que nós não podemos deixar que abusos ocorram, mas para isso já existe a lei. Não podemos voltar atrás agora e, inclusive por meio deste destaque, amordaçar auditores-fiscais que porventura encontrem crimes de corrupção que não estejam diretamente relacionados a crimes contra a ordem tributária ou o controle aduaneiro. É disso que se trata. Trata-se aqui de uma mordada que levará muito auditor-fiscal da Secretaria Especial da Receita Federal a prevaricar por ordem legal. Este Parlamento não pode permitir que isso ocorra. (MARCEL VAN HATTEM – 22/05/2019)

A defesa da prisão em segunda instância apesar de fazer parte do pacote anticrime e da lógica encarceradora e punitivista de sociedade. Em seus discursos fica clara a sua intenção de utilizar a figura do ex-presidente Lula para fazer um contraponto. Para ele, a falta de punição a um condenado em segunda instância livra da prisão quem tem dinheiro e acesso a advogados, ou o privilégio de determinados políticos, como o LULA:

Aconteceu apenas, na verdade, o que prevíamos, porque a impunidade inclusive foi seletiva também, foi apenas para quem tinha ou tem muito dinheiro - dinheiro nosso, dinheiro roubado - para pagar caros advogados, representados inclusive por uma OAB que se cala, que se alinha aos corruptos. A OAB, que disse que tem história no Brasil por defender a democracia, alia-se a bandidos ao não se posicionar claramente quanto à punição a condenados na segunda instância. Aliás, é importante repetir que eles continuam condenados. O fato de estarem soltos não significa que estejam absolvidos. Isso não significa, para dar o exemplo mais claro de todos, que Lula seja inocente. Não! Lula continua ladrão, comprovado pelos fatos, pelas provas. Ele continua condenado, só que agora está solto, incitando a violência, o que, aliás, já deveria ensejar novamente a sua prisão, uma prisão preventiva, para evitar maiores tumultos na nossa Nação. (MARCEL VAN HATTEM – 11/11/2019)

Um aspecto considerado de forte interesse conservador nos discursos aqui analisados é a defesa de posse de armas, seja a ampliação do porte de armas para diversas categorias, seja a possibilidade de porte de armas de fogo em áreas rurais. Reproduzo abaixo dois discursos. O primeiro defende o porte de armas em áreas rurais, onde ele deixa explícito a contraposição à atuação política do MST na aprovação dessa proposta:

O NOVO é um partido independente. Nós defendemos o direito de defesa do cidadão, do agricultor, daquele que tem a sua propriedade rural e que, hoje, muitas vezes, é morto como um gado, por não ter como se defender. Quem está armado, muitas vezes, é o criminoso, com armas ilegais, inclusive os bandidos do MST. A Oposição está aqui fazendo confusão, obstrução, não deixando o Brasil ir para a frente. É óbvio que nós não somos a favor da retirada de pauta. O cidadão tem que ter direito à defesa, e nada mais justo do que aquele homem do campo, que hoje está desamparado, ter direito à posse de arma nos limites da sua propriedade. Isso é armar quem é bom. Isso é propiciar direito de defesa, diferente de ficar armando criminoso e bandido, como quer a Esquerda. (MARCEL VAN HATTEM – 21/08/2019)

O segundo discurso tenta legitimar a ampliação do porte de armas pela necessidade de defesa individual do cidadão frente à criminalidade que está nas ruas e que está governando:

É isso o que, infelizmente, ocorre num país em que o direito de defesa não é respeitado. É isso o que acontece num país em que uma série de categorias ainda não terão o direito de possuir uma arma de fogo. É isso o que acontece num país em que tantas pessoas honestas, cumpridoras da lei, não têm condições de se defender. Acontece que a

criminalidade acaba tomando conta, e não só nas ruas. Posso traçar um paralelo com a criminalidade que governa, com a criminalidade que assume altos postos políticos. Nós temos um ex-Presidente na cadeia, e deveríamos ter mais. Dilma deveria estar presa também. (MARCEL VAN HATTEM – 05/11/2019)

É o deputado que faz o maior número de discursos. Cita todos os projetos analisados no campo econômico, com explícita visão neoliberal. No campo da reforma tributária, defende a desburocratização do imposto. No campo social, apresenta a maioria dos marcadores conservadores como defesa do porte de armas, defesa da política de combate à corrupção de Sérgio Moro, enquanto ataca a Venezuela. No campo do progressismo, é contrário ao período da ditadura militar. Contudo, se sobressai uma visão conservadora no campo social. É um deputado neoliberal conservador.

5.3.8 Hélio Lopes



Figura 8 – Nuvem de Palavras Hélio Lopes

Com o mesmo número na urna que o Eduardo Bolsonaro e usando o sobrenome Bolsonaro, Hélio Lopes já havia sido candidato no município de Queimados e tendo obtido o total de 200 votos.

Foi eleito o deputado federal mais votado no estado do Rio de Janeiro e seus dois discursos são de exaltação da figura de Jair Bolsonaro e de crítica ao Governo do PT e ao PSOL.

cisão do PT, por críticas às suas políticas no governo federal. Na cidade do Rio de Janeiro, o nome de Marcelo Freixo cresceu com sua candidatura a prefeito em 2012 e 2016. O PSOL elegeu uma bancada grande de vereadores em 2016 e na eleição de 2018 também aumentou expressivamente seu número de deputados estaduais e federais pelo Rio de Janeiro.

As três palavras que mais foram proferidas pelo deputado representam muito da agenda política do mesmo: Marielle, Democracia e Governo. A vereadora Marielle, assassinada em 2018, é por ele muito lembrada em seus discursos, pois até hoje ainda não se sabe quem mandou matá-la. No inquérito, a ligação com a milícia⁵⁹ do Rio de Janeiro é clara.

Um discurso importante é quando ele tem direito a falar no Grande Expediente⁶⁰ na semana que completa um ano da morte de Marielle Franco:

O crime dá dinheiro, o crime dá prestígio político e o crime elege gente. É disso que estamos falando. Eu estou falando do Rio de Janeiro em pleno século XXI. Foi isso que tirou a vida da Marielle, uma menina carregada de sonhos.

Quem achou que o ódio, que a violência podia apagar uma memória como a da Marielle se arrependeu, e se surpreendeu, porque Marielle era carregada de esperança. O mundo inteiro disse que gostaria de ter conhecido Marielle, por isso, reagiu. Reagiu porque quer uma democracia com muitas Marielles e não com Marielles sendo silenciadas,

Eles estão aqui e em muitos lugares. E eles temem tanto uma pessoa como a Marielle, porque ela era uma mulher negra, uma mulher jovem, uma mulher da favela no Parlamento.

Ela incomodava muito essa democracia de brancos poderosos, escravocratas e aristocráticos, que não cabe mais no mundo. (MARCELO FREIXO – 12/03/2019)

As outras palavras têm a ver com a agenda do PSOL nos aspectos sociais assim como no campo progressista, denunciando as posturas do Governo Bolsonaro. Freixo usa muito a palavra *democracia* para se contrapor às políticas executadas pelo Governo Federal e por seus ministros:

Quero dizer que a democracia está em risco neste País, porque a nossa democracia é frágil.

O próximo Presidente desta Casa tem que colocar como pauta fundamental a defesa da democracia. Tem que resgatar a Constituição

⁵⁹ Grupo paramilitar que tem ligações políticas com a família do presidente Jair Bolsonaro.

⁶⁰ O Deputado que fala no Grande Expediente tem direito a 25 minutos de fala e de ceder aparte a outros deputados.

de 1988, tem que resgatar o espírito da Constituição de 1888 e colocar o enfrentamento à desigualdade social como pauta primeira!

É por isso, senhoras e senhores, que não dá para aceitar que venha para esta Casa uma reforma da Previdência que, por exemplo, fale em idade mínima como se as pessoas vivessem igualmente neste País. É o nono país mais desigual do mundo, o nono país mais desigual do mundo! Os 10% mais pobres do Brasil vivem abaixo da linha da pobreza. É deste País que nós estamos falando. Com esta desigualdade, não há democracia!

A democracia não é um instrumento só para nos dar mandatos: a democracia tem que ser um instrumento para garantir a vida das pessoas. Nós vivemos diante do genocídio da juventude negra. Nós vivemos diante do feminicídio brutal, que cresce a cada momento. (MARCELO FREIXO - 01/02/2019)

O deputado opõe a ação política do presidente Jair Bolsonaro ao respeito às leis e ao bom andamento da democracia:

Jair Bolsonaro precisa governar este País. O Presidente precisa entender que a campanha acabou. Ele tem que governar este País. Ele não pode mais agir dessa maneira irresponsável, dizendo que a população tem que pegar em armas contra o golpe de Estado. Mas que golpe de Estado? Ele ganhou a eleição, o que falta é governo! O que falta é ele garantir direitos, por meio de políticas públicas; o que falta é ele garantir o respeito às leis; o que falta é democracia e respeito à democracia. Não é arma que vai construir um país melhor e não é arma que vai construir uma melhor democracia e uma melhor relação entre os Poderes. Ele não tem nenhum respeito aos Poderes estabelecidos. Ele não tem nenhuma capacidade de diálogo. (MARCELO FREIXO - 17/06/2019)

Embora o PSOL tenha se construído politicamente durante os governos do PT como crítico às políticas por eles implementadas, com a ascensão de um governo com fortes opiniões conservadoras no campo social, como o endurecimento de políticas penais, o deputado Marcelo Freixo acredita que a prisão do ex-presidente Lula foi uma perseguição política. E por acreditar nisso, acredita que essa postura pretende inviabilizar o processo democrático brasileiro:

Um país que, no seu regime democrático, admite como medida de justiça atitudes de vingança ou de justicamento tem a sua democracia numa crise profunda. A ruptura democrática hoje, Deputados e deputadas, não precisa talvez de um tanque nas ruas ou de um golpe de Estado. Quando determinados setores e instituições decisivas não sabem os limites dos cargos e do poder que têm, essa crise institucional provoca uma crise democrática profunda.

Chama à responsabilidade este Plenário para um posicionamento, à luz do equilíbrio demonstrado aqui pelo Presidente desta Casa, que não tem qualquer vínculo com o Partido dos Trabalhadores, que não

tem, na sua história, qualquer vínculo com o Governo Lula, mas que entendeu o momento e fez uma manifestação decisiva para a democracia - e não é de apoio a uma pessoa ou outra.

Nós não podemos ter uma medida de um juiz ou de uma juíza que dependa do réu. Nós não podemos ter alguém do Poder Judiciário que faça com que os fins justifiquem os meios, porque isso é uma crise na democracia, isso atinge todos os partidos desta Casa, atinge mais do que os limites de qualquer identidade partidária. (MARCELO FREIXO – 07/08/2019)

Um tema que foi objeto de discurso de todos os deputados progressistas é a defesa da educação como pauta estrutural para o combate às desigualdades sociais. Por isso, Freixo é contrário aos cortes nas universidades que vê como parte de um projeto para diminuir a capacidade de pensar da população brasileira:

O Presidente da República quer um país à sua imagem e semelhança: obscuro, medíocre e incapaz de pensar. Por isso, ele investe dessa maneira e de forma tão agressiva contra a educação, com um corte tão brutal.

Esta Casa precisa reagir a isso, Sr. Presidente. Não podemos permitir o esvaziamento das universidades e da educação dessa maneira. O Ministro da Educação alega que existem movimentações políticas nas universidades. A universidade é lugar para pensar, para produzir teses, para produzir pessoas críticas, para os que vêm da periferia chegarem à universidade e mudarem a sua vida. Esse corte é desumano e covarde, como é boa parte desse Governo na relação que estabelece com a sociedade. (MARCELO FREIXO- 07/05/2019)

No campo da desigualdade, a compreensão sobre o papel estrutural da educação para enfrentar as diferenças sociais vai contra a ampliação do armamento da população. Em seu discurso ele reafirma isso, se colocando ao lado dos progressistas na crítica ao porte de armas:

Nesta realidade, o Presidente está preocupado em liberar posse e porte de arma. O Presidente que tira dinheiro da educação básica está dizendo que criança tem que ir para clube de tiro com o pai para aprender a atirar. Não, criança tem que ir para a escola! É uma vergonha! (MARCELO FREIXO – 08/05/2019)

Marcelo Freixo sempre foi reconhecido pela sua luta em relação aos direitos humanos e suas opiniões contrárias ao encarceramento e ao projeto repressivo como solução para a violência e desigualdade social. Durante o

debate do pacote enviado pelo ministro Sergio Moro, ele deixa claro essa sua visão de mundo:

Mas é inacreditável a ideia de que seja descartável a vida, neste momento em que estamos debatendo nesta Casa o pacote penal do Ministro Moro. Nós precisamos fazer um debate mais profundo, Sr. Presidente, de que não pode ser a lógica do sistema penal uma lógica que combata crime organizado, porque o crime organizado não é só um crime com armas e com violência - aliás, quanto mais organizado é um crime, de menos armas ele precisa.

A ideia de que nós tenhamos, apenas com o aumento da população carcerária, a possibilidade de fazer com que a violência se reduza, não deu certo em nenhum dos lugares do mundo. O Moro é um Ministro com *delay*. Ele tem um certo atraso. Ele copia políticas que estão ultrapassadas. Ele está copiando políticas dos Estados Unidos que os Estados Unidos estão revendo, porque não deram certo. A ideia dos três crimes, a ideia de prender mais está sendo revista. Os Estados Unidos, nos últimos anos, diminuíram a população carcerária, e ele aqui está copiando o que não deu certo lá. (MARCELO FREIXO - 28/05/2019)

No campo econômico, ele discursa contrariamente à reforma da Previdência, ao novo marco do saneamento básico e à MP 881 da liberdade econômica. Na crítica a MP 881, a oposição afirmava que deixar nas mãos do patrão e do trabalhador o acordo sobre os trabalhos ao domingo, é obrigar o trabalhador a aceitar as imposições patronais, já que o empregador tem muito mais condições de impor suas vontades a seus empregados:

Não venham me dizer que isso vai ser fruto de acordo entre patrão e empregado, porque sabemos que isso não é real. O trabalhador vai acabar sendo obrigado a trabalhar aos domingos.

Essa lei não é para o pequeno empreendedor, ela é para aumentar a exploração do trabalhador. (MARCELO FREIXO – 14/08/2019)

Apesar de se pronunciar sobre a maioria dos projetos de lei do campo econômico aqui analisados, o deputado federal Marcelo Freixo, como pode se observar na sua frequência das palavras mais faladas (Anexo 1) antagoniza-se com mais veemência com as pautas abordadas no campo social. É um dos poucos deputados que cita todos os três campos de análise do social: defesa dos movimentos pós-industriais (mulheres e meio ambiente), defesa da soberania nacional (contrário à atuação internacional do presidente Jair Bolsonaro) e defesa da educação como combate a desigualdade social (fortes

Sobre a reforma da Previdência, eu quero manter-me firme no sentido de não permitir maus-tratos aos trabalhadores, aos ruralistas, ao povo pobre, ao deficiente físico. Antigamente, nós metíamos a estaca no vampiro, mas Paulo Guedes, o novo vampiro brasileiro, está com uma estaca querendo fazer o contrário. (PASTOR SARGENTO ISIDORO – 28/03/2019)

Apesar de ter votado a favor da reforma da Previdência no primeiro turno, no segundo turno, votou contra. Justificou em discurso essa mudança de comportamento pela escuta de sua base de apoio:

Eu não tenho motivo para votar favoravelmente a esta reforma. Aproveitei as férias para conversar com a base e fui convencido de que fiz um voto errado. Não sou rei. Errar é humano, permanecer no erro é burrice. Não sou e nunca serei lacaio de ninguém, quanto mais com um Presidente que flerta contra a dignidade do povo brasileiro, com um Presidente que tem sido muito desrespeitoso. Parece que ele não ouve conselho dos generais nem mesmo de pastores. Ele não ouve o conselho dos homens e mulheres de bem que lhe cercam. (PASTOR SARGENTO ISIDORO – 06/08/2019)

Em relação aos marcadores econômicos, o deputado não apresenta nenhuma retórica discursiva de caráter neoliberal. É contra o trabalho aos domingos que a MP 881 pretende flexibilizar, faz críticas à reforma da Previdência e à abertura do capital do setor aéreo. Quando expõe sua postura contrária à aprovação do novo marco legal do saneamento básico, faz um discurso criticando o capitalismo:

O povo brasileiro já vem sofrendo há muito tempo com o capitalismo, e nós não podemos permitir, principalmente no Nordeste, em especial na Bahia, que a água passe a ser patrimônio dos empresários. Água é vida! Estamos entregando a vida ao capitalismo; ao sistema financeiro, aos banqueiros.
O povo brasileiro, principalmente o nordestino, sofre com a falta de água, que é o seu grande patrimônio. Nós não podemos nesta Casa permitir que seja violado o direito do povo, forçando-o a pagar mais caro pelo recibo de água. (PASTOR SARGENTO ISIDORO – 11/12/2019)

No campo social sua postura é conflituosa. No campo do conservadorismo, ele é contrário à aprovação do Estatuto da Família do Século XXI e contrário à ideologia de gênero. O Estatuto da Família do Século XXI não é aqui analisado como um fator de antagonismo discursivo, pois nenhum

progressista defendeu o projeto em seu discurso. Ele estava sendo debatido na comissão e não foi a plenário. Apesar de defender a família tradicional, tenta dialogar com todas as religiões:

Eu cantei essa canção sobre a família porque tomei conhecimento do projeto insano que agride a família cristã, seja ela evangélica, seja ela católica, seja ela de matriz africana. Independentemente de religião, todos nós sabemos que, na Bíblia, está escrito que Deus criou a família; que Deus criou o homem a sua imagem e semelhança; que, da costela do homem, tirou o Senhor Deus a primeira mulher; que Deus criou macho e fêmea, homem e mulher. O que passar disso é de procedência duvidosa ou maligna, diz a palavra de Deus, palavra lida por católicos, espíritas, pastores e sacerdotes de demais religiões. (PASTOR SARGENTO ISIDORO – 20/08/2019)

No campo do progressismo social, é contrário ao punitivismo da Lava Jato e repudia a incitação da violência. Por isso, discursa contra a política de armamento e a comemoração do golpe militar:

Reconheço o direito de alguns homens e mulheres que, passando por algumas ameaças, precisam, sim, estar acompanhados de seguranças e até armados. Todavia, entendo que o Governo não pode transferir para os cidadãos a segurança pública. Foi um absurdo ele acabar com o Ministério da Segurança Pública, o único Ministério que fortaleceria as polícias com sua federalização, porque teria comando único e tornaria possível canalizar recursos financeiros para pagar bem a esses importantes profissionais. O Governo, no entanto, prefere liberar arma de qualquer jeito, para qualquer pessoa, como se todo cidadão tivesse equilíbrio bastante para portar uma arma. (PASTOR SARGENTO ISIDORO – 05/11/2019)

Apesar de seu nome – Pastor Sargento - remeter às bancadas da segurança pública e à evangélica, pela análise de discursos é um parlamentar com aspectos tanto progressistas quanto conservadores no campo social. Ele se alinha com a pauta progressista em relação ao enfrentamento da desigualdade social, isto é, ele não defende o aumento do armamento e nem da repressão. Ele não cita o antagonismo no campo internacional. Mas em relação aos movimentos pós-industriais, é crítico à ideologia de gênero e a novas composições familiares. No campo econômico, ele muda de opinião em relação à reforma da Previdência no segundo turno. Em outros aspectos tem posições ideológicas de defesa do estado de bem-estar social.

5.3.11 Sargento Fatur



Figura 11 – Nuvem de Palavras Sargento Fatur

Eleito pela primeira vez deputado federal, Sargento Fatur é um policial da ROTAM que tem milhões de seguidores no Facebook, onde publica vídeos mostrando prisões e apreensões de drogas e cargas. Foi o deputado federal mais bem votado do estado do Paraná.

O único discurso do Sargento Fatur em 2019 na tribuna do Plenário foi durante a discussão sobre Sergio Moro e a possível imparcialidade do então juiz na operação Lava Jato. Nesse discurso podemos identificar alguns marcadores como: a defesa de Sergio Moro, a repressão e o ataque ao governo do PT:

Faço uso desta tribuna para parabenizar o Sr. Presidente da República Jair Messias Bolsonaro pela defesa enfática do seu Ministro Sergio Moro, que é reserva moral, patrimônio do Brasil. Prendeu o maior quadrilheiro deste País: Luiz Inácio Lula da Silva. Parabéns, Bolsonaro! Estamos juntos com o senhor e com o Sergio Moro.
Eu, deputado Sargento Fatur, vou lutar pela defesa de um Brasil melhor, nem se for preciso rolar com algum vagabundo neste plenário ou em qualquer lugar deste Brasil. Não tenho medo de cara feia. Estou aqui para mudar o Brasil junto com outras pessoas dignas que conheci aqui e com quem aprendi a conviver. Estou aqui para defender cidadão de bem e para condenar bandido. Mas, quando acontece de sermos atacados injustamente, estou aqui em defesa do Ministro Sergio Moro.
(SARGENTO FAHUR - 14/06/2019)

Bolsonaro, coloca ressalvas em torno do armamento da população, o que seria considerado uma postura progressista:

O debate sobre o armamento aqui em nosso País pode fazer com que aflorem novamente essas questões. Logicamente, não é a legalização ou não do porte de arma que vai ocasionar isso, mas sim o extremismo de algumas pessoas que defendem, de forma equivocada, a utilização da arma de fogo.

Eu sou profissional de segurança e defendo a utilização responsável da arma de fogo, não defendo qualquer projeto que entregue indiscriminadamente arma para todos, porque isso é perigoso. Nós temos que ter sim pré-requisitos estabelecidos, pré-requisitos que sejam inclusive rigorosos para que as pessoas possam portar arma de fogo. Não dá para fazer populismo com um tema que é tão importante quanto este.

Nós sabemos que grande parte da população brasileira quer ter uma arma na cintura, mas é necessária uma responsabilidade muito grande para portar uma arma. É preciso critérios de avaliação psicológica e critérios técnicos para a utilização deste equipamento, a arma de fogo, a fim de que isso não se transforme em crimes da natureza do que aconteceu em São Paulo, na cidade de Suzano, como infelizmente vimos. (CAPITÃO WAGNER – 13/03/2019)

Assumindo uma postura conservadora no campo social, ele é defensor do Sergio Moro e a da operação Lava Jato:

Até agora se tem demonstrado apenas conversas entre um procurador e um juiz, que é a coisa mais natural do mundo. Eu sou policial militar e convivi durante 13 anos com juizes e promotores. E a coisa mais natural é a conversa entre um juiz e um promotor. Se hoje nós temos tecnologia que permite que essa conversa seja feita através do Telegram, do WhatsApp ou de qualquer outro mecanismo, logicamente isso não pode ser encarado como algo ilegal. (CAPITÃO WAGNER – 11/06/2019)

Uma postura interessante é que o deputado sempre reafirma que apesar de ter feito campanha para Jair Bolsonaro, tem independência política para criticar quando o presidente agir de maneira equivocada. Apresenta-se como representante de uma nova política, tendo independência da orientação política de um representante ou partido:

Eu, por opção, já disse que não quero indicar cargos políticos, não quero indicar ninguém para cargos no Estado. Será por quê? Porque eu quero ter a liberdade de parabenizar o Governo quando ele acertar e de criticar também quando ele errar, porque foi assim que eu fiz durante toda a minha vida política, como vereador, como deputado estadual. Agora, como deputado federal, quero fazer a mesma coisa: ter a liberdade de criticar, de apontar as falhas e também apresentar a

solução, porque o opositor responsável é aquele que mostra a falha, mas aponta também a solução para a resolução daquele problema. Subir na tribuna, discursar bonito e criticar é fácil, mas criticar e apresentar a solução é o que a população tem reivindicado, é o que a população tem pedido dos novos políticos e da nova política brasileira. (CAPITÃO WAGNER – 19/03/2019)

No campo econômico, só cita o projeto da reforma da Previdência, do qual é crítico. Desta forma, não pode ser considerado um parlamentar que defende nenhum dos dois antagonismos. Na questão social, é contrário ao porte de armas e defende a política de combate a corrupção. É um parlamentar de difícil avaliação, pois se coloca de maneira muito autônoma, peculiar e independente perante os projetos aqui discutidos. Tem um discurso de independência, assim como uma prática.

5.3.13 Delegado Waldir



Figura 13 – Nuvem de Palavras do Delegado Waldir

É natural do Paraná e, ao passar para concurso da Polícia Civil, se mudou para o estado de Goiás. Candidato pela primeira vez pelo PSDB em 2010, ficou como suplente. Em 2014 e 2018, conquistou o maior número de votos como deputado federal de Goiás. Nas eleições de 2018 estava filiado ao PSL, apoiando o Presidente Jair Bolsonaro.

Na nuvem de palavras podemos ver que PSL é a palavra mais falada pelo deputado. Protagonizou conflitos políticos com Joice Hasselmann e Eduardo Bolsonaro em disputa pela liderança do PSL⁶⁴:

⁶⁴ <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50077219>

Sei em especial do seu comprometimento, Sr. Presidente, com a reforma da Previdência. Eu sou testemunha de que V.Exa. tem feito por ela mais do que muitas pessoas que estão no Governo. Eu sou testemunha disso. (Palmas.)

Então, eu quero pedir desculpas por alguns atos que aconteceram e dizer que, se o relatório foi aprovado na CCJ, com 48 votos, nós devemos isso, sim, aos partidos do centro.

Então, eu queria pedir a V.Exas. que não meçam, por favor, a conduta do PSL pela conduta individual de um ou de outro parlamentar. Estamos dialogando dentro da bancada e vamos pacificá-la. Tenho alertado sobre a necessidade de outro tipo de relacionamento com o Parlamento. (DELEGADO WALDIR – 23/05/2019)

No campo econômico, cita somente a reforma da Previdência. Na defesa da aprovação do projeto, destaca o papel indispensável de Rodrigo Maia na condução do debate e da aprovação:

Sem o nosso Presidente, com certeza, nós não teríamos chegado a este momento.

Eu me emociono ao dizer que o nosso Presidente é um cara liberal, diferenciado. É, sem dúvida, a pessoa que eu mais admiro neste momento, que está fazendo uma transformação no Brasil, devolvendo o Brasil às pessoas mais pobres. Ele vai devolver ao Brasil a saúde, a educação, a segurança. É ele, ele é o cara! O meu respeito, deputado Rodrigo!

Então, passo aqui só para deixar o meu agradecimento. Nós vamos devolver o Brasil aos brasileiros. E queria lembrar a V.Exas. que esta não é uma reforma; reforma quem fez foi Lula e Dilma. Nós estamos trazendo uma nova Previdência. Nós estamos fazendo uma nova Previdência. (Palmas.)

E aqueles que falam "não" à reforma da Previdência estão falando "não" aos mais pobres, "não" à segurança pública, "não" à saúde, "não" à educação e "não" à segurança. (DELEGADO WALDIR – 10/07/2019)

No campo social, discursa em defesa do porte de armas e critica, durante as manifestações contra os cortes da educação, os manifestantes e a paralisação das universidades:

Tivemos ontem uma reunião com nosso Presidente Bolsonaro, que pediu que eu viesse hoje aqui para agradecer aos partidos do Centro e da Oposição a oportunidade de nosso Ministro da Educação estar presente hoje na Casa. Nosso Presidente me pediu que agradecesse. (Palmas.)

Todos os nossos Ministros podem ser convocados. Eles vão vir aqui falar do nosso Governo. Nós não temos nada a esconder. Nossa prioridade são os mais pobres.

Eu queria chamar o povo brasileiro à reflexão. Hoje muitas universidades estão paradas. Por quê? Será que esses estudantes estão de folga? É feriado? Há muitos alunos nas escolas particulares

que são pobres. Os estudantes das universidades públicas, pagas com nosso dinheiro, estão parados. Vamos inverter esta lógica! (DELEGADO WALDIR – 15/05/2019)

Um aspecto interessante de sua abordagem em defesa da política de repressão e encarceramento é sua posição contrária ao projeto de abuso de autoridade. Ele defende a proposta, mas diz que ela é uma proposta limitadora e “madrasta” dos policiais:

Sem dúvida nenhuma, essa lei de abuso de autoridade traz avanços. Sem dúvida nenhuma, ela traz avanços. Eu concordo com isso. Mas ela também é uma legislação extremamente madrasta - extremamente madrasta! - do policial brasileiro.

Quando colocamos numa mesma panela, no mesmo saco, o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, nós estamos esquecendo que cada um tem um papel diferente. Nós temos que lembrar, Sras. e Srs. Parlamentares, brasileiras e brasileiros, que o policial brasileiro está na linha de frente.

Então, eu peço a reflexão dos Srs. Parlamentares. Pensem bem! Se um policial civil, militar, rodoviário, guarda municipal praticar duas condutas pequenas, com pena de detenção de 2 anos, ele vai para a rua. É isso o que V.Exas. querem? Com duas punições, ele vai para a rua. É isso o que V.Exas. defendem? (DELEGADO WALDIR – 14/08/2019)

No campo econômico, ele só cita a reforma da Previdência, defendendo a sua aprovação. É, portanto, um deputado neoliberal. No campo social ele cita dois marcadores de análise: é a favor do porte de armas e acredita que se vive uma guerra cultural na educação. Por isso, é considerado conservador. É um deputado conservador neoliberal.

5.3.14 Tabata Amaral



Figura 14 – Nuvem de Palavras Tabata Amaral

Tabata Amaral é deputada federal pelo estado de São Paulo e foi eleita pela primeira vez a um cargo representativo nas eleições de 2018. Apesar de não ter participado de movimentos políticos tradicionais, como movimento estudantil (UNE, DCE, Grêmio), movimento sindical ou de movimento de base territorial, como associação de moradores, podemos dizer que ela é fruto de um tipo de novo tipo de movimento de organização política. Atuou em organismos do terceiro setor, principalmente ONGs, tendo sido ativista e cofundadora do movimento *Mapa da Educação* em São Paulo (2015 e 2018) e do movimento *Acredito* (2017) ⁶⁵ :

Eu cheguei aqui não só porque vivi tudo o que a educação pode fazer com a gente, todo o potencial que ela tem de transformar, mas também porque vivi o outro lado da desigualdade. Eu perdi meu pai para as drogas; perdi amigos, vizinhos para a violência e para o crime. Eu me tornei uma ativista não porque parecia interessante; fui feita uma ativista, porque vi a importância da educação, mas também vi a falta que ela faz, principalmente nas periferias (TABATA AMARAL - 14/02/2019)

A deputada Tabata fez parte do RenovaBr⁶⁶ e tem um discurso voltado para uma política eficiente, que valoriza a qualidade da educação e que organize as contas da máquina pública. A mobilização em torno das pautas da educação diz respeito a seu discurso de vida, pois, para ela, a educação

⁶⁵Fonte - <https://www.camara.leg.br/deputados/204534/biografia>

⁶⁶ Fundada em 2017 o RenovaBr é uma escola de formação política suprapartidária que tem como um dos seus apoiadores o apresentador de televisão Luciano Hulk.

transformou sua visão em relação aos problemas. Sua luta é para que a educação auxilie a mudar a sociedade e a vida das pessoas, como aconteceu com ela própria.

A nossa libertação por meio da educação é um projeto de país, e o Brasil só vai ser o País que tanto sonhamos, onde cada um vai poder ter o tamanho do sonho que quiser, onde o que cada um vai alcançar já não vai depender da cor da pele, do fato de ser menino ou menina, do lugar de nascimento, por meio da educação. (TABATA AMARAL - 14/05/2019)

Na discussão em torno da reforma da Previdência, ela votou a favor da reforma, não seguindo a orientação do seu partido PDT. O que chama atenção é a sua atuação na defesa de uma política de aposentadoria diferenciada para os professores. Isso pode ser analisado sob a perspectiva da agenda política dela, que é voltada para a defesa da educação e tem uma base de apoio expressiva entre os professores:

O que pedimos aos senhores e às senhoras é que entendam que esta é uma política de valorização docente, um assunto que deve ser debatido em um contexto muito mais amplo e não apenas no contexto da Previdência. Se queremos combater os privilégios e tornar a Previdência Social mais justa para todos, é muito importante que isso seja revisto. (TABATA AMARAL - 29/05/2019)

Em sua atuação política, observamos uma tentativa constante de diferenciação com os movimentos tradicionais ligados à educação. Ela tenta se colocar em um lugar de fora da polarização entre PT e PSL, que ela julga existente no parlamento e na sociedade:

E eu estou aqui falando com vocês hoje porque me preocupa muito ver essa polarização. O que realmente importa não são as pautas virais ideológicas, o que realmente importa é tudo isso que eu trouxe para vocês. E me preocupa ver nesses primeiros dias de Congresso como nós nos paralisamos e entramos numa briga que não tem nenhuma consequência. (TABATA AMARAL - 14/02/2019)

Tabata Amaral fez um discurso que ficou famoso nas redes sociais durante audiência com o ministro da Educação, quando contestou enfrentando a política da pasta do Governo Jair Bolsonaro. Seus discursos contra os cortes da educação foram de enfrentamento à chamada “guerra ideológica”:

Essas coisas não deveriam entrar na polarização, mas simplesmente entram, porque o Governo está empreendendo uma guerra ideológica contra o que chama de marxismo cultural. O Governo só esquece de contar para a população qual é a ideologia que quer colocar no lugar. A nossa afirmação é que não há desenvolvimento, não há inclusão, não há ética sem educação, sem pesquisa. (TABATA AMARAL - 14/05/2019)

Ministro, o senhor é um Ministro de Estado, hoje, e não pode vir aqui dessa maneira, sem nenhum critério técnico, e, baseado em ideologia, travar essa guerra ideológica, essa cruzada contra o que o Governo chama de marxismo cultural, que não existe. O senhor herdou um Ministério com 3 meses e meio de atraso, polêmica, desmando, paralisia. Não há tempo. O senhor tem que falar de ENEM, FUNDEB, formação de professores e sair dessa guerra ideológica. (TABATA AMARAL - 15/05/2019)

Em relação à questão ambiental, ela defende que o desenvolvimento e a sustentabilidade devem andar juntos e lamenta pelo papel político que o Brasil não irá jogar na semana do clima em Nova York. Apesar de não citar o Governo de Jair Bolsonaro, é possível identificar como a deputada valoriza esse espaço da ONU em contraposição às posturas do Presidente:

A Greta, convidada para falar na Semana do Clima em Nova York, viajou durante 15 dias em um veleiro movido à energia solar. Não sei se nós conseguiríamos fazer o mesmo sacrifício por uma causa, mas eu queria dizer que, enquanto a Greta estava há 15 dias protestando, hoje saiu a notícia de que a ONU vetou a participação do Brasil nessa conferência tão importante. O Brasil deveria ser protagonista, apontar a direção, mas não vamos poder nem falar, porque a ONU entendeu que o Brasil não está mais comprometido com o fim das mudanças climáticas, com a proteção do meio ambiente, com a proteção da Floresta Amazônica.

Eu pergunto a V.Exas.: Greta viajou por 15 dias sem nenhuma razão? Nós realmente não nos importamos com o futuro do País, com o futuro da Amazônia, com o futuro dos jovens? Nós acabamos de criar a Comissão Externa de Políticas para Integração do Meio Ambiente e Economia, que foi sancionada pelo Presidente Rodrigo Maia e foi provocada por vários movimentos da sociedade civil, da qual eu tenho muita honra de ser a Relatora. Só que isso não pode acabar aí. Nós temos que acabar com essa guerra estúpida, ideológica, burra, que coloca desenvolvimento de um lado e sustentabilidade de outro. (TABATA AMARAL – 18/09/2019)

Em seu discurso também podemos extrair sua concepção sobre o papel estratégico do investimento em ciência e tecnologia para o desenvolvimento da nação:

Eu sempre gosto de trazer esse ponto, porque eu acho que é importante. Eu queria estar discutindo aqui em qual pesquisa nós vamos investir mais. Eu queria estar discutindo aqui qual é a visão estratégica de país que vai guiar o nosso investimento. Eu não queria estar falando de conta de água, luz, telefone, etc. Da mesma forma, eu queria estar falando de uma universidade que prepara melhor os professores, que prepara para a sala de aula, que é conectada com este século XXI, e não com a falta de recurso para coisas tão básicas para o seu funcionamento. Aqui na Câmara, há uma proposta de emenda à Constituição - PEC de autoria da Deputada Luisa Canziani que retira do teto de gastos recursos próprios das universidades, para que elas tenham maior incentivo para poderem investir em pesquisa, para poderem fazer parcerias. (Palmas.)

Eu tenho muito orgulho de ser Relatora dessa proposta, sei da responsabilidade disso e estou comprometida com a causa, porque o que nós precisamos não é de mais polêmica, não é de frases de efeito, não é de vídeos que viralizem, mas de soluções concretas para o nosso ensino superior, para que tenhamos o Brasil que tanto sonhamos: mais inclusivo, desenvolvido e ético. (TABATA AMARAL – 15/10/2019)

Dos marcadores econômicos, ela só cita a reforma da Previdência. Embora tenha votado a favor do projeto final, Tabata discursou reivindicando mudanças no projeto em prol das mulheres e dos professores. No campo social, cita dois marcadores: defende a política de proteção ao meio ambiente e defende maiores investimentos em educação. Por isso, pode ser considerada uma parlamentar com abordagem discursiva progressista.

5.3.15 Policial Katia Sastre

Eleita deputada federal pela primeira vez no estado de São Paulo. Ficou famosa por ter atirado e matado um assaltante na porta da escola de sua filha. Em campanha, chegou a usar o vídeo com sua reação ao assaltante no horário eleitoral gratuito. A Justiça Eleitoral determinou a retirada das imagens do ar.

Jamais fez discurso no plenário.

repeti-la para tentar criar uma confusão perante a sociedade. Na verdade, eles tentam mais uma vez demonstrar seu preconceito e seu ódio contra uma população tão vulnerável.

Debater conceitos nas escolas é garantir que as crianças conheçam os termos da forma como eles são, não só para que elas tenham acesso a uma educação que as ensinem a ser respeitadas, não machistas, não "LGBTfóbicas", mas também para que tenham acesso ao conhecimento. (SÂMIA BONFIM– 03/09/2019)

Apesar de não aparecer a palavra educação em destaque na nuvem de palavras, a educação seria o segundo tema mais abordado, pois para ela o investimento no acesso à uma educação gratuita e de qualidade é vista como um fator estratégico para a nação e para diminuir as desigualdades:

Concluindo, é bom que o Governo se prepare, porque mexer com as universidades é mexer com quem não devia mexer. São milhares de estudantes e professores conscientes do seu papel. Não à toa, o Ministro da Educação chama de balbúrdias as melhores universidades deste País, universidades de excelência, responsáveis por 95% da produção do conteúdo científico e pelo desenvolvimento da ciência e tecnologia no Brasil. (SÂMIA BONFIM – 08/05/2019)

Em contraposição à opinião dos conservadores a maneira como se resolvem os conflitos sociais, ela é contrária à ampliação do armamento e do porte de armas em áreas rurais. Para ela, a solução para a violência não pode ser mais repressão:

Presidente, a população brasileira já não aguenta mais que o Governo, ou mesmo o Congresso Nacional, tenha como única resposta para essa situação de falta de segurança e de medo a política do armamento, porque isso significa mais medo, mais assassinatos e genocídio.

Tratando-se de regiões rurais, nós sabemos quais são os principais atingidos por essa política do medo, das armas e do genocídio: são justamente aqueles que lutam pelo direito à terra, à reforma agrária, e também os povos e comunidades indígenas, que, com este Governo, estão sob ameaça, inclusive com uma PEC que está sendo votada na CCJ para ampliar a possibilidade de atividade agropecuária em territórios indígenas. (SÂMIA BONFIM– 21/08/2019)

No campo econômico ela discursa em oposição a todos os projetos aqui analisados: reforma da Previdência, abertura do capital do setor aéreo, MP 881 da liberdade econômica e o novo marco legal do saneamento básico. É

Policia militar, foi eleito deputado federal nas eleições de 2014 e reeleito em 2018. Em 2014, foi um dos parlamentares que, apesar de ter votação pouco expressiva para o estado de São Paulo, conseguiu se eleger por ser do partido do deputado Tiririca, beneficiando-se do resultado obtido pelo “puxador de votos” da legenda⁶⁷. Seus discursos têm muitas referências à sua cidade natal, Ourinhos, no interior de São Paulo. É presidente da Frente Parlamentar da Segurança Pública e relator do pacote do ministro Sergio Moro de combate à corrupção. (Visto no discurso 09/07/2019). Também preside a Frente Parlamentar Mista do Rodeio, da Vaquejada e das Provas Equestres (visto no discurso de 09/07/2019).

No campo econômico, ele cita somente a reforma da Previdência. Seus discursos são concentrados no campo social, com defesa de políticas de aumento da repressão, sem citar o combate à desigualdade social. No campo da repressão, defende a criação da polícia penal, a prisão em segunda instância e o pacote anticrime do ministro Sergio Moro:

Não podemos fechar este ano sem dar uma resposta para a sociedade. De certa forma, este ano foi ruim, porque perdemos na votação do COAF, na votação do abuso de autoridade e de várias coisas com as quais a Frente Parlamentar não concordava. Então, esta é uma oportunidade de esta Casa dar uma resposta para a sociedade, aprovando o pacote anticrime, que vem ao encontro dos anseios da sociedade, que nas últimas eleições demonstrou que queria o endurecimento da legislação penal. Para nós, isso é importantíssimo. (CAPITÃO AUGUSTO – 04/12/2019)

Um assunto altamente conservador é a defesa da ditadura militar e do golpe de 1964. Nesse sentido, o deputado se alia à opinião política de Jair Bolsonaro e de Eduardo Bolsonaro, aqui analisada, para defender o período do regime militar. Em sua fala, Capitão Augusto tenta desconstruir o período como um período de restrição de liberdade política e fala que quem defende a ditadura é à esquerda:

Sr. Presidente, quero apenas mostrar um pouquinho de história para o pessoal da Esquerda, que insiste em falar do golpe de 1964.

⁶⁷ <https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,saiba-quem-foi-eleito-na-carona-de-tiririca-e-russomanno,1573406>

Em março de 1964, o então Presidente da Câmara, que ainda era no Rio de Janeiro, foi empossado Presidente do Brasil. Em 10 dias, ele convocou eleições presidenciais, quando o General Castelo Branco foi eleito por 361 votos e 72 abstenções.

Eu pergunto ao pessoal da Esquerda: onde está o golpe, já que o General Castelo Branco foi eleito Presidente do Brasil pelo Congresso? Então, não há o que se dizer dessa questão. É só ler, para entender um pouquinho da história que se passou no País.

Os militares foram convocados a assumir a Presidência da República, para que aqui não se instalasse a pior das ditaduras, que é a ditadura da Esquerda, a ditadura comunista, a que mais matou gente no mundo todo.

Então, é bom o pessoal da Esquerda estudar um pouquinho de história, para saber que o Presidente Castelo Branco foi eleito por 361 votos e nenhum voto contrário. (CAPITÃO AUGUSTO – 26/03/2019)

Um de seus discursos de caráter conservador no campo social utilizou como base a discussão que vinha acontecendo desde 2015 na Comissão dos Direitos Humanos quanto ao Estatuto da Família do Século XXI,⁶⁸ que teve como relator o deputado federal Orlando Silva (PCdoB):

Esse projeto induz a liberdade, na nova família do século XXI, do casamento entre pais e filhos, o casamento entre irmãos, além do casamento de uma pessoa com várias mulheres, o chamado "poliamor". É inacreditável! Esse projeto traz o reconhecimento desses casais. Não dá para acreditar numa proposta como essa e que o Presidente da Comissão de Direitos Humanos pautará um projeto que, digamos - vamos utilizar a boa-fé -, gera dúvida. (CAPITÃO AUGUSTO – 20/08/2019)

Em relação ao endurecimento da política penal, ele se refere a um caso ocorrido na cidade do Rio de Janeiro - quando um atirador de elite matou o sequestrador de um ônibus na Ponte Rio-Niterói - para defender o recrudescimento⁶⁹:

Eu já apresentei um projeto de lei do abate, em 2016, que permite ao policial executar qualquer um que esteja andando com fuzil na via pública, porque, pelo próprio Código Penal, essa pessoa já está colocando em risco toda aquela sociedade na via pública. Então, nada mais justo do que nós exercermos o dever de cessar o risco para toda a sociedade e executar esse marginal. Nós comemoramos não a morte

⁶⁸ Art. 2º São reconhecidas como famílias todas as formas de união entre duas ou mais pessoas que para este fim se constituam e que se baseiem no amor, na socioafetividade, independentemente de consanguinidade, gênero, orientação sexual, nacionalidade, credo ou raça, incluindo seus filhos ou pessoas que assim sejam consideradas. (PL 3369/2015)

⁶⁹ <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/08/20/tiros-sao-ouvidos-em-sequestro-a-onibus-na-ponte-rio-niteroi.ghtml>

desse marginal, mas sim a vida dos 37 reféns que saíram ilesos desse sequestro. (CAPITÃO AUGUSTO – 20/08/2019)

Uma reivindicação recorrente do deputado é a mudança do regimento interno da Câmara dos Deputados. Para ele, o regimento abre muito espaço para as minorias o que, em uma democracia com muitos partidos, traria lentidão para as tomadas de decisões:

Há dezenas de Comissões funcionando nesta Casa, mas aquela que talvez seja a mais importante delas não foi instalada ainda, a Comissão que vai rever o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que não funciona. Nós já estamos cansados de saber que este Regimento não funciona. Tudo bem que tem que ser respeitada a minoria, mas a democracia é a vontade da maioria, e a maioria não é respeitada aqui. Portanto, faço um apelo a V.Exa. para que, neste final de ano, instale essa Comissão, para que seja revisto este famigerado Regimento Interno da Casa, que não funciona. Foi criado para regular o funcionamento da Casa com 6 partidos, então jamais vai funcionar agora, com 26 partidos. Essa é a Comissão que está faltando. (CAPITÃO AUGUSTO – 18/09/2019)

No campo econômico, Capitão Augusto cita apenas a reforma da Previdência, em sua defesa, utilizando assim argumentos da política neoliberal. No campo social, é a favor da política de combate à corrupção, contra a ideologia de gênero e a favor do regime militar. Com um discurso conectado ao campo conservador, é um deputado conservador neoliberal.

5.3.18 Felipe Franceschini (PSL)

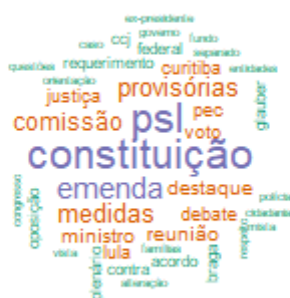


Figura 17 – Nuvem de Palavras Felipe Franceschini

Advogado e evangélico, deputado federal pelo estado do Paraná, Felipe Franceschini é filho do político Fernando Franceschini, também advogado e evangélico. Durante o ano de 2019 presidiu da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, o que justifica a sua palavra mais falada na nuvem.

Seu discurso em plenário tem uma postura de encaminhar a votação e discussão de projetos de lei e não aborda os temas centrais dos antagonismos discursivos. Apesar de não citar nenhum dos projetos ou temas que estão no campo da economia e dos costumes, podemos analisar um discurso interessante no dia em que o ex-presidente Lula deixou a prisão:

Quando da prisão do ex-presidente Lula, eu diariamente visitava aquelas famílias que moram em torno da Polícia Federal, lá no Santa Cândida, em Curitiba, e vi a desgraça que virou a vida dessas famílias. Havia um bando de baderneiros, nas ruas cheias de drogas, com garrafas de vodca e de uísque, em baderna geral, dirigindo agressões verbais contra crianças e contra mulheres, tudo isso lá na Delegacia de Curitiba, fácil de achar. (FELIPE FRANCESCHINI – 07/08/2019)

Esse discurso visa à construção de uma visão negativa dos manifestantes que criticavam a prisão do ex-presidente Lula.

5.3.19 Pastor Marco Feliciano



Figura 18 – Nuvem de Palavras Marco Feliciano

É deputado federal reeleito do Estado de São Paulo. Em 2013, ganhou a votação para a presidência da Comissão dos Direitos Humanos sob muitos

protestos⁷⁰. Ganhou projeção com declarações contra o casamento e adoção legal por parte do público LGBT.

Em um de seus discursos, pede o *impeachment* do vice-presidente General Mourão por suas declarações que questionavam a liderança política do presidente Jair Bolsonaro:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. deputados, eu venho a este microfone agora para um ato histórico na Câmara dos Deputados. Pela primeira vez, na Câmara dos Deputados, um Deputado protocola um pedido de *impeachment* do Vice-Presidente da República.

As pessoas que estão nos acompanhando podem perguntar: "Mas como? Isso nunca aconteceu antes". Não aconteceu porque nunca antes, nos primeiros 100 dias de governo de um Presidente, o Vice-Presidente agiu de maneira tão indecorosa e indelicada, desdizendo tudo o que o Presidente da República diz. Ele esteve em Washington em uma instituição, e o convite postado nas mídias dizia que o país chamado Brasil está desgovernado e que a única pessoa que pode unir o Brasil é Mourão, a quem eu me recuso chamar de general, porque ele não é general no nosso Governo. No nosso Governo, ele é o Vice-Presidente, é um civil. (PASTOR MARCO FELICIANO – 16/04/2019)

Em relação aos marcadores econômicos, Feliciano cita apenas a reforma da Previdência, colocando-se a favor da proposta. Para ele, a reforma auxiliará a construir um clima de maior confiança para os investidores de fora:

Gostaria de fazer um pequeno comunicado. Foi citada aqui a reunião em que o Ministro Paulo Guedes esteve nos Estados Unidos, e eu sou testemunha ocular, estive lá. Ele falou exatamente as palavras que disse aqui o nosso deputado, só que se esqueceu aqui de dizer que havia lá 140 convidados, entre eles, mais de 100 investidores. Eu me sentei em uma mesa onde havia pelo menos 10 deles, donos de fundos de pensão milionários, todos querendo investir no nosso País e esperando apenas a votação da reforma da Previdência. (PASTOR MARCO FELICIANO – 21/05/2019)

Em relação aos marcadores sociais, sua trajetória foi de confronto com os movimentos LGBT's, de mulheres e estudantis. O deputado mantém essa linha de enfrentamento, com, por exemplo, um discurso afirmando que devido ao fim da "máfia das carteiras de estudante, a mamata da União Nacional dos Estudantes (UNE) vai acabar". É contrário ao debate e a aprovação do Estatuto da Família do Século XXI:

⁷⁰ <https://www.camara.leg.br/noticias/397509-pastor-marco-feliciano-e-eleito-presidente-da-comissao-de-direitos-humanos/>

Esta Casa não é uma Casa de brincadeira. Como é que num País onde 88% das pessoas se declaram cristãs abertamente, num País onde o conservadorismo hoje galopa, um deputado do Partido Comunista do Brasil apresenta um projeto tentando legalizar aqui a poligamia e o incesto? Isso é debochar da cara do povo brasileiro, é debochar de nós cristãos. (PASTOR MARCO FELICIANO – 20/08/2019)

Ele também defende a figura política do presidente Jair Bolsonaro e sua postura na assembleia da ONU:

Boa parte da bancada do Podemos está muito feliz com o discurso do Presidente Jair Bolsonaro, que se portou como verdadeiro estadista na Organização das Nações Unidas - ONU, falando não apenas aquilo que pensa, mas o que pensam as pessoas que votaram nele. Ele lembrou a liberdade religiosa, falou sobre um país plural, denunciou com muita contundência os países de esquerda que saquearam nosso País.

Por isso, eu estou aqui para dizer que parablenzo o Presidente Jair Bolsonaro, que, com toda a sua comitiva, fez bonito na ONU hoje. A ONU parou para ouvi-lo, e o mundo ouviu o eco do que pensam os brasileiros.

Nós não aceitamos mais cabresto da Esquerda e queremos um país melhor. (PASTOR MARCO FELICIANO – 24/09/2019)

No campo econômico, cita apenas a reforma da Previdência, e, por sua postura favorável, é considerado um parlamentar com retórica neoliberal. No campo social, além de ser contrário ao Estatuto da Família do Século XXI, defende a fala de Bolsonaro na assembleia da ONU e ataca a União Nacional dos Estudantes. Sendo assim, se coloca no campo conservador. É um conservador neoliberal.

5.3.20. Marcelo Álvaro Antônio (PSL)

conhecido no eleitorado católico por sua participação como radialista na Catedral FM⁷¹. Começou sua trajetória política no Partido dos Trabalhadores, tendo sido eleito duas vezes deputado estadual (2002 e 2006). Foi candidato a prefeito da cidade do Rio de Janeiro em 2008 e eleito deputado federal pelo PT em 2014. Em 2015, saiu do Partido dos Trabalhadores e filiou-se à Rede, sendo novamente candidato à Prefeitura do Rio de Janeiro, em 2016. Foi para o Partido Social Brasileiro (PSB) no ano de 2018 e concorreu à reeleição a deputado federal, tornando-se o terceiro candidato a cargo majoritário mais bem votado de seu estado.

É conhecido pela militância em defesa dos direitos humanos, da educação e da regulação da mídia. Em 2019, tornou-se o líder da oposição, e apesar da composição dos partidos do bloco ser majoritariamente de parlamentares do PSOL e PT - que são descritos como o grupo mais contrário ao PSL -, é notório que Molon tenta se firmar como uma oposição consequente, com construção de propostas, formulação de soluções para os problemas do Brasil e não limitar-se a críticas. Um dos temas recorrentes em seus discursos é a oposição ao Governo Federal que pretende se afastar da polarização política entre PT x PSL:

Portanto, aqui está uma Oposição que luta, mas que dialoga, uma Oposição que é firme, mas que, ao mesmo tempo, apresenta argumentos. Nós fizemos uma oposição qualificada, propositiva, ativa. Participamos do debate. Nossa postura não foi a de sabotar, foi a de obstruir para garantir a redução dos impactos no povo sofrido e trabalhador. E saímos desse processo extremamente orgulhosos do que fizemos. (ALESSANDRO MOLON – 12/07/2019)

A oposição ao governo e, por conseguinte, o seu líder pauta-se pela atuação política do Executivo, e por isso, recorrentes discursos não abordam e o que está sendo votado no momento no Congresso Nacional, mas a agenda política do presidente e de seus ministros:

O atual Presidente da República faz o contrário: usa o cargo público para tentar impor suas preferências ideológicas e fazer valer seus preconceitos. Ele parece conspirar contra a democracia, quer desmontar a Constituição Federal, retirando os direitos, atacando as

⁷¹https://pt.wikipedia.org/wiki/Alessandro_Molon#cite_note-3

liberdades, desmontando as conquistas, riscando a história, rasgando as leis e os artigos da Constituição construídos com a luta árdua de todo o povo brasileiro

O País está numa escalada autoritária. Nós estamos num rumo muito perigoso, porque o Governo Bolsonaro sonha com a ditadura. É curioso, porque se trata de alguém que chegou ao poder pela democracia, mas não aceita a democracia, não entende que a democracia é o melhor dos regimes. No fundo, o Presidente Bolsonaro foi eleito democraticamente, mas gostaria de ser um ditador, que gostaria de governar por meio do arbítrio, da força, da truculência, do autoritarismo. (ALESSANDRO MOLON - 04/12/2019)

No campo econômico, Alessandro Molon faz questão de sempre apresentar os destaques e as mudanças conquistadas pela oposição durante a reforma da Previdência. A reforma da Previdência dominou a agenda política do primeiro semestre da Câmara dos Deputados e foi muito presente, pelos destaques e a votação do segundo turno, no segundo semestre:

Foram muitas as vitórias da Oposição no primeiro turno de votação da PEC da Previdência, conquistas essas alcançadas graças a um debate qualificado, sério e com consequências para o País que a Oposição fez ao longo de todo o primeiro turno. Assim, nós reduzimos as crueldades do texto.

Não se garante sequer uma pensão de um salário-mínimo para as viúvas. E isso, no segundo turno, vamos tentar corrigir, através da aprovação de um destaque do PCdoB. Não se garante a manutenção do abono para quem ganha de 1.364 reais a dois salários-mínimos, e isso nós vamos tentar corrigir com a aprovação de um destaque do PSOL. Não se garante que se contém 80% das maiores contribuições, mas vamos tentar corrigir isso num destaque do PT.

Querem impor aposentadoria por idade a trabalhadores submetidos a agentes químicos, físicos ou biológicos nocivos à saúde. Isso é uma crueldade sem tamanho, e nós vamos tentar corrigir isso por meio da aprovação de um destaque do PSB. Impõe-se uma transição dura demais para os trabalhadores do Regime Geral e do Regime Próprio. Nós tentaremos corrigir isso com destaque do PDT.

Como não se conseguiu aprovar isso, o texto ainda tem muitas crueldades. Por isso, votaremos contra a proposta no segundo turno e conclamamos todos a rejeitar essa proposta cruel contra os trabalhadores brasileiros. (ALESSANDRO MOLON - 06/08/2019)

Para a oposição não se pode escolher entre responsabilidade fiscal e responsabilidade social. Para eles, não vale a pena haver equilíbrio nas contas e o povo estar sofrendo por falta de investimentos e recursos:

Portanto, nós da Oposição nunca negamos a necessidade de debater a sustentabilidade fiscal da Previdência brasileira, mas nós sempre

exigimos conciliar o debate de responsabilidade fiscal com o debate de responsabilidade social (ALESSANDRO MOLON – 07/08/2019)

Em relação ao campo social, Molon denuncia a politização da pauta da educação por parte dos ministros de Bolsonaro:

Este é o nosso primeiro ponto: não aceitamos que se peça para filmar crianças sem que haja autorização dos seus pais, fazendo-se política partidária em favor do Presidente da República! Segundo ponto: não aceitamos que se repita, nessa situação, o *slogan* do atual Presidente (ALESSANDRO MOLON - 26/02/2019)

Ele também condena a postura de comemoração do golpe militar pelo Presidente Bolsonaro:

Não bastasse tudo isso, o Presidente da República propõe que a data da ruptura democrática, dia 31 de março, seja comemorada nos quartéis. Que vergonha! É inaceitável essa proposta, que mereceu uma nota de repúdio do Ministério Público Federal, divulgada há pouco, que diz que não se pode admitir que um Presidente da República, eleito nos moldes da Constituição de 1988, defenda que se festeje a data da ruptura democrática. (ALESSANDRO MOLON - 26/03/2019)

Para Alessandro Molon, algumas atitudes do presidente Jair Bolsonaro desestabilizam a democracia no país:

Da mesma maneira, o Presidente da República comete mais um desatino: anuncia que pretende armar a população para evitar um golpe de Estado. Onde já se viu um Presidente da República incentivar a população a se armar contra os governantes do seu País? Quando um democrata adotaria um discurso como esse? Esse é um discurso de um Presidente da República que não tem responsabilidade com a democracia brasileira. Quem gera instabilidade e quem ameaça a democracia brasileira é o atual Presidente da República, jogando o povo contra as instituições, estimulando manifestações contra o Poder Legislativo, contra o Poder Judiciário. (ALESSANDRO MOLON – 17/06/2019)

Em relação à política internacional, critica o presidente Jair Bolsonaro pelos ataques ao pai da ex-presidente Michelle Bachelet⁷², dizendo que o Chile só não havia virado uma Cuba porque o regime de Pinochet deu um “basta à esquerda”:

⁷²<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/09/bolsonaro-ataca-pai-de-bachelet-que-foi-torturado-e-morto-pela-ditadura-pinochet.shtml>

A ex-presidente Michelle Bachelet é digna de todo respeito e consideração. E o seu pai não era um Brigadeiro comunista: era um constitucionalista apenas, era alguém que defendia o respeito à Constituição chilena. Mas, para o Presidente da República do Brasil, defender a Constituição é ser de esquerda, é ser comunista. Não! O pai de Michelle Bachelet não era um comunista. Era um democrata.

Ninguém, em qualquer momento, pode aceitar que a defesa do Estado de Direito seja transformada em uma disputa ideológica.

Vejam que o Presidente Sebastián Piñera consegue distinguir o que é disputa política e ideológica do que é respeito e tolerância, do que é civilidade. Ele é adversário de Bachelet, ele é adversário do partido de Bachelet, mas não tratou Bachelet como inimiga. O Presidente da República do Brasil não consegue entender que quem pensa diferente não é um inimigo a ser exterminado, é um adversário político, o qual se deve confrontar com ideias, e não com ataques pessoais. (ALESSANDRO MOLON - 04/09/2019)

Alessandro Molon foi o líder da oposição durante o ano de 2019, o que pode explicar a abrangência dos seus discursos. Ele critica todos os projetos no campo econômico, com um discurso de defesa do estado de bem-estar social. Também cita todos os projetos no campo sociais aqui analisados. E em todos eles, é alinhado ao discurso progressista. É um parlamentar progressista e defensor do estado de bem-estar social.

5.3.22 Baleia Rossi (MDB)



Figura 21 – Nuvem de Palavras Baleia Rossi

Eleito vereador aos 20 anos em Ribeirão Preto, em 1992, tornou-se deputado estadual em 2002, reeleito em 2006 e 2010. Em 2014, foi eleito deputado federal e reeleito em 2018. Líder do MDB na Câmara dos Deputados durante o ano de 2019, seus discursos são marcados por um envolvimento regimental e sem grandes mobilizações de imagens e figuras linguagem, muito

menos enfrentamentos políticos. A maioria de seus discursos se concentra em opiniões de encaminhamento político sobre as questões de votação do MDB. Fica explícito o apoio ao projeto de reforma da Previdência que foi aprovado:

Estamos votando para garantir que as futuras gerações tenham o direito à aposentadoria, porque hoje nós temos um Estado quebrado, um déficit público gigante, que vai fazer, se nada for votado com responsabilidade por este Parlamento, com que as contas públicas não deem conta de pagar os aposentados atuais e os futuros.

Temos a oportunidade única de, no ano de 2019, superar duas das reformas mais importantes para o nosso País: hoje, a reforma da Previdência; mas, amanhã, a reforma tributária. Juntas elas vão dar condições para a nossa economia se recuperar. (BALEIA ROSSI - 10/07/2019)

Não faz defesa de políticas públicas promovidas pelo Governo Jair Bolsonaro, mas também não critica a pessoa do presidente. Sua argumentação não centra sua opinião sobre a conduta política do Executivo. Mesmo quando vai se posicionar sobre um conflito que aconteceu dentro do Governo, como o ataque do pensador Olavo de Carvalho ao general Eduardo Dias da Costa Villas Bôas, não cita o problema, deixando de fora a menção ao Presidente e seus filhos:

A bancada do Movimento Democrático Brasileiro na Câmara dos Deputados manifesta solidariedade ao General Eduardo Dias da Costa Villas Bôas. Comandante do Exército Brasileiro entre fevereiro de 2015 e janeiro de 2019, Villas Bôas tem enormes períodos prestados à Nação. Durante esse período, destacou-se por sua serenidade e compromisso com os valores democráticos, em meio à difícil crise econômica e política pela qual o País passou. (BALEIA ROSSI – 07/05/2019)

Podemos analisar sua ideologia econômica como neoliberal, fruto de seu apoio à reforma da Previdência e a algumas opiniões políticas, como a defesa da competitividade para a diminuição de preços. *“Nós entendemos que os preços das passagens hoje no Brasil são abusivos, e muito disso graças à falta de competitividade”* (BALEIA ROSSI - 25/09/2019)

Em relação ao campo conservador, ele defendeu o pacote anticrime:

Sr. Presidente, quero cumprimentar V.Exa. por ter pautado este projeto e registrar que ele foi oriundo de uma ideia do Ministro Alexandre de Moraes, que teve um amplo debate com a sociedade jurídica, com este

o aceite do povo, aquele líder que, em 500 anos de história deste Brasil, proporcionou ao povo brasileiro o direito a comer, porque até então a fome fazia parte da paisagem deste País e todos achavam natural. (GLEISI HOFFMANN – 06/02/2019)

Um discurso importante é o fez quando completou um ano da prisão do ex-presidente Lula:

Lula é vítima de um Power Point, das convicções de um Procurador de 1ª Instância do Estado do Paraná, o Dr. Deltan Dallagnol, e da perseguição implacável de um juiz que se dizia neutro, Sergio Moro, mas que recentemente assumiu o Ministério da Justiça de Jair Bolsonaro, mostrando seu lado político.

Quem teria que estar preso não é o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva. Quem teria que estar preso é Deltan Dallagnol e Sergio Moro. Estes, sim, incidiram em crime. (GLEISI HOFFMANN - 04/04/2019)

Quando completaram 100 dias do Governo de Jair Bolsonaro, Gleisi fez um contraponto da situação econômica de então à afirmação de que o problema do Brasil era o PT:

Eu fico me perguntando: mas não era só tirar Dilma? Eu participei de todos os processos do *impeachment*. Os discursos eram fervorosos, de bater à mesa: "Tirem a Dilma, que melhora!" Tiraram a Dilma, e não melhorou. "Prendam o Lula, que melhora!" Prenderam o Lula, e piorou. Qual é a receita de vocês? Qual é a receita do Governo, do Guedes e do mercado? Como vocês vão melhorar a economia? Vocês disseram para o povo que isso era fácil, era quase mágico: vamos tirar a turma do PT! O problema do Brasil é o PT! O problema do Brasil é Lula! Eles nos acusavam de tudo, até agora sem comprovação de nada.

Eu pergunto: e agora? E agora, Jair Bolsonaro? E agora, base aliada? Vocês não vão responder aos 13 milhões de desempregados que nós temos? Vocês não vão responder a quem tem renda baixa? Não.

Realmente, esse Governo é o Governo da destruição. É o que vimos nesses 100 primeiros dias. (GLEISI HOFFMANN – 11/04/2019)

No campo econômico, cita todos os marcadores analisados nessa dissertação, tanto na defesa dos direitos sociais como na concepção do Estado investidor. No Dia do Trabalhador, seu discurso exalta a figura de Lula e as políticas sociais que ele implementou quando ele era presidente do país:

Este é Lula, o grande líder político e popular da nossa história. Não há homem igual a ele. Vai demorar muito tempo para a história brasileira construir ou ter outro líder como Luiz Inácio Lula da Silva.

Por isso, Presidente, eu o homenageio desta tribuna por ocasião do Dia do Trabalhador, porque foi o trabalhador que assumiu a Presidência deste País. Quando assumiu a Presidência, fez muito pelo povo pobre, pelo povo trabalhador brasileiro. Por isso, o senhor tem

toda a razão, mais do que isso, tem todo o direito de dizer que este País está sendo governado por um bando de loucos e por um bando de vassallos que têm levado nosso povo a tanto sofrimento. (GLEISI HOFFMANN - 30/04/2019)

No campo social, Gleisi Hoffman cita quase todos os marcadores, o que demonstra forte envolvimento nos antagonismos discursivos aqui analisados. No calor das manifestações contra os cortes na Educação, fala sobre o dia em que o ministro da Educação foi chamado para esclarecer suas declarações sobre as “balbúrdias” nas universidades:

Ministro, o senhor falou, falou, falou, mas não explicou nada sobre os cortes. Não falou sobre os cortes no ensino superior, tampouco no ensino básico, que V.Exa. diz que é prioridade, mas vocês cortaram 40% das verbas.

Na realidade, o senhor se preparou e veio aqui para fazer provocações. O senhor atacou os Governos do PT, atacou Lula, atacou Dilma. Mas quero dizer uma coisa ao senhor e à sua base: o melhor Presidente da República para a educação foi Luiz Inácio Lula da Silva! (Palmas e apupos.) (GLEISI HOFFMANN – 15/05/2019)

Como presidente nacional do PT, não poderia deixar de citar a operação Lava Jato e reivindicar a apuração das denúncias feitas por parte do *Intercept*. O jornal divulgou conversas de Sergio Moro com procuradores da operação Lava Jato que questionavam a imparcialidade no julgamento do ex-presidente LULA:

Que vergonha, Sergio Moro! Que vergonha, Dallagnol! Vocês se organizaram para ter vantagens políticas. Não queriam Lula governando este País porque sabiam que nunca teriam a oportunidade de ocupar uma vaga no Supremo Tribunal Federal. Vocês se organizaram para ter vantagens no poder institucional deste País. Fizeram uma associação criminosa. Aliás, mais do que isso, praticaram também crimes de corrupção, logo vocês, os arautos da moralidade e dos bons costumes. Que vergonha! (GLEISI HOFFMANN - 12/06/2019)

Uma pauta que o PT defende é o financiamento público de campanha. Na ausência desse financiamento público o que acontece é o financiamento de empresas em campanha, que, ao fim do processo, sempre cobram a sua fatura:

Foi eleito o vereador mais votado em Fortaleza em 2016. Em 2018 foi eleito deputado federal pelo Partido Verde (PV) no Ceará. Célio Studart é um ativista dos direitos ambientais e dos animais. A nuvem de palavras deixa explícita a temática principal dos seus discursos.

Destacam-se em seus discursos a defesa de leis de atendimento prioritário à pessoa autista, defesa das “30 horas da enfermagem” e o ataque da reforma da Previdência à enfermagem. Seus discursos também se somam às críticas aos cortes da Educação do Governo Bolsonaro.

Em seu primeiro discurso no mandato de deputado federal demonstra a conduta política terá durante sua atuação na Câmara dos Deputados:

Comunico que já protocolei nesta Casa o meu primeiro projeto de lei, em que peço prisão para quem maltrata animais. Nós vivemos um surto, uma epidemia de psicopatas que maltratam, que abandonam os animais e que saem pela porta da frente da delegacia. Tenho o objetivo de pegar pesado com esses criminosos, quero prisão para quem maltrata esses seres inocentes e que sentem dor, frio e fome. Também é preciso dizer da importância de o Brasil escutar mais os veganos e os vegetarianos. Eles têm muito a ensinar a nós brasileiros, e esta Casa precisa estar atenta às suas demandas. Defenderei com muito foco, com muito entusiasmo, as pessoas com deficiência, a inclusão e a acessibilidade delas. O Brasil ainda não aprendeu a incluir as pessoas com deficiência. O Brasil tem que aprender a fazer isso, e esta Casa, tenho certeza, vai dar uma lição - e deverá dá-la pela via legislativa -, através de sua articulação. (CÉLIO STUDART - 06/02/2019)

Uma pauta recorrente do seu discurso no início, meio e fim do ano de 2019 foi a criminalização dos maus tratos aos animais:

Causa-nos muita preocupação que haja no Brasil impunidade para aqueles que maltratam os animais. Quem maltrata, quem mata, quem assassina animais com psicopatia sai pela porta da frente da delegacia. E essa epidemia de maus-tratos em Fortaleza, no Ceará, e em várias regiões do Brasil precisa ser combatida com cadeia. Tem que haver cadeia para quem maltrata animal. Por isso esse projeto é importante. (CÉLIO STUDART - 24/04/2019)

Alguns projetos de lei recebem discursos bem específicos, principalmente os que têm a ver com as pautas políticas que elegeram os parlamentares. Um desses projetos é o projeto de lei sobre a extinção das sacolas plásticas no Brasil. Esse projeto já é realidade em diversos estados do Brasil:

Nós queremos proteger essa ideia, levar essa ideia para o País como um todo, e dar um fim às sacolas plásticas em todo o País para que haja uma nova consciência ambiental em defesa do direito dos animais, da nossa fauna, do nosso meio ambiente (CÉLIO STUDART - 04/07/2019)

Outro projeto de lei que trata de animais é abordado por deputados da base do Governo como Eduardo Bolsonaro, do PSL, mas também é defendido por parlamentares da oposição, como João Campos, do PSB. O projeto de lei é sobre a inclusão do laço, bem como das respectivas expressões artísticas e esportivas, como manifestação cultural nacional e a elevação de tais atividades à condição de bem de natureza imaterial integrante do patrimônio cultural nacional. Esse é um debate difícil de conceituar, pois de um lado você tem o debate do cuidado dos animais e do outro se tem o debate da cultura popular:

Não é por se considerar esporte, não é por gerar renda, não é porque tenha sido designada qualquer modificação na Constituição: nada disso muda a dor que o animal sente. Independentemente de qualquer decisão desta Casa, continua sendo maus-tratos, continua sendo dor, continua sendo cruel, continua sendo escravidão animal. (CÉLIO STUDART - 09/07/2019)

A oposição à liberação de agrotóxicos já é um tema de maior consenso entre a base contrária às políticas do Governo Federal. E nesse assunto, temos alguns discursos do deputado, como esse abaixo:

Sr. Presidente, alguns deputados já estão alertando sobre a liberação, ontem, de 63 novos agrotóxicos por parte do Governo. Eu queria chamar a atenção para o fato de que, desses 63, 56 são genéricos de produtos já existentes, e alguns até banidos. Nós temos, em 2019, o número mais alto de registro de agrotóxicos desde quando o Governo Federal do Brasil começou a registrá-los. (CÉLIO STUDART - 18/09/2019)

Sua plataforma política tem a ver com a defesa dos animais e do meio ambiente e, por isso, no campo social, denuncia o fogo na Amazônia:

São inúmeros os impactos ao meio ambiente derivados dessa prática irresponsável, os quais variam de acordo com as dimensões das queimadas e dos incêndios florestais, levando inevitavelmente à perda da biodiversidade e afetando duramente a nossa flora, a nossa fauna.

O discurso é voltado para o empreendedor que precisa arcar com uma folha salarial alta por causa de muitos encargos trabalhistas. Em seu discurso ele argumenta que o Estado precisa se desburocratizar e desinchar para “sair das costas” dos pequenos e médios empresários.

O homem empresarial e o Estado empreendedor (Dardot e Laval, 2016) são conceitos chaves da compreensão do neoliberalismo intrínseco de seu discurso. O Estado precisa garantir que os indivíduos possam vencer por suas próprias características e vontade, em uma competição regulada por ele. O indivíduo precisa estar atento às velozes mudanças da dinâmica produtiva e ir se adaptando para “sobreviver”, esse é o espírito do empreendedor que, na concepção de Poit precisa ser alimentado.

Muitas vezes, nos discursos, a tendência é colocar o espírito do empreendedor em contraposição ao espírito do funcionário público. O funcionário público não busca a inovação, pois não precisa estar sempre se transformando ou se readequando para manter o seu posto de trabalho.

Apresentação do deputado com a defesa dos empreendedores e pagadores de impostos:

Sr. Presidente da Mesa, desculpe-me por quebrar um pouco o protocolo, mas, antes de qualquer autoridade, eu queria cumprimentar, primeiro, os brasileiros, os batalhadores, os empreendedores que pagam imposto neste Brasil. São vocês que fazem nosso País ficar de pé e, em última instância, são vocês as maiores autoridades no País e no nosso Congresso Nacional.

É para essa gente que empreende, gente que gera emprego e que melhora o mundo ao seu redor. É para esse pessoal que temos que trabalhar, meus colegas deputados de Casa, do Novo, de São Paulo, de São Bernardo.

Essa gente batalhadora do Brasil está aflita. Paga imposto e não tem educação. Paga imposto e não tem esgoto, não tem saneamento básico em casa - metade da população brasileira não tem. Paga imposto e não tem saúde. Paga imposto e não tem segurança. Paga imposto e está atolada em burocracia.

E para quem quiser debate, para quem quiser diálogo, para quem quiser a boa política, para quem quiser trabalhar para a população brasileira, enxugar o Estado, ganhar eficiência, fazer as reformas que o nosso País precisa, eu vou estar ao lado e vou estar com o meu coração aberto, para nós construirmos pontes, conversarmos e melhorarmos o nosso País. (VINICIUS POIT – 06/02/2019)

Um discurso interessante é proferido no dia do lançamento da Cartilha da Agenda Legislativa da Confederação Nacional das Industriais (CNI):

O Brasil tem que ser um lugar mais fácil, mais simples, com menos imposto, menos burocracia, um Governo que faz o que é essencial e que cuida do que é essencial para a população e deixa o povo trabalhar, deixa o empreendedor gerar emprego. É para isso que a gente vai estar aqui no Congresso Nacional. (Palmas.) (VINICIUS POIT - 02/04/2019)

Defesa da Reforma da Previdência, reforma tributária e pacote anticrime:

É uma Previdência que acaba com os privilégios. É uma Previdência que fará com que, daqui para frente, o político, a elite do Judiciário e a elite do funcionalismo público não tenham uma aposentadoria que o povo nem sonha em ter.

Nós subimos aqui com a bancada do NOVO alinhada, unida, com orgulho da missão cumprida. Mas este é o primeiro passo para termos o Brasil do futuro, o primeiro passo para termos o Brasil do presente. É o primeiro passo para que a reforma passe amanhã no segundo turno, para vir a reforma tributária, o pacote anticrimes, as privatizações de que o Brasil precisa, a eficiência no setor público de que o Brasil precisa. O Governo, gente, tem que cuidar de educação básica, de saúde e de segurança pública, focar no que é prioritário para todo brasileiro ter as mesmas oportunidades, todo brasileiro ter o direito de chegar lá. (VINICIUS POIT – 10/07/2019)

Uma característica dos discursos de parlamentares do Partido Novo é a devolução do recurso do Fundo Partidário⁷⁵:

Nós só queremos ter o direito de devolver. Nós defendemos liberdade! É um dinheiro que está parado, que pode ser usado para a educação, para a saúde, para a segurança. O Novo tem esse dinheiro parado. E que outro partido que tiver dinheiro parado e quiser devolvê-lo, que possa devolvê-lo também. Ninguém vai usar isso para constranger ninguém. Ninguém vai expor isso. Só queremos devolver um dinheiro que está parado na conta. (VINICIUS POIT – 02/04/2019)

Vinicius Poit finalizou os discursos do ano de 2019 com o reforço na defesa das pautas políticas que conduziram o deputado federal

Sr. Presidente, caros colegas, eu tenho uma pauta muito forte na defesa da inovação e da geração de emprego. Os quase 13 milhões de desempregados no Brasil não vão conseguir emprego num estalar de dedos. Não serão os grandes que vão empregar toda essa turma, e sim os pequenos, Daniel.

⁷⁵ Fundo que os partidos recebem para manter a estrutura partidária funcionando.

Mais de 50% das vagas de empregos no Brasil são os pequenos e os médios que geram, só que, para incentivarmos essa geração de emprego, precisamos de inovação, de um ambiente melhor para o empreendedor e de tirar o Governo do cangote desse empreendedor. (VINICIUS POIT - 11/12/2019)

Vinicius Poit cita todos os marcadores do campo econômico. Ele é a favor da política neoliberal e sua abordagem em torno da defesa da reforma tributária pretende alcançar a desburocratização para empresários e empreendedores. No campo social, ele defende Sergio Moro e o combate à corrupção, utiliza a defesa da educação como argumento para a aprovação das reformas e é a favor da concessão da base de Alcântara (com um discurso mais econômico no campo da política internacional). Contudo, apesar dos seus marcadores sociais serem sempre espaços para a retórica neoliberal, ele não demonstrou nenhum marcador progressista e algum viés conservador. É, portanto, um deputado neoliberal conservador.

5.3.26 Carlos Jordy (PSL)



Figura 25 – Nuvem de Palavras Carlos Jordy

Eleito vereador da cidade de Niterói nas eleições de 2016 pelo PSC, ganhou notoriedade por endossar o movimento “escola sem partido” e também ao enviar um ofício à administração central da Universidade Federal Fluminense para questionar a utilização dos banheiros femininos nos institutos por pessoas transexuais⁷⁶. Foi eleito deputado federal no PSL pelo estado do

⁷⁶ <http://aduff.org.br/site/index.php/noticias/noticias-recentes/item/2877-professores-aprovam-mocao-de-repudio-ao-vereador-carlos-jordy>

Rio de Janeiro no ano de 2018. Seu discurso de apresentação demonstra sua característica de envolvimento com as pautas no campo social:

Em 2016, eu fui eleito Vereador com 2.388 votos. Foi um período curto, mas muito intenso. Travei batalhas contra a ideologia de gênero, contra o aborto, fiscalizei um Prefeito petista que hoje está na cadeia e consegui chegar aonde estou. Fui o quarto mais votado no Estado. (CARLOS JORDY - 05/02/2019)

O deputado defende o movimento Escola sem Partido, que acredita que a educação está tomada por um pensamento unilateral, de esquerda e tenta retomar a pluralidade de ideias através da denúncia e exposição dos professores⁷⁷:

Não aguentamos mais o método Paulo Freire de ensino, o socioconstrutivismo, que está imbecilizando gerações, criando gerações de disléxicos, que mais tarde vêm ocupar os ambientes parlamentares, fazendo toda essa confusão na mente do brasileiro, causando todo esse alvoroço. (CARLOS JORDY – 20/02/2019)

Para ele, o orçamento das universidades não foi cortado, foi contingenciado. Mas o deputado mantém a opinião de que as universidades fomentam a balbúrdia:

A definição de balbúrdia, pelo dicionário, é confusão, desordem, barulho, ruído, grande desordem, confusão, sarapatel, tumulto e vozeria. Isso existe, sim, nas universidades! Aqui está a prova: "UFF aprova tese de doutorado sobre orgias gay". É para isso que serve uma universidade? Não é para isso que serve uma universidade! Outra: "UFF vai apurar denúncia de festa com ritual satânico, drogas e orgias". Isto foi publicado pelo G1. Isto aconteceu na UFF. (CARLOS JORDY– 15/05/2019)

Desde a sua atuação como vereador ele se alinhava às concepções mais extremistas do presidente Jair Bolsonaro, como a comemoração do Golpe de 1964:

Presidente, eu gostaria de parabenizar o Presidente Jair Bolsonaro por retomar as comemorações da contrarrevolução de 31 de março de

⁷⁷ <https://www.escolasempartido.org/>

1964, um momento em que o Brasil passava pela ameaça comunista, em que se tentou implantar, neste País, a ditadura do proletariado, financiados pela União Soviética e treinados em Cuba. Naquele momento, a população foi às ruas pedir que Jango fosse retirado da Presidência. Graças aos militares, hoje, nós não somos um Cubão. Viva os Militares! Viva o 31 de março! (CARLOS JORDY - 26/03/2019)

Ele defende a implementação de reformas que venham a otimizar e garantir menor intervenção estatal na economia e na vida dos indivíduos. Também acredita que o presidencialismo de coalizão é um problema para a gestão da máquina pública:

O Brasil que o povo brasileiro quer agora é um Brasil em que haja menos intervenção estatal, que seja a favor das reformas, da reforma da Previdência, da reforma penal, com o pacote anticrime do Moro, da reforma que propõe a MP 870/19, na forma como foi elaborada, e de outras reformas. O povo brasileiro votou em Jair Bolsonaro por causa dessas reformas, apostando numa mudança. (...)

Elegemos uma grande quantidade de Parlamentares alinhados a ele, mas, obviamente, não são maioria, muito menos os 513. O presidencialismo de coalizão ainda nos impede de fazer com que haja o rompimento com o antigo sistema da forma que queremos. (CARLOS JORDY - 28/05/2019)

Defendendo uma concepção repressora da sociedade e se justificando no sentimento e desejo da maioria da população, retoma debates sobre projetos rejeitados no Congresso Nacional, como o que propõe a diminuição da maioria penal:

Esse sujeito foi considerado inimputável porque nossa legislação é benéfica com menores de idade. Hoje ele volta ao noticiário por ter liderado uma rebelião num centro de saúde em São Paulo. Esse cidadão, que deveria apodrecer na cadeia, continua num *spa*, curtindo suas férias eternas e delinquindo.

Acredito que é hora de este Parlamento ter a coragem de avançar num pleito da sociedade, que na esmagadora maioria é a favor da redução da maioria penal. Devemos, sim, considerar este tema uma prioridade, já que é uma prioridade da nossa sociedade atual. (CARLOS JORDY – 04/09/2019)

Endossa a opinião de que se o Brasil vivenciar manifestações como as que estão acontecendo no Chile, deve-se coibir com repressão:

Sr. Presidente, nós temos visto uma série de protestos no Chile, os quais desencadearam uma verdadeira onda de barbárie, de

vandalismo. Ora, quem estaria por trás dessa onda de violência e de vandalismo? Os partidos de esquerda, que estão insatisfeitos com a retomada do poder na América Latina pela Direita, pelos conservadores.

Sr. Presidente, há Deputados e Senadores que estão incitando esse tipo de violência aqui no Brasil. Digo a V.Exas.: o Brasil não é o Chile. O Governo Bolsonaro não é um governo omissivo, como foram os governos anteriores. Não se atrevam! O Governo Bolsonaro está disposto a usar as Forças Armadas para reprimir qualquer tipo de violência, vandalismo ou barbárie que possa colocar a ordem pública em perigo. (CARLOS JORDY– 23/10/2019)

Valoriza o papel das redes sociais nas mudanças políticas que aconteceram na última eleição:

As redes sociais democratizaram a eleição e fizeram com que as pessoas conhecessem Jair Bolsonaro - o verdadeiro Jair Bolsonaro -, seus ideais, seus valores, tudo o que ele defende. O brasileiro se identificou com ele, porque não mais aguentava tanta podridão e tanto escárnio produzidos pela Esquerda em nosso País com o PT no poder, destruindo tudo o que há de mais precioso para nós, nossas famílias, nossos valores, e nos colocando à mercê de bandidos. (CARLOS JORDY – 30/10/2019)

É a favor do armamento da população e não acredita que a violência é estrutural contra a população negra:

Sr. Presidente, a Deputada que me antecedeu disse que nós defendemos armamento e eles, não. Engraçado é que há um vídeo em que ela fala que quer fazer um derramamento de sangue, que sem derramamento de sangue não há redenção. Eu queria saber como será feito esse derramamento de sangue? Sem armas? É isso o que eles querem?

Na verdade, eles não defendem o armamento da população para o cidadão de bem, mas, sim, para todos os asseclas deles e para os traficantes.

Quanto ao Deputado Coronel Tadeu, eu gostaria de parabenizá-lo por essa atitude, que foi uma afronta contra as instituições policiais...(Apupos.)

Queremos ver é a polícia matar bandido, independentemente de cor. (Tumulto no plenário.)

Se for negro... (CARLOS JORDY – 19/11/2019)

Em relação ao papel do Brasil na política externa brasileira, tem a concepção de que o país deve seguir se relacionando com os Estados Unidos e atuar para solucionar a crise da Venezuela:

Jair Bolsonaro é o Presidente de todos nós e está nos Estados Unidos falando com a maior e mais poderosa autoridade do mundo e fazendo um trabalho que acredito que nenhum Chefe do Executivo tenha feito

com a reforma da Previdência e em defesa do papel do Estado como indutor da economia ao criticar o novo marco legal do saneamento básico:

Sra. Presidente, Srs. Parlamentares, a Medida Provisória nº 868, de 2018, altera a Lei do Saneamento e favorece empresas privadas da área de saneamento - empresas que muitas vezes aumentam tarifas, não cumprem contratos, não realizam investimentos.

Essa medida favorece empresas em cidades grandes, em cidades onde vai haver um retorno financeiro. A maioria das cidades pobres, das cidades que não têm abastecimento, como é o caso no Estado do Amazonas, será prejudicada. Nós estamos vendo o caso de Manaus, onde ocorreu a privatização desse setor há 19 anos: parte dos bairros da cidade de Manaus não tem água e menos de 20% da cidade tem tratamento de esgoto.

Água não é mercadoria. Nós não podemos trabalhar com essa ótica. Água tem que ser um direito garantido pelo Estado. (JOSÉ RICARDO - 16/04/2019)

Em relação à reforma tributária, é defensor da implementação do imposto sobre grandes fortunas para que se possa investir no combate às desigualdades sociais e garantia dos direitos sociais básicos para os cidadãos:

Quanto às reformas, hoje, eu ouvi vários discursos e foi muito bem lembrado por alguns colegas Parlamentares que a primeira reforma que nós precisaríamos realizar seria a reforma tributária, que é um anseio antigo. Com certeza, nós temos que simplificar procedimentos da arrecadação do setor empresarial. Mas a realidade é que hoje os mais pobres, em média, pagam mais do que os mais ricos, aqueles que têm maior poder aquisitivo. Nós sabemos que na Constituição do nosso País todos os impostos estão previstos, mas há um que não foi regulamentado até hoje, que é o Imposto sobre Grandes Fortunas. (JOSÉ RICARDO – 14/03/2019)

Como é um deputado federal eleito pelo PT e pelo estado do Amazonas, seu discurso é muito carregado de críticas à gestão ambiental do governo federal. Ele defende uma política de preservação da Amazônia:

Uma das principais pautas que tem incomodado o atual Governo brasileiro diz respeito às dores da Amazônia, em que a Igreja e sua base denunciam as ameaças à vida, com a privatização dos recursos naturais, produção predatória, queimadas, desmatamento que atinge 17% da região, poluição das indústrias extrativistas, mudanças no clima, narcotráfico, tráfico de pessoas e a criminalização de líderes e defensores do território amazônico.

O mundo volta-se para a Amazônia, buscando sua proteção. Enquanto isso, o atual Governo rema na contramão, com discurso e políticas de incentivo ao desmatamento e às queimadas, exploração e mineração em terras indígenas, ataque às ONGs e demais instituições que historicamente sempre defenderam a floresta e seus povos,

promovendo ataques à realização do Sínodo, inclusive, infiltrando militares para promover a espionagem. (JOSÉ RICARDO – 30/10/2019)

Sua opinião é de que o Brasil está entregando sua soberania nacional pelos acordos unilaterais que ele faz com os EUA:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, as recentes decisões tomadas de forma unilateral pelo Presidente Bolsonaro (PSL) são um atentado à soberania do Brasil e mostram o despreparo do Presidente e, ao mesmo tempo, a subserviência do Governo aos EUA.

O Presidente assinou decreto que dispensa o visto de entrada no Brasil para turistas dos EUA, Canadá, Japão e Austrália, iniciativa que começa a vigorar a partir de junho deste ano. Os turistas poderão permanecer pelo prazo de 90 dias, que pode ser prorrogado por igual período.

Outra medida atentatória à soberania é o acordo de uso da base de lançamento de foguetes localizada em Alcântara, no Maranhão. Este acordo de salvaguardas tecnológicas para permitir o uso comercial da base foi assinado em Washington, mas precisa ser aprovado pelo Congresso Nacional. Com isso, os EUA poderão lançar satélites e foguetes a partir da base no Maranhão, em território nacional. (JOSÉ RICARDO – 19/03/2019)

Em seu discurso é explícita sua atuação em defesa do progressismo no âmbito social. Para ele, cuidar do futuro do país e garantir desenvolvimento social só será possível com maior investimento em educação:

E também não posso deixar de registrar, Sr. Presidente, este ato importante, o tsunami pela educação. A luta é claramente pelo direito à educação e contra o desmonte que está sendo feito no Brasil com os cortes de recursos para as universidades, para as instituições de pesquisa, para os institutos federais e as escolas técnicas. Esse grande retrocesso vai comprometer o futuro do País. O que dói mais e o que muita gente não sabe é que se retirou 1 bilhão de reais do Ministério da Educação para que o Presidente o repassasse, através de recursos, conforme prometeu, aos Deputados que votassem pela reforma da Previdência. (JOSÉ RICARDO – 13/08/2019)

Também no campo social, tem uma postura contrária à ampliação do porte de armas como solução para a violência. A flexibilização do porte de armas só trará mais violência e menos segurança:

Vários especialistas em segurança pública, tanto do Brasil quanto do mundo, já emitiram pareceres de que a flexibilização da posse e do porte de armas não reflete na melhoria da segurança das pessoas nem do País.

O Parlamento está cheio de Deputados e até Senadores que são ligados à segurança pública e que por definição deveriam pautar o debate da segurança pela via institucional, com políticas que de fato nos levassem à diminuição dos casos de violência. Se um Deputado que é militar defende a flexibilização da posse e porte de armas, isso significa dizer que ele próprio não é capaz de pautar a segurança pública, pois ele deveria ser o primeiro a ser contrário a essa proposta. É um atestado de incompetência quando militares lavam as mãos das funções para as quais recebem e foram designados, deixando a população a mercê da própria sorte, entre matar ou morrer. (JOSÉ RICARDO – 30/10/2019)

No campo econômico, é contrário à reforma da Previdência e ao novo marco legal do saneamento. Defende a reforma tributária e o imposto sobre grandes fortunas para resolver a desigualdade. No campo social, cita cinco marcadores, todos no campo do progressismo. Não cita a política de combate à corrupção, nem a questão de gênero, nem o regime militar. É um deputado progressista que defende o estado de bem-estar social.

5.3.28 Flordelis

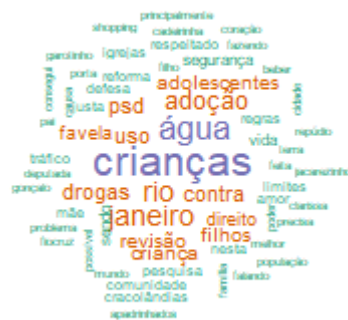


Figura 27 – Nuvem de Palavras Flordelis

Eleita deputada federal pela primeira vez em 2018 pelo estado do Rio de Janeiro, é evangélica e tem como principal pauta a adoção de crianças. É crítica à reforma da Previdência:

Presidente, eu não sou contra a reforma, mas ela precisa ser justa. Nós estávamos esperando que Paulo Guedes chegasse aqui e apresentasse algumas mudanças, porque essa reforma não pode cortar na carne do trabalhador, dos menos favorecidos. Ninguém está aqui falando que é contra. É necessária uma reforma, mas que seja

justa para o povo brasileiro, que seja justa para todo mundo, principalmente para o trabalhador. (FLORDELIS – 03/04/2019)

Atua em defesa das congregações evangélicas:

Não tem quem faça maior trabalho social nas comunidades do que as Igrejas Evangélicas, em resgate de vidas, em resgate dos dependentes químicos, principalmente dentro das cracolândias. O que estão fazendo contra as igrejas, contra as Santas Casas, contra as ONGs, contra as instituições é arbitrário demais. (FLORDELIS – 08/05/2019)

Atuante na pauta da adoção, repudiou em discurso o desfile de crianças para adoção em *shopping* do Cuiabá:

Quero aqui, Sr. Presidente, registrar também o meu repúdio contra o Shopping Cuiabá, que expôs crianças como se fossem animais. Eu, que ontem não consegui fazer o seminário a favor da adoção no País, registro aqui o meu repúdio contra esse *shopping*. Criança não é animal para ser exposta em passarela para ser adotada. Criança é gente e merece ser respeitada. (FLORDELIS - 22/05/2019)

É favorável ao novo marco legal do saneamento básico:

Então, gente, vamos embora, porque alguma coisa precisa ser feita para que o povo, realmente, tenha água. O poder público não está resolvendo esse problema. As empresas públicas não estão solucionando esse problema. Está chegando conta de água para se pagar, mas sem água para beber, sem água para fazer comida, sem água para tomar banho.

Vamos apostar que o que o Governo está fazendo vai ter resultado, porque pagar a mais pela água a população já está pagando quando compra carro-pipa, quando compra galão de água para beber e para fazer comida. A população carente já está pagando um pouco mais caro para poder ter água dentro de casa.

Este é um direito que todo mundo tem que ter: água. É um direito que todo mundo tem que ter para poder ter uma vida digna. (FLORDELIS – 17/12/2019)

No campo econômico, Flordelis é a favor do novo marco do saneamento – único marcador que ela cita, com argumento neoliberal de incapacidade de gerência do Estado. Ela não cita nenhum marcador do campo social. É uma deputada neoliberal e da representação de interesses.

5.3.29 Josimar Maranhãozinho

Diga-se de passagem, a Lei Kandir comete outro crime: a desindustrialização do País. O Brasil voltou à era pré-Vargas, Deputado José Ricardo, com 11,2% da indústria na participação da riqueza do País - já havia chegado a 33%.

Portanto, defendemos a revogação da Lei Kandir e o devido ressarcimento, para evitar o colapso nos serviços públicos dos Municípios e dos Estados! (REGINALDO LOPES – 06/08/2019)

Em relação às pautas econômicas, ele discursa sobre todos os projetos em discussão nesta dissertação. É contrário à MP da Liberdade Econômica, à aprovação do novo marco legal, à abertura de capital no setor aéreo e à aprovação da reforma da Previdência. Em seu discurso fica explícita sua concepção de defesa do estado de bem-estar social e sua visão sobre a destruição que o Governo de Jair Bolsonaro está fazendo desse estado:

A primeira promessa foi que o mundo todo, a partir da nova composição política, ia trazer todos os seus investimentos para o Brasil; e isso não se confirmou. Pelo contrário, agravamos a crise econômica do Brasil, a partir da crise política. Então, começa a destruição do Estado de Direito e do bem-estar social do País. (REGINALDO LOPES – 30/04/2019)

Ele também deixa explícita sua concepção do papel econômico do Estado. Acredita que somente o investimento público será capaz de trazer a tão necessária retomada do desenvolvimento econômico e social:

Quero fazer um registro sobre a necessidade de o Brasil voltar a fazer investimentos públicos e estratégicos para a retomada do crescimento econômico. O Brasil é hoje um país inacabado, há muitas obras inacabadas. Inclusive para diminuir o Custo Brasil, são necessários mais investimentos no campo educacional, para ajudar no processo de reindustrialização do Estado brasileiro. Diga-se de passagem, o IBGE acabou de anunciar que a nossa indústria voltou à época pré-Vargas, com participação de 11,2% no PIB. Nós estamos desindustrializando totalmente o País. (REGINALDO LOPES – 21/05/2019)

Em relação ao campo social, também discursa sobre todos os eixos aqui analisados. Contudo, dá mais ênfase à questão da desigualdade. É contrário ao corte na educação, pois entende que o corte é motivado por questões de interesses políticos e não por problemas nas instituições de ensino, como a ineficiência ou a baixa produtividade:

Este é o protagonismo político que a sociedade espera de um Parlamento. É inaceitável que a Câmara, o Senado, o Congresso

brasileiro vote um Orçamento, e o Ministro, por perseguição ideológica, resolva meter a mão em 30% dos recursos da educação brasileira. Não foi nem corte, desapareceram no sistema 30% do Orçamento das universidades e das escolas técnicas federais, por perseguição política. (REGINALDO LOPES – 14/05/2019)

Tem postura crítica ao ministro Sergio Moro e à operação Lava Jato, pelo seu caráter seletivo de investigação:

Olhem que engraçado: como Juiz, ele não poderia ser sensacionalista, só poderia falar nos autos; no entanto, falava todos os dias sobre todos os casos - já está comprovado que ele acabou com a equidistância entre o julgador e o acusador, cometendo um crime, rasgando a Constituição, fazendo a República de Curitiba e criando a própria Lei Moro. Hoje, na condição de Ministro, ele diz que não pode falar. Agora, como Ministro, é que ele tem a obrigação de falar - sobre o Queiroz, sobre o escritório do crime no Rio, sobre as milícias, sobre os depósitos na conta da Primeira-Dama Michelle Bolsonaro. (REGINALDO LOPES – 19/06/2029)

Faz duras críticas ao projeto de armamento da população. Para o parlamentar, a segurança pública não melhora com mais violência e mais armas:

Sr. Presidente, é lamentável que o Governo de tantos fanáticos, que desrespeita a ciência e as pesquisas, tenha conseguido levar para uma campanha eleitoral a ideia de que o cidadão de bem precisa de arma - apesar de que essas palavras "cidadão de bem" estão cada dia mais desgastadas por aqueles que as defendem.

De fato, o que está por trás deste debate é, na verdade, a privatização do sistema de segurança pública brasileiro. O sistema está totalmente falido, e agora querem entregar para o cidadão a responsabilidade pela própria defesa. Mas as estatísticas comprovam o contrário: quanto mais armas, mais mortes.

E agora nós queremos, então, armar o resto da população brasileira, porque não se consegue resolver o problema da ineficiência da segurança pública no Brasil. Isso é um crime! Isso é um absurdo! Essa privatização da segurança pública é uma irresponsabilidade! (REGINALDO LOPES – 30/10/2019)

Em seus discursos, é contra todos os marcadores no campo econômico, assim como defende a reforma tributária para resolver as desigualdades. Sendo assim, se alinha ao estado de Bem Estar social. Não cita a questão de gênero, nem a questão internacional, mas em todos os outros projetos ele defende os marcadores progressistas. É um deputado progressista que defende o estado de bem-estar social.

6. Conclusão: A ideologia como Instrumento do Poder

Quando identificamos o perfil geral dos Deputados Federais analisados, um aspecto relevante é que dos trinta deputados analisados, um total de vinte compõe a bancada da renovação. Isto é, eles estavam cumprindo seu primeiro mandato na Câmara dos Deputados⁷⁸ no ano de 2019. Em sua maioria, quando vão ao plenário, fazem um primeiro discurso como uma forma de apresentação da sua agenda de participação.

Esses deputados deixam mais explícito, tanto na nuvem de palavras como na dinâmica das falas durante o ano, as atividades e os assuntos que eles vão desenvolver e se envolver enquanto parlamentares. Isso pode demonstrar um perfil de representante político que utiliza conceitos chaves e assuntos marcantes em seus discursos, assim como demonstrar a importância de uma identidade discursiva mobilizada pelo deputado em sua eleição.

Quando vamos aos temas abordados pelos deputados, o maior destaque é para a reforma da Previdência, que dominou a agenda política do Congresso Nacional no ano de 2019. É possível de identificar esse destaque pela presença no discurso de 22 deputados dos 30 analisados (Apêndice 1) e como uma das palavras mais proferidas. A conjuntura política favoreceu a discussão pois a reforma da previdência foi um dos principais objetivos do governo e, portanto, de sua base de apoio. Apesar dos esforços e vitórias que a oposição valorizava nos discursos de seus componentes, a reforma foi aprovada em seus dois turnos. Nos discursos, isso é identificado como uma importante união de agenda entre o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM), que atuou para a sua aprovação⁷⁹, os deputados de sua influência e o Governo Federal.

No campo econômico, além da reforma da Previdência, os temas analisados foram os seguintes projetos: MP 881 da Liberdade Econômica, novo marco legal do saneamento, a abertura do capital do setor aéreo e a reforma

⁷⁸ Os deputados aqui analisados são os que foram eleitos deputados federais pela primeira vez na vida, tendo alguns exercido funções de vereador, deputado estadual e prefeito nas suas respectivas cidades e estados.

⁷⁹ Um discurso que demonstra bem essa união é o discurso do líder do PSL, Delegado Waldir onde ele saúda o papel do Rodrigo Maia na aprovação da Reforma da Previdência. Discurso feito em 10/07/2019.

tributária. Os deputados que se posicionaram a favor da aprovação das propostas foram identificados como neoliberais na economia, enquanto os deputados que se manifestaram contrários às proposições foram identificados como defensores do estado de bem-estar social.

Nenhum deputado apresentou marcadores contraditórios, isto é, discursou em defesa do campo neoliberal em uma proposta de lei, e, em outra, discursou a favor do estado de bem-estar social. O que aconteceu é que alguns deputados não se manifestaram sobre nenhum dos temas em seus discursos. A média de Deputados Federais que discursaram sobre um dos temas foi um total de doze (12) em vinte sete (27) analisados. Além disso, como demonstra a tabela 6, alguns deputados somente falaram sobre a reforma da Previdência:

Tabela 6. Divisão dos deputados por campo econômico

Neoliberal	Bem-Estar Social	Não cita
Eduardo Bolsonaro (PSL) *	João Campos (PSB) *	Celso Russomanno (PRB)
Joice Halssemann (PSL)	Marcelo Freixo (PSOL)	Hélio Lopes (PSL)
Kim Kataguiri (DEM)	Pastor Sargento Isidoro (AVANTE)	Sargento Fahur (PSD)
Delegado Waldir (PSL) *	Sâmia Bonfim (PSOL)	Capitão Wagner (PROS)
Capitão Augusto (PR) *	Alessandro Molon (PSB)	Felipe Franceschini (PSL)
Pastor Marco Feliciano (Pode) *	Gleisi Hoffmann (PT)	Marcelo Álvaro Antônio (PSL)
Baleia Rossi (MDB)	Célio Studart (PV)	
Vinicius Poit (NOVO)	José Ricardo (PT)	
Carlos Jordy (PSL) *	Reginaldo Lopes (PT)	
Flordelis *(PSD)	Tabata Amaral (PDT) **	
Marcel Van Hattem (NOVO)		

Elaboração Própria

* Os deputados que estão marcados com um asterisco só citaram em seus discursos a reforma da Previdência.

** A deputada protagonizou um importante fato político, pois foi contra a orientação do seu partido e votou a favor do relatório final da reforma da Previdência. Contudo, em seus discursos, tenta mediar algumas alterações no projeto e demonstra preocupação com o impacto social da proposta.

A diminuição expressiva dos discursos sobre os outros assuntos da pauta econômica pode ter sido um efeito da dominação da agenda por parte da reforma da Previdência. Outra explicação plausível é de que a não manifestação a cerca de um tema ocorre em decorrência do perfil de cada Deputado Federal analisado. Esse perfil de parlamentar que prioriza a discussão em torno dos procedimentos institucionais ou em torno das pautas sociais condiciona diferentes níveis de envolvimento com os antagonismos discursivos apresentados no campo econômico.

O aspecto relevante é que a defesa da agenda econômica é feita com coesão dentro dos que defendem os antagonismos aqui levantados: neoliberalismo e o estado de bem-estar social. Apesar de não tratarmos dos resultados das votações, que poderiam nos mostrar a capacidade dos grupos políticos de influenciarem o projeto final ou de votarem contrários aos seus discursos, os sinais são de coerência.

Quem defende as pautas neoliberais, ao discursar em plenário, defende essas suas opiniões do início ao fim, sem espaço para debate ou mudança de opinião. Conforme os projetos de lei vão sendo analisados e votados pelos Deputados Federais, observamos a mesma postura daqueles que defendem políticas públicas do estado de bem-estar social. Contudo, sempre existem nuances. Uma delas é observada no discurso do Capitão Wagner (PROS-CE), apoiador do Presidente Jair Bolsonaro, que tem uma postura crítica em torno do projeto da reforma da Previdência que está sendo votada.

Outra pauta econômica que apareceu com frequência, e se diferencia no aspecto da análise das outras pautas que foram aqui consideradas é a reforma tributária. Essa política pública é reivindicada por alguns deputados, apesar disso, defender ou ser contra a reforma tributária não diz muito. Todos os Deputados Federais que a citam são a favor. O que acontece é que os objetivos e as motivações com a reforma tributária são distintos, assim como as opiniões sobre como ela deve ser feita.

No campo neoliberal, citada pelo Marcel Van Hattem (NOVO-RS) e Vinicius Poit (NOVO-SP), o objetivo da reforma tributária deve ser diminuir o tamanho do Estado e o peso dos impostos em cima dos trabalhadores. No campo do bem-estar social, a reforma tributária tem como objetivo diminuir a desigualdade econômica tendo como foco a taxaço das grandes fortunas, citada por José Ricardo (PT-AM) e Alessandro Molon (PSB-RJ).

Outra questão pertinente é que a retórica ideológica, isto é, a argumentação do outro contrário a você é considerada “ideológica” no sentido negativo (falsa, manipulada), e a sua não, não é utilizada na discussão sobre os marcadores econômicos. Isto é, poucos são os deputados que tratam a visão sobre a economia como uma ideologia. O deputado federal José Ricardo (PT-AM) faz uma reflexão sobre isso em seu discurso. O que é uma indagação pertinente, pois como demonstramos nesse trabalho, as opções de gestão econômica do país devem ser tratadas como opções ideológicas.

À primeira vista, identificamos um equilíbrio entre os antagonismos discursivos econômicos analisados no ano de 2019, dentro dos Deputados Federais mais votados do Brasil. Onze deputados discursaram a favor do neoliberalismo e dez representantes discursaram em defesa do estado de bem-estar social. Contudo, uma importante consideração é que, em sua maioria, os deputados que não citaram nenhum dos marcadores econômicos aqui analisados, estiveram, em 2019, dentro do governo de Jair Bolsonaro⁸⁰.

A análise dos deputados no campo social é derivada de uma complexidade analítica maior. Os três aspectos da análise⁸¹: opinião sobre os movimentos pós industriais, opinião sobre a política internacional e concepção sobre a desigualdade, se ramificaram em sete grandes discussões, que estão sistematizadas no resumo dos marcadores sociais que pode ser encontrado no Apêndice 4⁸².

Na tabela 7 acessamos o resultado da divisão dos Deputados Federais por campo social:

⁸⁰ Na base do Governo dentro da Câmara Federal

⁸¹ Tabela 2, Capítulo 4. Pag.

⁸² Essas discussões são aprofundadas no Capítulo 5. Seção 5.2.2

Tabela 7. Divisão dos deputados por campo social

Conservador	Progressistas	Não Cita
Eduardo Bolsonaro (PSL)	João Campos (PSB)	Celso Russomanno (PRB)
Joice Hasselmann (PSL)	Marcelo Freixo (PSOL)	Felipe Franceschini (PSL)
Marcel Van Hattem (NOVO)	Pastor Sargento Isidoro (AVANTE)*	Marcelo Álvaro Antônio (PSL)
Sargento Fahur (PR)	Tabata Amaral (PDT)	Flordelis (PSD)
Delegado Waldir (PSL)	Sâmia Bonfim (PSOL)	Hélio Lopes (PSL)
Capitão Augusto (PR)	Alessandro Molon (PSB)	
Pastor Marco Feliciano (Pode)	Gleisi Hoffmann (PT)	
Baleia Rossi (MDB) **	Célio Studart (PV)	
Vinicius Poit (NOVO) ***	José Ricardo (PT)	
Carlos Jordy (PSL)	Reginaldo Lopes (PT)	

Elaboração Própria

* Apesar de discursar contra o Estatuto da Família do Século XXI, diversos outros discursos demonstraram um viés progressista. Ele é contrário ao porte de armas, contrário à comemoração da ditadura militar, contrário ao apoio indiscriminado à Lava Jato e Sergio Moro, assim como defende a educação e o combate às desigualdades sociais.

** O deputado defendeu a Lava Jato e o papel do Sergio Moro.

*** O deputado defendeu a Lava Jato, o papel do Sergio Moro e é a favor da política de aliança com os Estados Unidos com a concessão de uso da base de Alcântara.

****Em relação às ausências na tabela, elas podem ser explicadas pela incongruência observada nos discursos de alguns deputados. O deputado Capitão Wagner (PROS-CE) é um deputado que tem dois marcadores contraditórios dentro da subdivisão Combate à Desigualdade: é contrário ao porte de armas e a favor da Lava Jato e de Sergio Moro. Por isso, ele não foi colocado em nenhum dos antagonismos do campo social. O deputado Kim Kataguiri (DEM-SP) também apresenta marcadores conflitantes entre si, que impossibilitam a afirmação de sua inserção em um dos dois campos discursivos sociais aqui formulados.

Em relação a essas discussões, há uma enorme heterogeneidade na abordagem por parte dos representantes analisados. Os defensores dos marcadores progressistas são mais coesos, pois embora não citem todos os pontos das discussões analisadas dentro do campo social, poucas

personalidades vinculadas ao progressismo⁸³ defendem alguma política pública considerada conservadora. Dentro do campo conservador, a situação adquire uma nova forma. A subdivisão dos três campos antagônicos que foram construídos para a análise e retomados acima, nos ajudou a percorrer o caminho dos discursos e identificar os perfis que se sobressaíram no ano de 2019.

Os discursos que abordavam o antagonismo em torno das pautas dos movimentos pós-industriais como mulheres, meio ambiente, LGBT, negros e negros foi identificada nos discursos de poucos deputados. Foram eles: Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), Sâmia Bonfim (PSOL-SP), Pastor Sargento Isidoro (AVANTE-BA), Carlos Jordy (PSL-RJ) e Pastor Marco Feliciano (PODE-SP).

O aspecto do alinhamento aos EUA e a crítica ou defesa da agenda da política internacional do Governo Federal foi citada pelos deputados Marcel Van Hattem (NOVO-RS), Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), Marcelo Freixo (PSOL-RJ), Sâmia Bonfim (PSOL-SP), Alessandro Molon (PSB-RJ), Gleisi Hoffmann (PT-PR), Carlos Jordy (PSL-RJ), Vinicius Poit (NOVO-SP) e José Ricardo (PT-AM)

O conflito que se destacou foi o terceiro aspecto analisado: a disputa em torno da desigualdade. Do lado conservador, os parlamentares que olham a desigualdade como natural, separam-na da questão socioeconômica e baseiam-se, principalmente, no aspecto comportamental dos indivíduos. Portanto, os conservadores que são motivados pelos ideais de hierarquia e ordem, praticam um discurso de repressão.

Essa repressão é expressa no apoio incontestado à operação Lava Jato e no apoio aos projetos de endurecimento da repressão, como ampliação da legítima defesa⁸⁴ e defesa de políticas de encarceramento da população. A

⁸³ Que citam marcadores progressistas em sua maioria.

⁸⁴ “Art. 25 - Entende-se em legítima defesa quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984) Parágrafo único. Observados os requisitos previstos no caput deste artigo, considera-se também em legítima defesa o agente de segurança pública que repele agressão ou risco de agressão a vítima mantida refém durante a prática de crimes. (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019) Código Penal acesso em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm

defesa dessas pautas determinou a principal agenda que unificou o campo conservador no ano de 2019: a defesa de um projeto estrutural e institucionalizado da repressão, um Estado Penal (WACQUANT, 1999). Isto é, políticas públicas que incentivam o endurecimento do encarceramento, a flexibilização da política de armamento - com o aumento das categorias que tenham acesso ao porte de armas- e a defesa incontestada do combate à corrupção. O Estado mínimo que esses deputados defendem é o Estado mínimo da repressão:

Indo um pouquinho mais à frente, eu sou a favor de privatizações, sou a favor de enxugar o tamanho do Estado, mas esses profissionais fazem parte do Estado mínimo. Eu tenho muito medo, Sr. Presidente, de que, numa discussão de privatização, uma organização criminosa de grande porte venha a ganhar uma licitação. Então, acredito que serviços como portaria, lavanderia, cozinha possa ser terceirizados. Mas esses profissionais têm que ser, sim, contratados e mantidos pelo Estado, porque são atividade-fim do Estado. (EDUARDO BOLSONARO – 09/10/2019)

No campo progressista, a leitura sobre a desigualdade entre os indivíduos foi dominada por uma abordagem econômica. Os progressistas são contra a desigualdade e acreditam que o Estado deve atuar, por meio de políticas públicas, para enfrentar as diferenças sociais e econômicas, o que para eles é interligado. Os deputados progressistas defendem a adoção de políticas públicas de investimento em educação e distribuição de renda, como a forma de enfrentar e resolver os conflitos.

No campo social, todos os deputados federais progressistas analisados citaram os Ministros do Governo de Jair Bolsonaro. Os Deputados Federais discursavam sobre as declarações dos ministros: Damares Alves, Ricardo Salles, Sérgio Moro, Ricardo Vélez e Abraham Weintraub. Todos supracitados foram focos da discussão e de denúncia por parte dos parlamentares. É provável que a escolha desses representantes tenha sido feita como uma forma de defender a agenda social do Governo e antagonizar com o campo ideológico do progressismo.

Ao fazer a composição dos perfis ideológicos dos Deputados Federais (Tabela 8) temos um total de sete perfis diferentes, alguns deles com só um deputado:

Tabela 8 - Composição ideológica

Neoliberal/ Conservador	Conservador /Neoliberal	Progressista/ Estado de Bem Estar Social	Representação de Interesses	Neoliberal	Progressista	Conservador
Joice Hasselmann	Eduardo Bolsonaro	João Campos	Celso Russomanno	Kim Kataguri	Tabata Amaral	Helio Lopes
Vinicius Poit	Carlos Jordy	Reginaldo Lopes				Sargento Fahur
Baleia Rossi	Capitão Augusto	José Ricardo				
Marcel Van Hattem	Marco Feliciano	Gleisi Hoffmann				
Flordelis	Delegado Waldir	Célio Studart				
		Alessandro Molon				
		Samia Bonfim				
		Marcelo Freixo				

Elaboração Própria

* Os Deputados Pastor Sargento Isidoro, Capitão Wagner, Marcelo Álvaro Antônio e Felipe Franceschini não nos deram elementos precisos para que possam ser adicionados nessa tabela.

Há duas sincronias principais, uma em relação aos deputados que apresentam discursos neoliberais na economia e conservadores no campo social e outro nos discursos dos deputados que defendem o estado de bem estar social na economia e o progressismo no campo social. Dividir os deputados que apresentaram a primeira sincronia descrita acima entre - neoliberal/conservador e conservador/neoliberal- foi uma necessidade da realidade. A observação dos discursos demonstrou que os deputados, em um cômputo geral dos discursos, dedicavam maior parte da sua intervenção em um aspecto do que no outro.

Como esses deputados foram deputados ligados ao Governo Federal, que tinha uma agenda específica no campo da economia, o que apareceu foi um discurso protocolar e fora do centro da discussão político do representante analisado. Por um outro lado, a defesa do progressismo no campo social e do

Estado de Bem estar social não foram passíveis de separação. Nenhum deputado defendeu o Estado de Bem Estar Social e defendeu pautas conservadoras ou não citou nenhuma pauta do campo social.

Um aspecto da forma discursiva observada nos discursos dos deputados do campo Conservador/Neoliberal é a hostilidade ao sistema político e seus procedimentos, o poderia ser compreendida pela ascensão dos políticos *outsiders* (LEVITISKY e ZIBLATT, 2018). Eles seriam políticos anti-*establishment* que, “afirmando representar a ‘voz do povo’, entram em guerra contra o que descrevem como uma elite corrupta e conspiradora” , denunciando que o sistema político eleitoral foi sequestrado, corrompido e fraudado pela elite.

Contudo, neste trabalho, observamos que o discurso de “acabar com os políticos tradicionais” é mais utilizado como retórica do que como verdade objetiva. Os deputados que discursam contra a elite política e compõem o campo Conservador/neoliberal são personalidades políticas que não ascenderam às suas cadeiras da representação legislativa somente nessa eleição. Eles são personalidades que tiveram uma trajetória política de ascensão a partir de mandatos anteriores de deputado estadual, federal e vereador, ou da disputa prévia de outras eleições, sem haverem sido eleitos, onde adquiriram visibilidade política. Dos onze deputados compreendidos como conservadores no campo social, somente dois deles se elegeram diretamente para deputado federal sem experiência prévia de cargo ou disputa em eleição: Joice Hasselmann (PSL-SP) e Vinicius Poit (NOVO-SP)., e eles estão caracterizados como Neoliberais\Conservadores.

A disputa da direção do Estado sempre orientou politicamente as ações dos grupos organizados no Brasil. Este trabalho não fica longe dessa concepção. Os parlamentares aqui analisados têm, em sua maioria, uma agenda de participação voltada a defender ou rejeitar as propostas que vêm do Executivo Federal. Poucos são os deputados que conseguem ter uma agenda própria.

O perfil de Deputado Federal ligado à representação de interesses (BOBBIO, 2000) diz respeito à defesa de bandeiras específicas de um grupo, uma classe, uma categoria ou até uma pauta dos movimentos pós-industriais,

como a preservação do meio ambiente e políticas públicas voltadas às mulheres. O que poderia ser visto como um problema para o alcance de uma democracia plena, pois o parlamento torna-se uma disputa pela garantia da realização dos interesses corporativos, não é observado nos discursos analisados nesse trabalho.

O deputado Célio Studart (REDE-CE), por exemplo, que é o único que defende o direito dos animais em seu discurso, não teve sua atuação política pautada somente em torno dessa bandeira. Ele se envolve em outras articulações e na defesa do Estado de Bem Estar social no campo da economia. O deputado Celso Russomanno (PR- SP) é o único deputado que em seu discurso fortalece somente a sua pauta de atuação – defesa do consumidor- e não se envolve em nenhum dos antagonismos aqui analisados.

Um dos fatores observado através dos dados utilizados nesta dissertação é a ausência de possibilidade do convencimento entre as partes. Isto é, somente um deputado (Pastor Sargento Isidoro - Avante) mudou de opinião durante as discussões de um projeto. Portanto, embora os parlamentares não representem interesses corporativos da sua base e apenas alguns deles demonstrem uma agenda específica em torno de uma pauta visível que os elegeram, os deputados não estão na Câmara Federal para, a partir da troca de ideias, mudarem suas opiniões e chegarem a consensos sobre políticas públicas que busquem alcançar o bem comum.

Os deputados chegam ao plenário com suas opiniões formadas tendo base na sua ideologia política e respondendo aos apelos dos cidadãos que os elegeram. Certamente essas opiniões políticas e os posicionamentos dos parlamentares podem mudar. Mas a tendência é que a mudança não ocorra dentro do parlamento, através do debate de ideias, e sim por necessidades externas e conjunturais que influenciem a opinião pública e seus apoiadores.

Nessa dissertação, pudemos analisar os discursos dos dois maiores partidos do parlamento: PSL e PT. Eles não são importantes só por serem os maiores partidos, mas também porque orientam a disputa no atual grau de polarização político e social que vivemos. O PSL é um partido novo que alcançou muito protagonismo e representatividade na eleição de 2018, tendo sete deputados dentre os trinta aqui analisados. Nenhum dos seus

parlamentares apresentou marcadores progressistas no campo social ou uma defesa do estado de bem-estar no campo econômico.

O PSL e seus representantes têm uma forte característica conservadora no campo social. Quando olhamos do ponto de vista do campo econômico, se não fosse a reforma da Previdência, que era uma agenda de governo, somente Joice Hasselmann (PSL-SP) teria citado um marcador econômico. Isso significa que, apesar de não apresentar um marcador de discurso no campo do estado de bem-estar, não há uma ampla defesa dos marcadores neoliberais na economia. É consequência da análise a compreensão de que a atuação dos parlamentares é baseada na discussão e elaboração sobre os temas do campo social.

Em relação ao PT, como característica da esquerda de responder aos problemas sociais com a formulação sobre a agenda econômica, é notório o seu envolvimento com as políticas públicas de bem estar social e a preocupação no discurso dos deputados com o combate à desigualdade social. A retórica dos deputados no campo econômico é de comparação dos índices de desemprego, de crescimento da economia, entre outros, do governo de Jair Bolsonaro com os anos de governo do PT. Todos os deputados do PT aqui analisados compõem o campo do progressismo social e são protagonistas na defesa do combate à desigualdade socioeconômica. Contudo, os deputados conservadores sempre fazem a réplica ao PT com a crítica: *E todo o tempo que vocês tiveram no poder? Por que não o fizeram?*

A partir dos discursos dos deputados aqui analisados, identificamos como os parlamentares deixaram transparecer a ideologia política que os elegera e que orienta sua ação política cotidiana. É fundamental conhecermos cada vez mais os caminhos que moldam as ideologias do nosso tempo, para, assim, podermos compreender as opções políticas que estão por vir.

As ideologias políticas não são individuais, elas fazem parte de um campo político que compartilha valores e interesses. Esta dissertação traz reflexões para estudos futuros. Quais foram os valores e interesses que orientaram a discussão das políticas públicas em outro tempo histórico? Os partidos políticos reorientarão sua agenda política ou continuarão fiéis na sua

atuação parlamentar durante os diferentes períodos legislativos? Isso só o tempo poderá nos dizer.

7. REFERÊNCIAS

- AARTS, Kees, BLAISANS, André e SCHMITT, Hermann. **Comparative politics, political leaders and democratic elections**. Oxford University Press, 2013.
- ADORNO, Theodor W. **O conceito de iluminismo** in Textos Escolhidos. Editora Nova Cultural.
- ALEXANDER, Jeffrey C. **Vociferando contra o iluminismo: a ideologia de Steve Bannon**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. – v.8, n.3
- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos do Estado** [1970]. Editorial Presença/ Martins Fontes.
- AVELINO, George, BIDERMAN, Ciro e BARONE, Leonardo S. **Articulações Intrapartidárias e Desempenho Eleitoral no Brasil**. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 55, no 4, 2012, pp. 987 a 1013.
Acessado em: <<https://www.scielo.br/pdf/dados/v55n4/v55n4a05.pdf>>
- BERMAN, Sheri. **The Primacy of Politics**. Social Democracy and the Making of Europe's Twentieth Century. Cambridge University Press. Nova York, 2009.
- BOTTOMORE, Tom e OUTHWAITE, William, **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro, Zahar, 1996.
- BRANDÃO, Gildo Marçal. **Linhagens do Pensamento Brasileiro**. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol.48, nº 2, 2005, pp.231 a 269.
- BOBBIO, Norberto. **O Futuro da Democracia**. 11ªed. Tradução Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- **DIREITA E ESQUERDA: Razões e significados de uma distinção política**. Tradução Marco Aurélio Nogueira. 2ª Reimpressão. Editora da Universidade Estadual Paulista. São Paulo, 1995.
- BURKE, Edmund. **Reflexões sobre a Revolução em França e sobre os Procedimentos de Certas Sociedades em Londres em Relação a esse Evento**. Tradução de língua Inglesa para língua Portuguesa de Herculano de Lima Einloft Neto. Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 2012.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil. O longo Caminho**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CEPÊDA, Vera Alves. **A Nova Direita no Brasil: contexto e matrizes conceituais**. Dossiê - Interpretações do Brasil contemporâneo; 2018

CHALOUB, Jorge e PERLATTO, Fernando. **Intelectuais da “nova direita” brasileira: ideias, retórica e prática política**. 35º Encontro Anual da ANPOCS, 2015.

Acessado em: <<https://anpocs.com/index.php/encontros/papers/39-encontro-anual-da-anpocs/gt/gt19/9620-intelectuais-da-nova-direita-brasileira-ideias-retorica-e-pratica-politica/file>>

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL. 1988.

Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Visto em: 09.04.2020

DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Tradução: Mariana Echalat. São Paulo. Boitempo. 2016.

DE TRACY, Destutt. **Elementos de Ideologia. Primeira Parte. A ideologia propriamente dita**. Prefácio da Edição de 1804. Trazido (Nuno Melim) a partir do texto da terceira edição 1817.

Disponível em:

<https://fr.wikisource.org/wiki/Éléments_d'idéologie/Première_partie/Préface>

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ASSESSORIA PARLAMENTAR (DIAP). **Pesquisa sobre Reeleição**.

Disponível em: <<http://www.diap.org.br/index.php/noticias/agencia-diap/27902-mais-de-90-dos-deputados-disputarao-a-reeleicao>>. Acesso em: 30 jul. 2019

DIAS, Márcia. **Da capilaridade do sistema representativo**. Em busca da legitimidade nas democracias contemporâneas. Civitas. Revista de Ciências Sociais, v. 4. n. 2, jul.-dez, 2004.

DOWNS, Anthony. **Uma Teoria Econômica da Democracia** | Anthony Downs; tradução Sandra Guardini Teixeira Vasconcelos. - 1 cd. 1 reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; 2013.

EAGLETON, Terry. **Ideologia. Uma introdução**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Editora Boitempo; 1997.

Engels, Friedrich. **O Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem**. 2004.

Disponível em:

<<https://www.marxists.org/portugues/marx/1876/mes/macaco.html>>. Visto em 23.04.2020

ESPING-ANDERSEN, Gosta. **The three Worlds of Welfare Capitalism**. . Cambridge: Polity Press; 1991.

FELDMAN, S., & Johnston, C. (2013). **Understanding the Determinants of Political Ideology**: Implications of Structural Complexity. *Political Psychology*, 35(3), 337–358. doi: 10.1111/pops.12055

FIGUEIREDO, Carlos. **Discursos históricos**. 5ª Ed. Editora Leitura; 2002.

FOULCAUT, Michel. **A ordem do discurso**. Aula inaugural do Collège de France, Pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Edições Loyola. 5ª Edição: setembro de 1999. São Paulo, Brasil.

GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a organização da cultura**. Tradução de CARLOS NELSON COUTINHO. 4ªEd. Editora Civilização Brasileira. S.A. Rio de Janeiro, 1982.

HIRSCHMAN, Albert O. **A retórica da intransigência**: perversidade, futilidade, ameaça. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

HEYWOOD, Andrew. **Ideologias políticas, [v.1]**: do liberalismo ao fascismo. São Paulo: Ática, 2010.

HOBBS, Thomas. **Leviatã, ou Matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. Organizado por Richard Tuck; edição brasileira supervisionada por Eunice Ostrensky; tradução João Paulo Monteiro, Maria Beatriz Nizza da Silva. 2ª Ed. São Paulo. Martins Fontes, 2008.

IBOPE, **Pesquisa Nível de confiança no Brasil**, 2018.

INSTITUTO DA DEMOCRACIA E DA DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO. **A cara da democracia**. Relatório N.3 de divulgação de pesquisa nacional realizada pelo Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT). Junho 2018.

KAYSEL, André. **Regressando ao regresso**: elementos para uma genealogia das direitas brasileiras. In **Direita, volver! : o retorno da direita e o ciclo político brasileiro** / Sebastião Velasco e Cruz, André Kaysel, Gustavo Codas (organizadores). – São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

LACLAU, Ernesto e MOUFFE, Chantal. **Hegemony and Strategy: Towards a Radical Democratic Politics**. 2ª ed. Great Britan: Verso, 2001.

LATINOBARÔMETRO. **Informe 2018**. Santiago, 2018. Disponível em: <www. latinbarometro.org>. Acessado em 14 jul. 2019.

LELKES, Y. (2016). **Mass Polarization**: Manifestations and Measurements. *Public Opinion Quarterly*, 80(S1), 392–410. doi:10.1093/poq/nfw005
LEVITISKY, Steven e ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Zahar, 2018. Acessado em : <http://dagobah.com.br/wp-content/uploads/2019/02/Como-as-Democracias-Morrem-Sтивен-Levitsky.pdf> >

LOCKE, John. **Segundo Tratado Sobre o Governo Civil**. 1681. Tradução: Magda Lopes e Marisa Lobo da Costa. Editora Vozes. Visto em: 17.05.2020 Disponível em: <<https://fpa2014.files.wordpress.com/2014/01/john-locke-segundo-tratado-sobre-o-governo.pdf>>

MAINWARING, Scott e TORCAL, Mariano. **Teoria e institucionalização dos sistemas partidários após a terceira onda de democratização**. OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, Vol. XI, nº 2, Outubro, 2005, p. 249-286.

MANIN, Bernard. **As metamorfoses do sistema representativo**. Tradução: Vera Pereira. Rev. bras. Ci. Soc. v.10 n.29 São Paulo out. 1995.

MARSHAL, T. H. **Cidadania, Classe social e Status [1963]**. Zahar Editores. Rio de Janeiro, 1967. Tradução Meton Porto Gadelha.

MARX, Karl. **Crítica do Programa de Gotha**. Editora Boitempo. São Paulo. 2012.

----- . **Contribuição à crítica da economia política**. tradução e introdução de Florestan Fernandes.~2.ed. - São Paulo : Expressão Popular, 2008 .

----- . Manifesto do Partido Comunista. 1. ed. – São Paulo : Expressão Popular, 2008.

MATOS, ILMAR Rohloff de. **O tempo Saquarema**. São Paulo HUCITEC; [Brasília, DF]: INL, 1987.

MESSEMBERG, Débora. **A direita que saiu do armário**: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros - Revista Sociedade e Estado – Volume 32, Número 3, setembro/dezembro 2017.

MIGUEL, Luís Felipe. **Capital político e carreira eleitoral**: algumas variáveis na eleição para o congresso brasileiro. 2003.

_____. **Democracia e Representação**. Territórios em disputa. 2014. Editora UNESP.

NICOLAU, Jairo. **O Sistema Eleitoral de Lista Aberta no Brasil**. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 49, no 4, 2006, pp. 689 a 720.

PEREIRA DA SILVA, F. **A tradição do pensamento político na nova hegemonia das direitas**: algumas questões preliminares. Em Debate, Belo Horizonte, v.10, n.1, p.46-53, abril 2018.

_____. **Da onda rosa à era progressista: a hora do balanço**. Revista SURES. n. 5, p 67-94, 2015.

Disponível em: <https://ojs.unila.edu.br/ojs/index.php/sures>. Acessado em: 28 de jul. 2019

“Até onde vai a “onda rosa”? Análise de Conjuntura
OPSA, n.2, fevereiro de 2010.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político y clases sociales en el estado capitalista**. 4ª ed. Ciudad de México : Siglo Veintiuno, 1972.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser, 1934 - **A Reforma do estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle** / Luiz Carlos Bresser Pereira. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997. 58 p. (Cadernos MARE da reforma do estado; v. 1). Acessado em: <http://www.bresserpereira.org.br/documents/MARE/CadernosMare/CADERNO01.pdf>

TIMOTHY J. POWER Y CESAR ZUCCO JR. (ORGS.). **O CONGRESSO POR ELE MESMO: AUTO PERCEPÇÕES DA CLASSE POLÍTICA BRASILEIRA**. BELO HORIZONTE: EDITORA UFMG, 2011

PRZEWORSKI, Adam. **A social-democracia como fenômeno histórico**. Tradução: Maria Leopoldina Rezende e Diana Cohen. Lua Nova no.15 São Paulo Oct. 1988. Acessado em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-64451988000200004>>

ROUSSEAU, Jean Jaques. **Do Contrato Social**. 2002. Versão para eBook. EbooksBrasil.com. Edição: Ridendo Castigat Mores.

SANTOS, A. M. 1997. **Nas fronteiras do campo político: raposas e outsiders no Congresso Nacional**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 12, n. 33, p. 87-101, fev.

SANTOS, Fabiano e TANSCHKEIT, T. **Quando velhos atores saem de cena: a ascensão da nova direita política no Brasil**. Colombia Internacional (99): 151-186, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.7440/colombiaint99.2019.06>> Acesso em: 22 jul. 2019.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **A democracia impedida**. O Brasil no Século XXI. Rio de Janeiro: FGV, 2017.

SARTORI, Giovanni. **Partidos e sistemas partidários**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Editora Fundo de Cultura. Rio de Janeiro, 1961.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo. Companhia das Letras. 2019.

SCRUTON, Roger. **The meaning of conservatism**. London, St. Augustiness Press, 1988.

SOUZA, Drailton Gonzaga de e Costa, João Santos da. **Democracia e representação política: uma reflexão jusfilosófica à luz do sistema proporcional brasileiro.** Setembro de 2014.

<https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/11410/2/Democracia_e_representacao_politica_uma_reflexao_jusfilosofica_a_luz_do_sistema_proporcional_brasileiro.pdf> Acessado em: 23.06.2020

TAROUCO, Gabriela e MADEIRA, Rafael. **Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil.** Revista de Sociologia e Política 21 (45): 149-165, 2013. Acesso em: 22 jul. 2019.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa.** 9. ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

VOTAÇÃO DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA.

<https://www.infomoney.com.br/politica/reforma-da-previdencia-veja-como-votou-cada-deputado-no-segundo-turno/> visto em 28.03.2020 as 12:40

DEPUTADOS ELEITOS NO CONGRESSO NACIONAL.

<https://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/numero-de-deputados-por-estado>. visto em 22.09.2019

WATTENBERG, Martin e DALTON, Russel J. **Parties Without Partisans: Political Change in Advanced Industrial Democracies.** OXFORD PRESS; 2000.

Apêndice 1 – Frequência Geral de Palavras

Palavra	Frequência	Ordem	Aparição
Governo	2077	1	24
Reforma	1185	2	22
Contra	997	3	25
Federal	978	4	23
Educação	896	5	20
Bolsonaro	873	6	24
Previdência	852	7	22
Ministro	716	8	25
PT	654	9	18
Política	652	10	21
População	641	11	23
Requerimento	601	12	23
Comissão	589	13	23
Partido	587	14	23
Pública	586	15	24
Trabalho	578	16	23
Amazonas	578	16	4
Vida	574	18	24
Público	571	19	22
República	558	20	22
Recursos	557	21	20
Segurança	556	22	25
Direitos	553	23	21
Tempo	551	24	24
Defesa	530	25	25
Orientação	529	26	23
Bem	529	26	24
Dinheiro	523	28	20
Milhões	505	29	21
Ano	499	30	21

Legenda: Aparição – Número de deputados em que aparece essa palavra.

Apêndice 2 – Frequência 10 palavras mais ditas de cada deputado

Palavra	Frequência	Ordem	Deputado
Governo	279	1	Alessandro Molon
Oposição	249	2	Alessandro Molon
República	182	3	Alessandro Molon
Reforma	176	4	Alessandro Molon
PSB	158	5	Alessandro Molon
Ministro	109	6	Alessandro Molon
Contra	107	7	Alessandro Molon
Destaque	89	8	Alessandro Molon
Brasileira	83	9	Alessandro Molon
Meio	83	9	Alessandro Molon
MDB	35	1	Baleia Rossi
Parlamento	9	2	Baleia Rossi
Orientação	8	3	Baleia Rossi
Previdência	7	4	Baleia Rossi
Cumprimento	7	4	Baleia Rossi
Jornal	7	4	Baleia Rossi
Requerimento	6	7	Baleia Rossi
Reforma	6	7	Baleia Rossi
Maia	6	7	Baleia Rossi
Deputada	6	7	Baleia Rossi
Segurança	93	1	Capitão Augusto
PL	88	2	Capitão Augusto
Pública	67	3	Capitão Augusto
Ministro	64	4	Capitão Augusto
Frente	60	5	Capitão Augusto
Pacote	60	5	Capitão Augusto
Parlamentar	57	7	Capitão Augusto
Requerimento	56	8	Capitão Augusto
Policiais	54	9	Capitão Augusto
Moro	47	10	Capitão Augusto
Ceará	135	1	Capitão Wagner
PROS	134	2	Capitão Wagner

Fortaleza	129	3	Capitão Wagner
Governo	109	4	Capitão Wagner
Cidade	68	5	Capitão Wagner
Federal	56	6	Capitão Wagner
Câmara	51	7	Capitão Wagner
Fato	49	8	Capitão Wagner
Segurança	44	9	Capitão Wagner
Trabalho	44	9	Capitão Wagner
Governo	71	1	Carlos Jordy
PSL	65	2	Carlos Jordy
Bolsonaro	62	3	Carlos Jordy
PT	54	4	Carlos Jordy
Contra	44	5	Carlos Jordy
Jair	44	5	Carlos Jordy
Educação	28	7	Carlos Jordy
Querem	27	8	Carlos Jordy
Oposição	26	9	Carlos Jordy
Respeito	24	10	Carlos Jordy
PV	112	1	Celio Studart
Animais	65	2	Celio Studart
Meio	51	3	Celio Studart
Ambiente	46	4	Celio Studart
Ceará	43	5	Celio Studart
Orientação	41	6	Celio Studart
Comissão	36	7	Celio Studart
Animal	36	7	Celio Studart
Requerimento	32	9	Celio Studart
Governo	32	9	Celio Studart
Mães	17	1	Celso Russomanno
Consumidor	17	1	Celso Russomanno
Câncer	13	3	Celso Russomanno
Defesa	12	4	Celso Russomanno
Família	12	4	Celso Russomanno
Mundo	10	6	Celso Russomanno
Respeito	9	7	Celso Russomanno

Discurso	8	8	Celso Russomanno
Todas	8	8	Celso Russomanno
Acordo	8	8	Celso Russomanno
PSL	36	1	Delegado Waldir
Brasileiros	18	2	Delegado Waldir
Reforma	16	3	Delegado Waldir
Momento	15	4	Delegado Waldir
Governo	13	5	Delegado Waldir
PT	11	6	Delegado Waldir
Pobres	11	6	Delegado Waldir
Oposição	10	8	Delegado Waldir
Partidos	10	8	Delegado Waldir
Brasileiras	10	8	Delegado Waldir
Bolsonaro	56	1	Eduardo Bolsonaro
PSL	50	2	Eduardo Bolsonaro
Governo	46	3	Eduardo Bolsonaro
Acordo	40	4	Eduardo Bolsonaro
Matéria	26	5	Eduardo Bolsonaro
Imprensa	26	5	Eduardo Bolsonaro
Jair	25	7	Eduardo Bolsonaro
Estados	24	8	Eduardo Bolsonaro
Ano	24	8	Eduardo Bolsonaro
Alcântara	24	8	Eduardo Bolsonaro
Constituição	14	1	Felipe Franceschini
PSL	14	1	Felipe Franceschini
Emenda	10	3	Felipe Franceschini
Medidas	8	4	Felipe Franceschini
Provisórias	8	4	Felipe Franceschini
Comissão	7	6	Felipe Franceschini
Destaque	6	7	Felipe Franceschini
Ministro	6	7	Felipe Franceschini
Reunião	6	7	Felipe Franceschini
Justiça	5	10	Felipe Franceschini
Crianças	17	1	Flordelis
Água	14	2	Flordelis

Rio	11	3	Flordelis
Janeiro	11	3	Flordelis
Adoção	10	5	Flordelis
Contra	8	6	Flordelis
Uso	8	6	Flordelis
Drogas	8	6	Flordelis
PSD	8	6	Flordelis
Revisão	7	10	Flordelis
Lula	169	1	Gleisi Lula
Bolsonaro	112	2	Gleisi Lula
PT	100	3	Gleisi Lula
Governo	93	4	Gleisi Lula
Renda	65	5	Gleisi Lula
Salário	61	6	Gleisi Lula
Dinheiro	54	7	Gleisi Lula
Economia	54	7	Gleisi Lula
Contra	48	9	Gleisi Lula
Política	48	9	GleisiLula
Bolsonaro	9	1	Hélio Lopes
Jair	7	2	Hélio Lopes
Messias	5	3	Hélio Lopes
PT	4	4	Hélio Lopes
Mal	3	5	Hélio Lopes
População	3	5	Hélio Lopes
República	3	5	Hélio Lopes
PSL	3	5	Hélio Lopes
Lopes	3	5	Hélio Lopes
Vida	2	10	Hélio Lopes
Previdência	121	1	Joice Hasselmann
PSL	90	2	Joice Hasselmann
Governo	65	3	Joice Hasselmann
Obrigada	53	4	Joice Hasselmann
Reforma	50	5	Joice Hasselmann
Deputada	47	6	Joice Hasselmann
Contra	44	7	Joice Hasselmann

Veto	43	8	Joice Hasselmann
Revisão	42	9	Joice Hasselmann
Vou	41	10	Joice Hasselmann
Governo	643	1	José Ricardo
Amazonas	575	2	José Ricardo
Manaus	441	3	José Ricardo
Educação	331	4	José Ricardo
Federal	288	5	José Ricardo
Indígenas	283	6	José Ricardo
Direitos	268	7	José Ricardo
População	257	8	José Ricardo
Amazônia	232	9	José Ricardo
Programa	220	10	José Ricardo
Educação	76	1	João Campos
PSB	57	2	João Campos
Pernambuco	36	3	João Campos
Vida	33	4	João Campos
Governo	32	5	João Campos
Programa	32	5	João Campos
Pública	30	7	João Campos
Nordeste	29	8	João Campos
Social	25	9	João Campos
Desenvolvimento	24	10	João Campos
Reforma	212	1	Kim Kataguiri
Governo	129	2	Kim Kataguiri
Previdenciária	106	3	Kim Kataguiri
Dinheiro	101	4	Kim Kataguiri
Público	92	5	Kim Kataguiri
Previdência	81	6	Kim Kataguiri
Federal	77	7	Kim Kataguiri
Contra	67	8	Kim Kataguiri
Oposição	66	9	Kim Kataguiri
Parlamento	65	10	Kim Kataguiri
Partido	305	1	Marcel Van Hattem
Destaque	200	2	Marcel Van Hattem

Plenário	189	3	Marcel Van Hattem
Requerimento	175	4	Marcel Van Hattem
Dinheiro	175	4	Marcel Van Hattem
Orientação	160	6	Marcel Van Hattem
Reforma	151	7	Marcel Van Hattem
Previdência	150	8	Marcel Van Hattem
Inclusive	146	9	Marcel Van Hattem
Contra	136	10	Marcel Van Hattem
Turismo	4	1	Marcelo Álvaro Antônio
PSL	3	2	Marcelo Álvaro Antônio
Defesa	2	3	Marcelo Álvaro Antônio
Frente	2	3	Marcelo Álvaro Antônio
Parlamentar	2	3	Marcelo Álvaro Antônio
Mista	2	3	Marcelo Álvaro Antônio
Indicação	2	3	Marcelo Álvaro Antônio
Passos	2	3	Marcelo Álvaro Antônio
Herculano	2	3	Marcelo Álvaro Antônio
Orador	1	10	Marcelo Álvaro Antônio
PSOL	144	1	Marcelo Freixo
Marielle	102	2	Marcelo Freixo
Democracia	101	3	Marcelo Freixo
Governo	99	4	Marcelo Freixo
Armas	72	5	Marcelo Freixo
Ministro	66	6	Marcelo Freixo
Debate	65	7	Marcelo Freixo
Bolsonaro	57	8	Marcelo Freixo
Mundo	57	8	Marcelo Freixo
Momento	55	10	Marcelo Freixo
Bolsonaro	18	1	Pastor Marco Feliciano
Israel	17	2	Pastor Marco Feliciano
Jair	13	3	Pastor Marco Feliciano
Mundo	12	4	Pastor Marco Feliciano
peço	11	5	Pastor Marco Feliciano
Toda	11	5	Pastor Marco Feliciano
Discurso	9	7	Pastor Marco Feliciano

Momento	9	7	Pastor Marco Feliciano
Pauta	9	7	Pastor Marco Feliciano
Campanha	9	7	Pastor Marco Feliciano
Deus	197	1	Pastor Sargento Isidoro
Avante	152	2	Pastor Sargento Isidoro
Nação	105	3	Pastor Sargento Isidoro
Senhor	104	4	Pastor Sargento Isidoro
Federal	55	5	Pastor Sargento Isidoro
Governo	54	6	Pastor Sargento Isidoro
Bíblia	54	6	Pastor Sargentolsidoro
Jesus	52	8	Pastor Sargento Isidoro
Salvador	48	9	Pastor Sargento Isidoro
Homem	46	10	Pastor Sargento Isidoro
PT	144	1	Reginaldo Lopes
Governo	110	2	Reginaldo Lopes
Reforma	101	3	Reginaldo Lopes
Política	81	4	Reginaldo Lopes
Bolsonaro	74	5	Reginaldo Lopes
Fato	70	6	Reginaldo Lopes
Pública	69	7	Reginaldo Lopes
Ministro	68	8	Reginaldo Lopes
Sistema	64	9	Reginaldo Lopes
Presidenta	64	9	Reginaldo Lopes
PSOL	129	1	Sâmia Bonfim
Governo	116	2	Sâmia Bonfim
Mulheres	94	3	Sâmia Bonfim
Bolsonaro	69	4	Sâmia Bonfim
Reforma	63	5	Sâmia Bonfim
Direitos	58	6	Sâmia Bonfim
Contra	55	7	Sâmia Bonfim
Revisão	54	8	Sâmia Bonfim
Previdência	48	9	Sâmia Bonfim
População	41	10	Sâmia Bonfim
Defesa	5	1	Sargento Fatur
Ministro	4	2	Sargento Fatur

Moro	4	2	Sargento Fatur
Bolsonaro	3	4	Sargento Fatur
Parabéns	3	4	Sargento Fatur
Bom	3	4	Sargento Fatur
Sérgio	3	4	Sargento Fatur
Maringá	3	4	Sargento Fatur
Deste	2	9	Sargento Fatur
Melhor	2	9	Sargento Fatur
Educação	63	1	Tabata Amaral
Professores	23	2	Tabata Amaral
PDT	18	3	Tabata Amaral
Ensino	13	4	Tabata Amaral
Governo	12	5	Tabata Amaral
Trabalho	12	5	Tabata Amaral
Ano	10	7	Tabata Amaral
Ministro	10	7	Tabata Amaral
Tão	10	7	Tabata Amaral
Universidades	10	7	Tabata Amaral
Governo	44	1	Vinicius Poit
Serviços	37	2	Vinicius Poit
Recursos	36	3	Vinicius Poit
Fust	34	4	Vinicius Poit
Reforma	31	5	Vinicius Poit
Previdência	30	6	Vinicius Poit
Educação	29	7	Vinicius Poit
Saneamento	29	7	Vinicius Poit
Texto	27	9	Vinicius Poit
Orientação	26	10	Vinicius Poit

Apêndice 3 – Resumo Marcadores Econômicos

Situação		Nome do Deputado	Reforma da Previdência	MP 8881 - liberdade econômica	Marco legal saneamento	Abertura do capital do setor aéreo	Reforma tributária
Reeleição	1	Eduardo Bolsonaro	a favor	não cita	não cita	não cita	não cita
Renovação	2	Joice Hasselmann	a favor	a favor	a favor	não cita	a favor
Reeleição	3	Celso Russomanno	não cita	não cita	não cita	contra a cobrança da bagagem	não cita
Renovação	4	Kim Katagiri	a favor	a favor	a favor	não cita	A favor
Renovação	5	João Campos	contra	não cita	não cita	não cita	Taxar mais ricos para resolver a desigualdade
Reeleição	6	Tiririca	X	X	x	x	X
Renovação	7	Marcel Van Hattem	a favor	a favor	a favor	a favor	Desburocratização
Renovação	8	Hélio Lopes	não cita	não cita	não cita	não cita	não cita
Renovação	9	Marcelo Freixo	contra	contra trabalho aos domingos	contra	contra	não cita
Renovação	10	Pastor Sargento Isidório	contra no 2 turno	contra trabalho aos domingos	contra	contra a cobrança da bagagem	não cita
Renovação	11	Sargento Fahur	não cita	não cita	não cita	não cita	não cita
Renovação	12	Capitão Wagner	crítico	não cita	não cita	não cita	não cita
Reeleição	13	Delegado Waldir	a favor	não cita	não cita	não cita	não cita
Renovação	14	Tabata Amaral	a favor	não cita	não cita	não cita	não cita
Renovação	15	Policial Katia	x	X	x	X	X

		Sastre					
Renovação	16	Sâmia Bomfim	contra	Contra	Contra	contra	não cita
Reeleição	17	Capitão Augusto	a favor	não cita	não cita	não cita	não cita
Renovação	18	Felipe Francischini	não cita	não cita	não cita	não cita	não cita
Reeleição	19	Pastor Marco Feliciano	a favor	não cita	não cita	não cita	não cita
Reeleição	20	Marcelo Álvaro Antônio	não cita	não cita	não cita	não cita	não cita
Reeleição	21	Alessandro Molon	contra	Contra	Contra	contra	Taxar mais ricos para resolver a desigualdade
Reeleição	22	Baleia Rossi	a favor	não cita	não cita	a favor	a favor
Renovação	23	Gleisi Lula	contra	Contra	Contra	contra	Taxar mais ricos para resolver a desigualdade
Renovação	24	Celio Studart	contra	não cita	não cita	contra	não cita
Renovação	25	Vinicius Poit	a favor	a favor	a favor	a favor	Desburocratização
Renovação	26	Carlos Jordy	a favor	não cita	não cita	não cita	Não cita
Renovação	27	José Ricardo	contra	não cita	contra	não cita	Taxar mais ricos para resolver a desigualdade
Renovação	28	Flordelis	não cita	não cita	a favor	não cita	não cita
Renovação	29	Josimar Maranhãozinho	X	X	x	X	x
Reeleição	30	Reginaldo Lopes	contra	Contra	Contra	contra	Taxar mais ricos para

							resolver a desigualdade
--	--	--	--	--	--	--	-------------------------

Elaboração Própria

19	Pastor Marco Feliciano	não cita	não cita	contra a UNE	contra o estatuto da família do século XXI	Defende a postura de Bolsonaro	não cita	não cita
20	Marcelo Álvaro Antônio	não cita	não cita	não cita	não cita	não cita	não cita	não cita
21	Alessandro Molon	A favor	contra	A favor	defesa de política para as mulheres	Contrária à política submissa do governo	contra	contra
22	Baleia Rossi	não cita	a favor	não cita	não cita	não cita	não cita	não cita
23	Gleisi Lula	A favor	contra	A favor	não cita	Contrária à política submissa do governo	contra	contra
24	Celio Studart	A favor	contra	A favor	não cita	não cita	não cita	não cita
25	Vinicius Poit	não cita	a favor	argumento para a reforma da Previdência	não cita	A favor base de Alcântara	não cita	não cita
26	Carlos Jordy	Contra	a favor	guerra cultural	contra	Ataca os países da onda rosa	a favor	a favor
27	José Ricardo	A favor	não cita	A favor	não cita	Contrária à política submissa do governo	não cita	contra
28	Flordelis	não cita	não cita	não cita	não cita	não cita	não cita	não cita
29	Josimar Maranhão-zinho	X	X	X	X	X	X	X
30	Reginaldo Lopes	A favor	contra	A favor	não cita	não cita	contra	contra

Elaboração Própria

9. ANEXO**Anexo 1- Tabela Renovação Câmara dos Deputados**

Ano da eleição	Composição da Câmara no ano da eleição	Nº de novos	Índice de renovação
1990	495	306	61,82%
1994	503	273	54,28%
1998	513	225	43,86%
2002	513	230	44,83%
2006	513	246	47,95%
2010	513	227	44,25%
2014	513	240	47%
2018	513	250	48,73%